

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

DÉBORA BRECHESI MILIONI

**A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE USUÁRIOS DE UM CAPS,
INTEGRANTES DE UM EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO –
CONSTRUINDO VIDAS E POSSIBILIDADES**

**SÃO CARLOS
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM**

DÉBORA BRECHESI MILIONI

**A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE USUÁRIOS DE UM CAPS,
INTEGRANTES DE UM EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO –
CONSTRUINDO VIDAS E POSSIBILIDADES**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Enfermagem da
Universidade Federal de São Carlos como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Enfermagem.**

Orientadora: Prof.ª Dra. Carmen Lúcia Alves Filizola

**SÃO CARLOS
2009**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M644et

Milioni, Débora Brechesi.

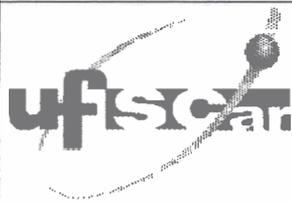
A experiência de trabalho de usuários de um CAPS, integrantes de um empreendimento solidário – construindo vidas e possibilidades / Débora Brechesi Milioni. -- São Carlos : UFSCar, 2010.

111 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Saúde mental. 2. Reabilitação psicossocial. 3. Economia solidária. I. Título.

CDD: 362.2 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PPGenf – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
Via Washington Luís, km 235 – Caixa Postal, 676.
Cep 13565-905 – São Carlos/SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8338 E-mail: ppgenf@ufscar.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluna: DEBORA BRECHESI MILIONI

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DEFENDIDA E APROVADA EM 15/12/09
PELA COMISSÃO EXAMINADORA:**

Profa. Dra. Carmen Lucia Alves Filizola
(Orientadora - PPGenf/UFSCar)

Profa. Dra. Ana Luisa Aranha e Silva
(EE/USP)

Profa. Dra. Sonia Regina Zerbetto
(DEnf/UFSCar)

Presidente da Coordenação de Pós-Graduação
Profa. Dra. Rosely Moralez de Figueiredo

Dedicatória

Para todos que acreditam na transformação da realidade.

Para todos os envolvidos no processo de construção do Recriart,
usuários, equipe de incubação e INCOOP/UFSCar.

E, também, para aqueles engajados na construção de
projetos de inclusão social pelo trabalho no
campo da saúde mental.

É nesse palco de contradições e sobre esse fio chamado ‘vida’ que os nossos personagens-tipo vão equilibrando, passo a passo, suas trajetórias, fonte de alimentação para fazer frente aos inúmeros desafios de um mundo ainda pouco protagonizado por eles. É nessa ‘corda-bamba’, nesse desassossego, por vez tão doloroso, que eles mostram o encanto pela vida e pela liberdade, e também nos fazem vislumbrar a ‘esperança-equilibrista’ de encontrarmos outros lugares cada vez mais dignos e condizentes com a complexa trama da vida.

(Bernadete Maria Dalmolin)

**Esta pesquisa foi financiada pela
Fundação do Amparo à Pesquisa do
Estado de São Paulo (FAPESP) no período
de setembro de 2008 a dezembro de 2009.**

Agradecimentos

A Deus. Por me preparar e permitir minha chegada até aqui. Pela concessão de força e determinação neste desafio.

À Carmen, minha orientadora. Por fazer parte do meu caminhar acadêmico na saúde mental, por acreditar no meu potencial e me dar a oportunidade do mestrado. Pela exigência transformada em conhecimento e amadurecimento profissional e pessoal. Pelas conversas, reflexões e amizade.

À minha família. Pela orientação por toda a vida, pelo suporte nos momentos de incertezas e fragilidade. Ainda tenho muito a agradecer.

Aos meus amigos. Por fazerem parte de minha trajetória, por dividirem alegrias e tristezas e tornarem minha vida mais completa.

Aos usuários do CAPS, integrantes do Recriart. Pela confiança e ensinamentos, pela disposição na participação desta pesquisa e pelos momentos juntos. Em especial, ao “seu” Olívio, minha grande admiração por esse usuário comprometido que partiu durante nossa caminhada, mas que nos deixou grandes lembranças e seu eterno reconhecimento.

Aos trabalhadores do CAPS de São Carlos. Pelas trocas, discussões e pela possibilidade de participar da construção desse empreendimento. Pelas idas e vindas na busca de encontrar o caminho para essa construção.

À Ana Luiza Aranha e Silva, Fernanda Nicacio e Sonia Zerbetto. Pela rica contribuição, apontamentos e disponibilidade no Exame de Qualificação, momento tão importante para a finalização deste trabalho.

Aos docentes e funcionários do Programa de Pós-Graduação de Enfermagem e do Departamento de Enfermagem. Pela colaboração e presença nesses dois anos de mestrado.

Aos discentes de minha turma de mestrado. Pelo prazer em conhecê-los, pelos vários momentos juntos, pela amizade e pelo carinho. Que os nossos destinos voltem a se encontrar no futuro.

À Universidade Federal de São Carlos. Pela abertura e oportunidade de construção de uma história acadêmica e social que começou em 2004.

À Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Pelo incentivo e concessão da bolsa de mestrado, que possibilitou dedicação total para esse trabalho.

A todos aqueles que não mencionei, por não ter conseguido lembrar, mas que estiveram junto de mim nesses dois anos e que, sem dúvida, contribuíram para esse processo.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo apreender a experiência dos integrantes de um grupo solidário de produção de papel reciclado, o Recriart, em processo de incubação entre a parceria do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com a Incubadora de Cooperativas Populares – INCOOP da Universidade Federal de São Carlos. Também contextualizamos a formação e o funcionamento desse grupo pautado nos princípios da Economia Solidária. Participam desse empreendimento 31 usuários do CAPS do município que vem, desde 2006, produzindo e comercializando produtos em papel reciclado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utiliza o referencial teórico da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária e o referencial metodológico da análise de conteúdo, categoria temática. A contextualização do empreendimento foi realizada através de diversas fontes de dados. Para apreender a experiência dos usuários foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 16 integrantes do grupo. Todos os cuidados éticos foram tomados. Da análise das entrevistas emergiram seis categorias temáticas: 1. Sendo uma experiência positiva – atribuindo significados ao trabalho no empreendimento; 2. Diferenciando o trabalho no Recriart dos anteriores – da organização capitalista para uma nova condição e organização do trabalho; 3. Encontrando facilidades e dificuldades no trabalho do Recriart; 4. Gostando do trabalho no Recriart e identificando preferências; 5. Projetando o futuro do empreendimento – esperando o seu crescimento e a satisfação dos integrantes (usuários); 6. Reconhecendo e agradecendo o apoio da equipe de incubação. A escuta dessa experiência indicou que fazer parte desse empreendimento possibilita vários aspectos positivos para a vida de seus integrantes. Primeiramente, o retorno ao trabalho e, por conseguinte, tudo o que o trabalho significa ao ser humano: aprendizado, crescimento, amadurecimento, promoção da saúde mental, desenvolvimento humano, autonomia e trocas sociais e materiais. Os princípios da economia solidária mostram-se pertinentes para a inclusão social pelo trabalho na saúde mental, o que reflete nas diversas facilidades apontadas pelos usuários, dentre elas, a não existência do patrão e a cooperação. No entanto, também foram encontradas dificuldades relacionadas tanto à produção e comercialização dos produtos e relacionamento no grupo, quanto às condições de trabalho que implicam em melhoras. Dentre elas, os entrevistados apontam a necessidade de aumento da renda e de maior apoio a ser concretizado pelos profissionais/técnicos de incubação e por órgãos públicos. Nesse sentido e, em acordo com os usuários, sugerimos que esse apoio deva ser viabilizado por meio da ampliação/fortalecimento de políticas públicas que fomentem e incentivem esse tipo de iniciativa no campo da saúde mental. De tal forma, empreendimentos dessa natureza poderão alcançar seu pleno desenvolvimento e integração com a rede de economia solidária, construindo uma sociedade mais inclusiva e solidária.

Palavras-chave: Desinstitucionalização; Reabilitação; Economia Solidária; Trabalho; Renda.

ABSTRACT

The objective of this study was to apprehend the experience of members of a solidary group of production of recycled paper, Recriart, in incubation process in partnership with Psychosocial Care Center (CAPS) and the Incubator of Popular Cooperatives – Incoop of Universidade Federal de São Carlos. We also contextualized the group formation and operation ruled by the Solidary Economy principles. A number of 31 CAPS users from the municipal district take part in this enterprise which has been producing and commercializing products on recycled paper since 2006. It's a qualitative research that uses the theoretical reference of the Psychiatric Reform and Solidary Economy, and the methodological reference of content analysis, thematic category. The contextualization of the enterprise was accomplished through several sources of data. To apprehend the users' experience we performed semi-structured interviews with 16 members of the group. All ethical care was taken. From the analysis of the interviews six thematic categories appeared: 1. Being a positive experience – attributing meanings to the work in the enterprise; 2. Differentiating the work in Recriart from the previous ones – from the capitalist organization to a new condition and organization of work; 3. Finding facilities and difficulties in the work of Recriart; 4. Enjoying the work in Recriart and identifying preferences; 5. Projecting the future of the enterprise – expecting its growth and the members' satisfaction; 6. Recognizing and thanking the support of the incubation team. The listening to the experience indicated that taking part of the enterprise makes several positive aspects possible for the members' life. First of all, returning to work and, consequently, everything it means to the human being: learning, growth, maturing, mental health promotion, human development, autonomy and social and material exchanges. The solidary economy principles have shown to be pertinent to the social inclusion by the work in mental health, which reflects on the several facilities pointed out by the users, among them, the non existence of the boss and the cooperation. However, they also reported difficulties related to the production and commercialization of the products, relationships in the group, as well as to the working conditions that imply the need for improvements. Regarding to the improvements, the interviewed pointed out the need for an income raise and larger support by the incubation professionals/technicians and by public organs. In such a way, and according to the users, we suggest that this support should be made possible through the enlargement/strengthening of public policies that promote and encourage this kind of initiative on the field of mental health. This way, enterprises of that nature can reach their full development and integration with the net of solidary economy, building a more inclusive and solidary society.

Key words: Desinstitutionalization; Rehabilitation; Solidary Economy; Work; Income.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	16
A trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira: de suas inspirações às suas propostas	16
Economia Solidária: uma alternativa de organização e prática econômicas - revisão de conceitos.....	32
O Percuro Metodológico.....	41
CAPÍTULO II - O CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO APRESENTANDO A CONSTRUÇÃO DO RECRIART E O PERFIL DE SEUS INTEGRANTES.....	45
CAPÍTULO III – A EXPERIÊNCIA DOS USUÁRIOS INTEGRANTES DO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO	54
Apresentando a experiência.....	54
Reflexões sobre a experiência dos usuários à luz do referencial teórico e do contexto do estudo.....	87
CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	107
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista	108
ANEXO A - Aprovação do Comitê de Ética	109

APRESENTAÇÃO

Quando iniciei minha formação na Enfermagem em 2004, pensava que assim que me graduasse, iniciaria algum trabalho como enfermeira hospitalar, talvez em uma enfermaria ou em algum outro setor, mas minha trajetória trilhou outros rumos. Durante a graduação tive a oportunidade de conhecer o mundo da saúde mental seu percurso, transformações, lutas e militâncias que me fascinaram e continuam ainda a fascinar. E foi da graduação para o mestrado que a saúde mental se tornou cada vez mais presente em minha vida - de objeto de estudo a prazer e desejo por reforma, por mais transformações.

Infelizmente não vivenciei o início do processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira, mas pude me aproximar através da literatura e da vivência/história de muitos e, hoje, considero-me integrante desse movimento.

Tenho como grande satisfação em poder contribuir para o percurso da saúde mental, para a construção de uma sociedade mais inclusiva, de todos e para todos. Por isso, busquei nessa pesquisa uma aproximação com a experiência de usuários de um CAPS, que integram um empreendimento solidário, o qual tem como horizonte a inclusão social e geração de trabalho e renda.

A Introdução traz pontuações da história da Reforma Psiquiátrica que levam ao objeto, ao objetivo e à justificativa da pesquisa.

O Capítulo I descreve o referencial teórico-metodológico. Primeiro, o referencial da Reforma Psiquiátrica, desde suas inspirações até suas propostas atuais, aprofundando a questão do trabalho, de seu uso no aparato asilar até aos seus significados na reabilitação psicossocial, e, também, o da Economia Solidária como forma alternativa de organização social e econômica. Em seguida, apresento o percurso metodológico.

O Capítulo II traz o contexto da realização do estudo – o Grupo Recriart, com a apresentação e algumas reflexões da construção desse empreendimento e o perfil de seus integrantes. Busco pontuar o surgimento desse grupo, os passos realizados, as formas de apoio, os princípios que norteiam sua organização, funcionamento e prática.

No Capítulo III, encontra-se a análise dos dados, com apresentação das categorias que emergiram da escuta da experiência de trabalhar no Recriart. A segunda

parte compreende, ainda, as reflexões acerca desse processo, à luz do referencial teórico e do contexto do estudo.

Por fim, no Capítulo IV, apresento algumas considerações que se tornaram possíveis ao ouvir os usuários, portanto, as pessoas diretamente envolvidas no processo de construção do empreendimento solidário.

INTRODUÇÃO

Resgate da história - da Reforma Psiquiátrica ao objeto de estudo

A Reforma Psiquiátrica brasileira, entendida como um processo permanente de construção de reflexões e transformações que ocorrem a um só tempo e articuladamente nos campos assistencial, jurídico-político, cultural e conceitual, traz um novo marco referencial: a reabilitação psicossocial (AMARANTE, 1997; PITTA, 1996). Esta se constitui em um conjunto de princípios e estratégias, que orientam o cuidado às pessoas em sofrimento psíquico (SARACENO, 2001). Nesse processo, não se nega a existência do transtorno mental, porém as ações do cuidado passam a considerar não a doença e, sim, o sujeito com todas as questões que permeiam seu modo de andar a vida (GULJOR e PINHEIRO, 2007). O processo de reabilitação consiste em criar e multiplicar oportunidades de trocas materiais e afetivas por meio de uma “rede de negociação” que promova a participação e a contratualidade reais dos sujeitos “fracos” da sociedade através dos eixos: habitat, família e trabalho (SARACENO, 2001).

A política de atenção à saúde mental do Ministério da Saúde, norteadada pela reabilitação psicossocial, tem como eixo principal o incentivo à assistência extra-hospitalar e à reinserção social do usuário, sua inclusão social, trazendo à tona, portanto, a questão da inclusão de pessoas com transtorno mental no trabalho. A inclusão no trabalho, na perspectiva da Economia Solidária, constitui-se na mais nova estratégia do Governo Federal para a reabilitação de pessoas com transtornos mentais (BRASIL, 2005a).

A questão da inclusão de pessoas com transtorno mental no trabalho não é algo novo. Dados nos revelam sua existência no sistema manicomial, porém sua utilização como ferramenta de reabilitação é algo inovador. Há experiências de inclusão em vários países da Europa (como as Cooperativas Sociais da Itália), assim como nos Estados Unidos (LEAL, 2004).

Sobre a importância do trabalho para pessoas com transtorno mental severo, LEAL (2004) ressalta que a atividade, progressivamente, vem sendo considerada como um instrumento eficaz no enfrentamento da desqualificação de que esses pacientes são vítimas. Também aponta o trabalho como um dispositivo capaz de promover novas

relações entre os sujeitos e de criar redes sociais permeáveis à articulação dessas pessoas.

No Brasil, há três grandes experiências desenvolvidas no início dos anos 1990: a do Programa de Saúde Mental de Santos, a do CAPS Luiz Cerqueira, na cidade de São Paulo, e a experiência do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, na cidade de Campinas (LEAL, 2004).

As estratégias do grupo Saúde Mental e Economia Solidária são advindas de articulações entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego, fortalecidas por ocasião da realização da “Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho de Usuários de Serviços de Saúde Mental” ocorrida em novembro de 2004 (BRASIL, 2005a).

A Economia Solidária se constitui como alternativa à economia capitalista ao propor um novo modo de produção e organização social e cultural sob os valores de solidariedade, adesão voluntária e esclarecida, participação democrática coletiva, autogestão, cooperação, intercooperação, promoção do desenvolvimento humano, atenção à natureza, atenção à comunidade, produção e consumo éticos (SINGER, 2000; 2002). Esse novo modelo permite a inclusão social e geração de trabalho e renda aos segmentos sociais que carregam a exclusão da sociedade.

Nesse cenário, foi criado o “Grupo de Trabalho Saúde Mental e Economia Solidária” instituído pela Portaria Interministerial Nº353/2005, o qual apresentou, em março de 2006, um relatório final, que continha um conjunto de propostas e recomendações para a inserção laboral de pessoas com transtornos mentais e/ou transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Dados do CIST - Cadastro de Iniciativas de Saúde Mental de Inclusão Social pelo Trabalho apontam que, em março de 2006, estavam cadastradas 182 experiências (BRASIL, 2006).

Muito embora as iniciativas de trabalho e renda sejam apontadas como um caminho para se promover a inclusão social de usuários de serviços de saúde mental e, conforme apontado verifica-se um aumento delas, concordamos com Leal (2004) ao afirmar que existe pouca produção escrita sobre elas. Assim e, ainda, em consonância com esta autora, consideramos relevante e necessário tomá-las como objeto de estudo.

A atenção à saúde mental e à inclusão social pelo trabalho no município de São Carlos – delimitando o objeto de estudo

Em nosso contexto e, como resultado da articulação política dos vários atores envolvidos no processo, criou-se, em março de 2002, o CAPS de São Carlos. A participação

da universidade na construção desse serviço tem se efetivado por meio da realização de projetos que integram ensino, pesquisa e extensão, o que possibilita um constante repensar da teoria para a construção da prática e desta para a teoria. Essa participação levou os atores a afirmarem que o caminhar na construção do CAPS, no município, colocava todos os envolvidos diante de vários desafios. Dentre eles, salientaram a tensão cotidiana de concretizar um cuidado pautado no acolhimento, na criação de uma nova parceria com a família, na construção de um novo dispositivo/ “*setting*” terapêutico, nas oficinas terapêuticas e na inclusão social pelo trabalho (FILIZOLA, 2006).

Muito embora se enfatizasse a inclusão social pelo trabalho, no município de São Carlos inexistiam propostas dessa natureza para usuários de serviços de saúde mental. Diante desse fato, da necessidade de enfrentar esse desafio e, pautada nas diretrizes apontadas, em novembro de 2005, nasce uma proposta na área. Ela surge a partir da articulação dos atores do campo da Saúde Mental e da Economia Solidária do município, cujo processo vem sendo realizado em parceria do Departamento de Enfermagem com a Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) da UFSCar e o CAPS, envolvendo, portanto, o ensino, a pesquisa e a extensão (FILIZOLA, 2006).

Desse processo nasceu, em 2006, o Grupo RECRIART, um empreendimento econômico pautado nos princípios da Economia Solidária, com a proposta de geração de trabalho e renda para aos usuários do CAPS. Desde então, esse grupo produz papel reciclado e produtos derivados, tendo sido cadastrado no CIST, em março de 2007.

O processo de inclusão social pelo trabalho dos usuários do CAPS, tem-se deparado com várias questões. Dentre elas, a necessidade e importância de se compreender, mais profundamente, como tem sido para eles a experiência de integrar esse empreendimento, em especial, um empreendimento pautado nos princípios da Economia Solidária. Qual o sentido/significado que esse novo espaço de trabalho assumiu em suas vidas? Quais eram suas expectativas diante dessa nova proposta de trabalho? Elas têm sido atendidas? Por ser um processo coletivo democrático, como os integrantes têm vivenciado essas questões? Há dificuldades? Se elas existem, quais são? Para os que vivenciaram experiências anteriores de trabalho, quais as diferenças em relação à vivência atual?

Leal (2004), ao refletir sobre o trabalho e reabilitação psiquiátrica fora do contexto hospitalar, afirma que é preciso conhecer muito bem, e com grande clareza, os impasses e avanços das experiências de geração de trabalho e renda existentes. Para esta autora, isso nos tornará, efetivamente, capazes de ajudar pessoas com transtorno mental severo a conseguir

trabalho e a viver melhor. Nesse sentido, pensamos que ouvir os usuários, pessoas diretamente envolvidas nesse processo, é muito relevante.

Frente ao exposto, o **objetivo** dessa pesquisa é apreender a experiência dos integrantes do Grupo RECRIART, usuários do CAPS, no processo de construção desse empreendimento pautado nos princípios da Economia Solidária. Também consideramos relevante apresentar o contexto de realização do estudo.

Ao buscar compreender a experiência dos integrantes do Grupo RECRIART, a pesquisa contribuirá para o processo de inclusão dessas pessoas e, portanto, de sua reabilitação psicossocial e de iniciativas dessa natureza. Por isso, consideramo-la relevante, uma vez que é importante não somente a produção de uma prática, mas uma prática que possibilite refletir sobre o referencial técnico-conceitual-instrumental de produção desse novo dispositivo de inclusão social pelo trabalho de usuários de saúde mental - os empreendimentos solidários.

Pensamos que essa pesquisa fortalecerá o conhecimento, ainda incipiente, nos campos da saúde mental e da economia solidária, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A trajetória da Reforma Psiquiátrica Brasileira: de suas inspirações às suas propostas

A Reforma Psiquiátrica Brasileira compreende um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, portanto, um processo político e social complexo. Tal processo é integrado por diversos atores, instituições e forças de diferentes origens e acontece em vários territórios, nas várias esferas do governo, no meio acadêmico, nos serviços de saúde, nos movimentos sociais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e seus familiares (BRASIL, 2005b).

Amarante (2007) assinala que falar em processo pressupõe pensar em movimento, em caminhar, em algo que se transforma permanentemente. E nesse caminhar surgem novos elementos, novas situações, necessidade de novos atores, possivelmente, com novos interesses, ideologias, concepções teóricas, religiosas, étnicas que, diante da diversidade, podem se conflitar, mas ao mesmo tempo, podem se alimentar.

Pensar nos termos “reforma” e “psiquiatria” parece algo recente, mas como argumentam alguns autores (TENÓRIO, 2002; COUTO, ALBERTI, 2008), esses termos andam juntos desde o nascimento da psiquiatria. Ambos os autores resgatam as reformas da psiquiatria, podendo-se dizer “que a primeira Reforma Psiquiátrica foi empreendida por Pinel” (COUTO, ALBERTI, 2008, p.50).

Amarante (1996) também coloca que a ‘reforma da psiquiatria’ é pensada e comentada desde seu surgimento como disciplina específica, porém sob outras concepções. Para esse autor, somente após a Segunda Grande Guerra, as iniciativas tomam outras proporções, iniciam projetos mais delimitados de propostas e arranjos técnicos e administrativos para a psiquiatria e, então, torna-se mais explícita a denominação de reformas psiquiátricas.

O movimento da Reforma inicia-se no Brasil, no final dos anos 70 e, para Tenório (2002, p.27), esse movimento apresenta uma característica essencial: o reclame

da cidadania do louco. “Embora trazendo exigências políticas, administrativas, técnicas – também teóricas – bastante novas, a reforma insiste num argumento originário: os ‘direitos’ do doente mental, sua ‘cidadania’” (DELGADO *apud* TENÓRIO, 2002, p.27). É relevante lembrar que “pelas peculiaridades cientificamente estabelecidas quanto à categoria ‘doença mental’, o doente é despojado de seus direitos jurídicos, políticos e civis, tornando-se, dessa maneira, um não cidadão” (AMARANTE, 1996, p.13).

Nessa perspectiva da busca pela cidadania, aparece a questão da reinserção social do doente mental, tendo a reabilitação psicossocial como arcabouço referencial (PITTA, 1996). Não se trata da passagem do estado de desabilitação para o de habilitação, nem do estado de incapacidade para o de capacidade, mas de um conjunto de estratégias, que buscam aumentar as oportunidades de trocas de recursos e afetos e fazem surgir o efeito “habilitador” através da abertura de espaços de negociação entre o paciente, sua família, a comunidade e os serviços (SARACENO, 1996, 2001). Para Kinoshita (1996a, p.57), reabilitar é um processo que busca restituir o poder contratual do usuário, para ampliar sua autonomia, não em sentido de torná-lo independente, mas de “gerar normas, ordens para a vida” através do aumento das relações, das trocas, impossíveis de acontecer nos dispositivos manicomial, lugares de troca zero, lugares de negativismo relacionado ao doente.

Saraceno (2001) aponta que o processo de reabilitação psicossocial seria a reconstrução do exercício pleno da cidadania e da plena contratualidade em três eixos: habitat, rede social e trabalho com valor social. No eixo habitat, a reabilitação deve se preocupar com as noções de casa e de habitar, as quais devem ser mantidas separadas na teoria, porém juntas na linha prática, uma vez que os desejos e habilidades do habitar possam levar a algo concreto – a casa. O eixo rede social aponta a importância das trocas possíveis pela rede social e um ligamento intrínseco com a família. Nesse entendimento, os trabalhadores dos serviços de saúde mental devem envolver os familiares dos pacientes nos projetos de reabilitação, como protagonistas responsáveis e não “cúmplices ou vítimas da psiquiatria”. O eixo trabalho com valor social se orienta no produzir e trocar mercadorias e valores. Deixa de ser concebido como “resposta à necessidade”, para ser o espaço em que se produz sentido e valores subjetivos e de trocas.

É fato que o Brasil teve seus movimentos inspirados pelos movimentos que aconteciam pelo mundo, mas definitivamente, a experiência da Psiquiatria Democrática Italiana, sob o conceito de desinstitucionalização, revelou a ruptura com os antigos paradigmas e exerceu fortes influências no período mencionado.

Falar da experiência italiana é citar Franco Basaglia, psiquiatra que, ao abandonar o meio acadêmico para assumir o hospital de Gorizia (1961), posteriormente, o de Trieste (1970), ambos na Itália, propõe a reforma no hospital psiquiátrico. Ainda em Gorizia, com o passar dos anos, percebe que a instituição psiquiátrica não poderia ser combatida através de atos administrativos ou de humanização, enfim, a necessidade de outra ordem era maior. Foi quando iniciou o período de negação da psiquiatria enquanto ideologia.

“Franco Basaglia passou a formular um pensamento e uma prática institucional absolutamente originais, voltadas para a idéia de superação do aparato manicomial, entendido não apenas como a estrutura física do hospício, mas como o conjunto de saberes e práticas, científicas, sociais, legislativas e jurídicas que fundamentam a existência de um lugar de isolamento e segregação e patologização da experiência humana”. (AMARANTE, 2007, p.56)

A grande crítica do movimento italiano consiste no fato de apontar que a psiquiatria separou a “doença”, da “existência global complexa e concreta” dos pacientes do corpo social (ROTELLI, DE LEONARDIS, MAURI, 2001, p.30).

Para Basaglia (1985, p.122), a instituição psiquiátrica revelou seu caráter antiterapêutico, não por adotar uma técnica particular ou instrumento específico, mas por compor um sistema de organização hospitalar que passou a ver o doente como um objeto, “quando o doente deveria ser sua única razão de ser”. Ainda para o autor, no caso dos manicômios, a utilização da violência e da exclusão justifica-se pela necessidade de lidar com a doença; por isso o autor os designa *instituições de violência*. Nessas circunstâncias, o paciente internado no hospital psiquiátrico é um homem sem direitos, subjugado pelo poder da instituição, que o afasta e o exclui da sociedade o que resulta na perda do poder contratual do doente – perda de sua condição social e econômica (BASAGLIA, 1985).

Por isso, a necessidade de desinstitucionalizar, no sentido de desmontar os aparatos construídos para a “doença” através de um “processo crítico-prático na reorientação de todos os elementos constitutivos da instituição para um objeto bastante diferente do anterior”, objeto que não a “doença”, mas “a existência-sofrimento dos pacientes” (ROTELLI, DE LEONARDIS, MAURI, 2001, p.30).

Esse conceito de desinstitucionalização, originário da experiência italiana, rompe com a ideia mecanicista constitutiva do processo de “doença”. O ponto central não é mais a busca pela “cura”, mas a “invenção da saúde”, da “reprodução social do paciente”, “produção de vida, de sentido, de sociabilidade, a utilização das formas (dos espaços coletivos) de convivência dispersa” (ROTELLI, DE LEONARDIS, MAURI, 2001, p.30).

Nas palavras de Amarante (1996, p.97), é “permitir que a pessoa que sofria pudesse florescer por trás do manto da institucionalização”. É uma questão de permitir que o sujeito expresse sua subjetividade, liberte desejos, projetos, histórias.

“E por isso a festa, a comunidade difusa, a reconversão contínua dos recursos institucionais, e por isso solidariedade e afetividade tornar-se-ão momentos e objetivos centrais na economia terapêutica (que é economia política) que está inevitavelmente na articulação entre materialidade do espaço institucional e potencialidade dos recursos subjetivos”. (ROTELLI, DE LEONARDIS, MAURI, 2001, p.30)

É, definitivamente, o desenvolvimento de uma relação terapêutica entre os atores desse processo, que agora deixam de ser apenas os técnicos e passam a abarcar também os pacientes, os administradores locais da saúde mental etc. O caminhar é no sentido de uma mudança na sociedade, no modo como lida com a loucura, não no ato de tolerar, mas de aceitar (AMARANTE, 1996). Por isso que, para o mesmo autor, a desinstitucionalização é também um processo ético, uma vez que vai contra o estigma, a exclusão, a violência.

“Isto significa, por exemplo, que não se dá um trabalho a um paciente psiquiátrico como um resultado e um reconhecimento do fato de que ele esteja melhor (um prêmio), nem como terapia, mas como uma condição preliminar para que possa estar melhor (um direito); e o ajudamos também a fazer e a viver o trabalho”. (ROTELLI, DE LEONARDIS, MURI, 2001, p.33)

O conjunto de novos modos de lidar com o sujeito em sofrimento psíquico não anulará esse sofrimento, mas serão mudados os motivos, as formas e o peso que esse sofrimento traz para a vida do sujeito (ROTELLI, DE LEONARDIS, MAURI, 2001).

O Movimento Brasileiro da Reforma Psiquiátrica

O conceito de desinstitucionalização, no sentido de desconstrução, torna-se uma das mais importantes referências, influenciadoras do movimento brasileiro. Assim, em 1978, nasce, em nosso país, o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental, que alcançou grande repercussão ao iniciar com reivindicações trabalhistas e humanitárias, tornando-se depois um movimento social nacional, que nos anos seguintes conseguiu avançar na luta e assumir um caráter antimanicomial (TENÓRIO, 2002; AMARANTE, 2007).

“É, sobretudo, este Movimento, através de variados campos de luta, que passa a protagonizar e a construir a partir deste período a denúncia da violência dos manicômios, da mercantilização da loucura, da hegemonia de uma rede privada de assistência às pessoas com transtornos mentais”. (BRASIL, 2005b, p.07)

A partir de então, começam a emergir as propostas e ações inspiradas nos ideais daquele momento. No ano de 1987, acontece a I Conferência Nacional de Saúde Mental e, posteriormente, o II Encontro Nacional dos trabalhadores de Saúde Mental em Bauru-SP. A conferência incorpora a desinstitucionalização e marca o fim da trajetória sanitarista, da tentativa de aperfeiçoar as estruturas tradicionais e inicia uma fase de desconstrução do modo como as instituições e sociedade lidam com a loucura. O II Encontro, cujo lema “Por uma sociedade sem manicômios” fortalece esse processo de desconstrução, propõe um novo horizonte de ação que se preocupa com o ‘ato em saúde’, cultura, cotidiano e mentalidades. O encontro envolveu não só os trabalhadores de saúde, como também os usuários e seus familiares, que “passam a ser verdadeiros agentes críticos e impulsionadores do processo” (TENÓRIO, 2002, p.35).

No mesmo período, surgem experiências ricas e importantes para o processo da reforma brasileira: a criação do primeiro CAPS – Centro de Atenção Psicossocial - no Brasil, o CAPS Luiz Cerqueira, em 1987, na cidade de São Paulo, e a intervenção na Casa de Saúde Anchieta, no município de Santos, em 1989, com implementação de um Programa de Saúde Mental organizado sob uma rede de cuidados, cujo eixo são os NAPS – Núcleos de Atenção de Atenção Psicossocial (TENÓRIO, 2002). “É essa intervenção, com repercussão nacional, que demonstrou de forma inequívoca a possibilidade de construção de uma rede de cuidados efetivamente substitutiva ao hospital psiquiátrico” (BRASIL, 2005b). Também nesse período, são criadas as associações e cooperativas (BRASIL, 2005b; AMARANTE, 2007), tais como: Loucos pela vida, SOS Saúde Mental, Franco Basaglia, Franco Rotelli, Cabeça Feita, Loucos por você, Loucos por Cidadania, Lokomotiva e várias outras por todo o Brasil (AMARANTE, 2007).

Tenório (2002), ao citar Goldberg, coloca a reformulação da instituição de cuidados em saúde mental, aponta o abandono da abordagem sintomatológica substituída por outra que compreenda a existência da pessoa doente, suas experiências, questões objetivas de vida, como trabalho, moradia e subjetivação.

Ainda Tenório (2002) reflete sobre a década de 1990, sua importância para o amadurecimento e consolidação do processo da reforma psiquiátrica. É nessa década em que o Brasil assina a Declaração de Caracas, que acontece a II Conferência Nacional de Saúde

Mental e passam a vigorar no país as primeiras normas federais, que regulamentam os serviços de atenção diária e as primeiras normas para fiscalização e classificação dos hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2005b). O Ministério da Saúde institui as portarias 189 em 1991 e a portaria 224 em 1992. A primeira, na qual aparecem os CAPS e NAPS, aponta os procedimentos de ações na saúde mental. A segunda traz a regulamentação dos NAPS e CAPS além de, também, propor as normas de atendimento ambulatorial e hospitalar. Nessa portaria, os NAPS e CAPS aparecem como “unidades de saúde locais/regionalizadas” e “deverão estar integrados a uma rede descentralizada e hierarquizada de cuidados em saúde mental” (BRASIL, 1994).

No ano de 2001, é aprovada e sancionada a Lei Federal 10.216, substitutivo do Projeto de Lei de Paulo Delgado de 1989, após mais de dez anos de tramitação. Ela redireciona a assistência em saúde mental, enfatiza o tratamento em serviços de base comunitária, aponta para a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, mas não traz mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios (BRASIL, 2005b). Para Amarante, “mesmo assim, revogou a arcaica legislação de 1934, que ainda estava em vigor e significou um avanço considerável no modelo assistencial” (2007, p. 70).

Importante acrescentar que, durante esse tempo de trâmites da aprovação da Lei 10.216, oito estados brasileiros e diversos municípios aprovaram suas leis de substituição progressiva da assistência hospitalar por outros serviços e dispositivos, e o próprio Ministério da Saúde já havia instituído 11 portarias, que passaram a constituir a base normativa do processo da reforma brasileira (AMARANTE, 2007).

No mesmo ano, 2001, acontece a III Conferência Nacional de Saúde Mental, cujo tema foi "Cuidar, sim. Excluir, não. – Efetivava-se a Reforma Psiquiátrica, com acesso, qualidade, humanização e controle social”.

“A avaliação da III Conferência é de que esta representa um inequívoco fortalecimento do consenso em torno da proposta da Reforma Psiquiátrica, com toda a sua pluralidade e diversidade interna, elaborando propostas e estratégias para efetivar e consolidar um modelo de atenção em saúde mental totalmente substitutivo ao manicomial. Todo este percurso vem reafirmar que o processo histórico da Reforma Psiquiátrica, compreendido como transformação de saberes, práticas, valores sociais e culturais, é marcado por tensões, desafios e conflitos. Neste sentido, ele se inscreve nas possibilidades e limites das políticas públicas (e do Sistema Único de Saúde em particular) e da implementação de projetos comprometidos com a afirmação de direitos de cidadania, com a luta contra as desigualdades sociais e os mecanismos de exclusão social”. (BRASIL, 2002, p.20)

Essa conferência foi considerada um grande passo para a reorientação da política nacional de saúde mental. Ela reafirma os princípios do SUS, traz normas e diretrizes para a reorientação do modelo assistencial em saúde ao apontar o CAPS como estratégia de mudança de atenção em saúde mental; princípios e diretrizes de recursos humanos e de financiamento, inclusive específicos para serviços abertos e substitutivos; princípios e diretrizes de acessibilidade, de direitos e cidadania e de controle social.

Sobre a superação do modelo asilar, a III Conferência pontua a questão da reabilitação psicossocial, no sentido de realizar ações para a clientela com baixo nível de autonomia e contratualidade (BRASIL, 2002) e salienta que os municípios devem se responsabilizar pelo processo de reabilitação e reinserção social dos usuários.

Afirma, ainda, que os problemas da organização, da produção de redes e dos serviços substitutivos devem ser compreendidos como meio e não como fim, visando à permanente reinserção social das pessoas em sofrimentos psíquico. Também ressalta que cada município, dentro de sua realidade local, deve compor uma rede de diversas modalidades de atenção integrada à rede básica do território. Tenório (2002) assinala a questão de troca do uso do conceito de território em lugar de comunidade, aponta a ideia de territórios subjetivos, nos quais é possível a inserção no mundo com a criação de um projeto de vida através de referências socioculturais e econômicas do cotidiano.

As redes devem abarcar ações nas áreas de trabalho, moradia e educação numa estrutura descentralizada, integrada e intersetorial, de acordo com as necessidades dos usuários. Devem estar inclusos os NAPS/CAPS, leitos psiquiátricos em hospitais gerais (se necessário), centros de convivências, centros de saúde, residências terapêuticas e programas de geração de trabalho e renda (BRASIL, 2002). Embora a questão da existência de uma rede seja necessária e até complexa, é fundamental reconhecer que o eixo organizador dessas redes são as pessoas, sua existência, seu sofrimento (BRASIL, 2004).

Os CAPS, atualmente regulamentados pela portaria 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002, com “papel estratégico na articulação e no tecimento dessas redes”, têm a função da assistência direta e da regulação delas, além de atuarem na promoção da vida comunitária e na autonomia dos usuários, “articulando os recursos existentes em outras redes: socio sanitárias, jurídicas, cooperativas de trabalho, escolas, empresas etc.” (BRASIL, 2004, p.12), enfim, são funções que buscam a inclusão daqueles excluídos pela sociedade devido a seu sofrimento psíquico.

Leão & Barros (2008, p.96) salientam que esse ponto é um dos principais desafios da Reforma Psiquiátrica, “visto que a exclusão é em essência um problema de teor político,

estando diretamente vinculada ao aspecto econômico, devido à precarização do emprego, assim como à desagregação familiar e social”.

A exclusão social é realidade, ela existe para os loucos, assim como para os pobres. “Há ricos, que enlouquecem porque empobreceram e há pobres, que enlouquecem porque ninguém os nota” (BRASIL, 2005a, p.11).

Os programas de trabalho e renda e de cooperativas e associação de usuários devem acontecer com a implementação de políticas públicas para que sua criação seja garantida e consolidada visando à produção de autonomia e de direitos de cidadania (BRASIL, 2002).

As ações que visam à inclusão social pelo trabalho com geração de renda devem ser consideradas como parte integrante do cuidado em saúde mental e, ainda, cada NAPS/CAPS tem de garantir o desenvolvimento de oficinas de produção sistemática, visando à profissionalização do trabalho com remuneração para os usuários (BRASIL, 2002). Embora tais proposições sejam recentes no contexto da reforma psiquiátrica, o seu uso na psiquiatria é antigo, tendo, então, todo um percurso histórico que compreende desde seu uso no manicômio até a criação de novos sentidos para o trabalho dentro do processo da reabilitação psicossocial.

Pontuando o uso do trabalho na psiquiatria – da sua função no aparato asilar à proposta da reabilitação psicossocial

Para Saraceno (2001, p. 126), “o trabalho em manicômio é antigo como o manicômio: norma moral, desfrutar, entretenimento. Até mesmo, com o consentido mecanismo de racionalização da psiquiatria, tornar-se terapia”.

A fundação da psiquiatria, realizada por Pinel, trouxe com ela o tratamento moral. Para Nicácio (1994, p.9) “esta prática de tratamento era o conjunto de medidas que atuavam de modo direto sobre o espírito do alienado” cujo objetivo máximo era normatização moral. Pode-se afirmar que o tratamento moral consistia em um sistema global de intervenção realizado por relações de dominação e o asilo era considerado um instrumento terapêutico devido à relação autoritária estabelecida com o alienado; buscava-se dominação da loucura (NASCIMENTO, 1991). Para a mesma autora, os eixos centrais desse sistema eram: a dominação, a hierarquia, a vigilância e a ordem; assim, “do acordar ao adormecer cada ato do louco devia servir-lhe de ensinamento de ordem” (p.42), uma vez a loucura considerada perda de ordem e razão. Estabeleceu-se, por isso, relação de tutela com o alienado; o médico era a autoridade máxima e imagem paterna.

É nesse sentido que o tratamento moral adquiriu sentido pedagógico: por acreditar na construção de um novo homem através da educação (NASCIMENTO, 1991). Assim o tratamento moral se dispunha a ensinar valores, como a ordem, o trabalho, a realidade e a sociabilidade (NICÁCIO, 1994).

A questão do trabalho foi introduzida como “propriedades socializantes” de salvação nos momentos de crise, que responsabiliza a ociosidade pelos males da instituição. Realizar atividades era visto como algo que “ameniza os efeitos da hospitalização” por dar sentido à vida dos internos, tornar o ambiente hospitalar mais agradável/tranquilo, propiciar o convívio social e “prevenir mais degradação da personalidade” (NASCIMENTO, 1991). Além de transformar o tempo ocioso em tempo útil, reprimia paixões e impulsos dos alienados (NICÁCIO, 1994). Ainda, a implantação de atividades ocupacionais (laborterapia) era um tom de modernização do atendimento ao paciente, portanto, a ocupação foi uma forma encontrada pelos alienistas para embasar a reforma humanizadora na assistência aos loucos, conspiração da época inspirada na Revolução Francesa que propunha resposta libertária às péssimas condições de assistência dos hospitais-gerais (NASCIMENTO, 1991).

Conforme os trabalhos manuais para os alienados convalescentes comprovaram contribuição para a tranquilidade asilar, essas atividades tornaram-se constantes e além do trabalho agrícola, também os serviços de manutenção do hospital estenderam-se para todos os alienados (NASCIMENTO, 1991; NICÁCIO, 1994).

“Para a Medicina Mental o trabalho no asilo não era fator de expiação nem somente educativo; era, sobretudo, terapêutico [...] A ideologia do Tratamento Moral fornecia a racionalização daquelas práticas, justificando cientificamente tanto o enclausuramento como a obrigação do trabalho. O trabalho, na medida em que representava a aprendizagem da ordem, da regularidade e da disciplina, passou a constituir cada vez mais o eixo do tratamento moral.” (NASCIMENTO, 1991, p.66)

Aranha e Silva (1997, p.41) traz que o trabalho (sentido atividade) associado a tratamento (daqueles mentalmente perturbados) tem sua origem na Antiguidade grega, mas somente constituído como conjunto teórico no Tratamento Moral, o qual propõe “um método educativo-pedagógico das condutas e dos costumes aceitáveis e da adaptabilidade social”, em que o trabalho, prescrito pelo médico, concretizava um meio de educação e treinamento, visto como necessário, a partir do qual a instituição era organizada.

O trabalho no asilo tinha propriedade de manutenção da saúde, dos bons costumes e da ordem, considerado, portanto, objetivo, instrumento e indicador de cura, baseando-se na

resposta do alienado ao estímulo do trabalho (NASCIMENTO, 1991). Embora em plano secundário aos objetivos médicos, os objetivos econômicos eram bem-vindos (NASCIMENTO, 1991).

Para Nicácio (1994, p.16), Pinel encontrou uma explicação médica para a utilização do trabalho como efeito terapêutico, na tentativa de encobrir “o instrumento de repressão sobre o corpo e sobre as ideias do alienado, justificando a ação curativa de forma clínica”: tornar a circulação mais uniforme, prevenir congestões cerebrais e preparar um sono tranqüilo.

No Brasil, houve diversas experiências de uso do trabalho nas práticas manicomiais com uma característica diferencial, a de que o trabalho era destinado aos pacientes tachados de incuráveis. Frente a isso, Nascimento (1991) coloca a possibilidade de os alienistas brasileiros não acreditarem no trabalho como instrumento de tratamento, mesmo com inspiração na ideia francesa de trabalho como forma de cura.

No Brasil, o trabalho assume a função de exclusão, gestão financeira e disciplinar, pois no final no século XX, os críticos do alienismo assumiram a ineficácia do tratamento moral e, mesmo assim, colônias agrícolas foram instaladas. “No primeiro plano das intenções alienistas, o trabalho representava a possibilidade de autossustentação financeira do asilo”, inclusive esse proveito econômico explorador foi proferido diversas vezes em discursos psiquiátricos da época (NASCIMENTO, 1991, p.90).

Franco da Rocha defendia que os trabalhos de grande vantagem econômica, desde que não oferecessem perigo, seriam aqueles que trariam melhores resultados ao hospício, como a criação de galinhas e vacas de leite; tais resultados eram representados pelo volume de lucro propiciado pela atividade. Essa perspectiva é justificada à medida que a atividade psiquiátrica é considerada lugar de incurabilidade, portanto, um fardo pesado à sociedade, e exigia a diminuição desses ônus, alegando que a sociedade normal e produtiva não era obrigada a alimentar os insanos, uma vez que era considerado possível o fato de eles mesmos proverem suas subsistências através do trabalho (NASCIMENTO, 1991).

O trabalho realizado pelos internos compreendia serviços pequenos até jornadas regulares nas colônias agrícolas, e não havia remuneração por se entender que aquilo era parte do tratamento, uma forma de troca; eles recebiam alguns privilégios pessoais, como a devolução de algum direito retirado, cigarros, objetos de uso pessoal, roupas, direito de dormir em um lugar melhor, liberdade de circulação, vales para utilizar na cantina. Esses privilégios somente aconteciam através da boa conduta e da concordância na realização do que lhes era imposto (NASCIMENTO, 1991). Essa autora ainda pontua que “é fácil

compreender que, para quem já perdeu tudo, qualquer mínima recuperação tem sentindo vital” (p.99).

As concepções do uso do trabalho até aqui apresentadas se remetem ao aparato asilar, mas há diversos outros movimentos surgidos com o desafio de inserir o trabalho no contexto da reabilitação psiquiátrica e fora do contexto hospitalar.

A experiência americana, ocorrida a partir de 1940 e que propõe a reinserção de pacientes psiquiátricos em estado grave no mercado formal de trabalho, não está ligada a um serviço de saúde referência dos pacientes, mas sim a programas sociais, geralmente de ordem não governamental (LEAL, 2004). São dois os modelos americanos: “modelo de treinamento pré-profissional” e “modelo de emprego apoiado”. No primeiro, como o próprio nome diz, os doentes passam por um período de preparação/treinamento antes de serem inseridos num trabalho que qualquer pessoa possa fazer e que pague o valor do mercado. Tal preparação pode se dar de maneiras diversas, *workshops* protegidos, emprego transitório de uma agência de reabilitação, treinamento de habilidades etc.; os doentes são acompanhados somente nesse período de treinamento (LEAL, 2004). Fica claro, nessa passagem, a marca individualista desse modelo que acredita num possível resgate da capacidade e potencialidade do indivíduo para se adaptar ao mercado de trabalho através da intervenção reabilitadora, sem se levar em consideração a organização do mercado de trabalho, restritiva ou que exija critérios não alcançados pelos doentes mentais (SARACENO, 2001; LEAL, 2004).

Já no “emprego apoiado” os pacientes não são submetidos a treinamentos longos, são inseridos num trabalho como o anterior, no entanto, recebem no local, suporte de um especialista naquele tipo de atividade. Nesse modelo, os pacientes são reconhecidos como diferentes dos demais, possuem uma adaptação diferente, por isso a necessidade de um acompanhamento (LEAL, 2004).

O modelo anglo-saxão da *vocational rehabilitation/vocational therapy, occupational rehabilitation/occupational therapy* já traz “terapia” e “reabilitação” no nome, porém, segundo Leal (2004), ele não difere muito do modelo americano de “treinamento pré-profissional”, pois as técnicas de reabilitação para os trabalhos estão centradas no indivíduo. Apresenta dificuldades de interação social e busca contorná-las com a utilização de técnicas cognitivo-comportamentais. Mesmo assim permanecem outras dificuldades: a reabilitação laborativa passa por entretenimento e os ambientes não estão preparados para receber indivíduos desabilitados e reabilitados (SARACENO, 2001). O autor coloca, ainda, a dificuldade de passagem de um estado protegido para o mercado livre de trabalho.

O modelo francês da *readaptation* implica a normalização dos desabilitados frente ao mercado de trabalho. Baseia-se em princípios como: a observação e a orientação, a formação e a reinserção (SARACENO, 2001). A reinserção no trabalho acontece por meio de contratos com a previdência social e por contratadores. Após a inserção, o indivíduo passa por um período de observação e avaliação, e, se considerada impossível a reinserção em curto ou médio prazo, os pacientes retornam aos locais de tratamento de onde vieram (SARACENO, 2001).

Para Saraceno (2001), nos modelos apresentados não fica claro “o sentido” dado ao trabalho no processo de reabilitação, nem mesmo as relações entre entretenimento, adestramento e reinserção. Por isso, esbarram em obstáculos e problemas no processo de se tornar realmente uma proposta de reabilitação, como: a distância entre os serviços de reabilitação e o mundo externo; não levam em conta o contexto, somente o indivíduo; visam à “cura”, o retorno à normalidade, separam a terapia e a reabilitação; além de serem programas rígidos e idealizados.

Nessa perspectiva surge a necessidade de “enfrentar o problema da relação entre trabalho e doença mental, a partir de um ponto vista totalmente alternativo”, com um modelo que se pautar na desinstitucionalização e na sua função de produzir subjetividade do indivíduo na sua relação com a instituição. A finalidade é possibilitar a “recuperação do poder de contratualidade, isto é, a posse de recursos para trocas sociais e, por conseguinte, para a cidadania social” (SARACENO, 2001, p. 130 e 133).

Apresenta-se, então, o modelo das cooperativas italianas sob a noção da empresa social, um mecanismo anti-institucional de trabalho, oposto ao da lógica de exploração de trabalho dependente, que se apresenta como uma forma solidária e coletiva de exercício da empresa (SARACENO, 2001). A empresa social se apresenta como um empreendimento econômico e social que promove novas redes e relações entre os sujeitos, portanto o trabalho, nesse caso, não é uma mera “resposta à necessidade”, mas “espaço de produção de sentido e valores subjetivos e de troca” (SARACENO, 2001, p.140). Empresa social não é um mundo de produção de riquezas, mas o mundo de sua distribuição e redistribuição através de reconstrução de um intercâmbio de trocas sociais que cultivam relações de confiança e de construção de autoestima acrescentando valor pessoal e prazer naquilo que se faz (DE LEONARDIS, MAURI, ROTELLI, 1995). Enfim, busca-se a independência econômica juntamente com a independência subjetiva (BARROS, 1994).

Para Amarante (2007) o fato da criação das cooperativas de trabalho para os pacientes dos hospitais psiquiátricos é apontado como uma iniciativa “muito ousada”, por propor uma

estratégia de cidadania, de autonomia, de emancipação, capaz de transpassar a questão de atividade terapêutica, ou ocupação do tempo ocioso ou, ainda, de controle e submissão institucional.

Na experiência italiana, a prática das cooperativas acontecia guiada pelos objetivos de: 1) extinguir a ergoterapia; 2) ser um meio de aquisição de aposentadoria, após seis anos de contrato; 3) promover a reconstrução social, aumento do poder social e contratual através da incorporação no ciclo produtivo; 4) ser uma alternativa de trabalho para as pessoas que deixavam a vida manicomial e traziam consigo os resquícios dessa vida (BARROS, 1994).

No Brasil, o movimento de fazer do trabalho instrumento de reabilitação psiquiátrica fora do contexto hospitalar é recente, com suas primeiras experiências iniciadas em 1990 (LEAL, 2004). A mesma autora aponta as três grandes experiências: a do Programa de Saúde Mental de Santos, a do CAPS Luiz Cerqueira de São Paulo e do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira de Campinas.

A experiência de Santos surge com a proposta de “ampliação dos espaços/habitat, das possibilidades de expressão subjetiva e das redes de trocas sociais” e busca a produção de autonomia, cidadania e direitos aos usuários através da inserção pelo trabalho; os usuários são reconhecidos como sujeitos de capacidades (NICÁCIO; KINKER, 1996, p.122). Essas ações de reabilitação no Programa de Saúde Mental, em Santos, não se restringiam à fase final e/ou ulterior ao tratamento, mas permeavam todo o “processo de cuidar, produzir e ampliar a rede relacional e o poder contratual do tutelado” (NICÁCIO; KINKER, 1996, p.122). Essa experiência santista surge após a intervenção Casa de Saúde Anchieta e foi coordenada pela Unidade de Reabilitação Psicossocial (URP) que acompanhava a inserção nos diversos projetos de trabalho do município (KINOSHITA, 1996b).

No CAPS Luiz Cerqueira, a experiência aconteceu no Projeto Trabalho criado através da demanda dos usuários por uma atividade produtiva, e viabilizado pela Secretaria de Saúde e pela Associação Franco Basaglia, uma associação não governamental criada pela necessidade particular do CAPS. Era formada pelos técnicos, profissionais, estudantes, usuários, familiares que desenvolviam ainda atividades científicas, culturais e de sociabilidade. Nesse caso, é a associação que administra o recurso financeiro obtido e repassa ao usuário-trabalhador sob a forma de remuneração compatível com as horas trabalhadas (ARANHA E SILVA, 1997).

A experiência do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira acontece por meio do Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT) que oferece vagas em diversas oficinas. O NOT propõe uma nova dinâmica para o trabalho na saúde mental, promove espaços de formação

profissional, instrumentaliza e prepara os usuários para serem reintegrados à sociedade. Tem como objetivo produzir subjetividade, relações interpessoais e respeitar a potencialidade de cada usuário frente às etapas de produção (DOMITTI; CARNEVALLI; BIANCHINI, 2001). Na busca de amparo legal (respaldo técnico, financeiro e jurídico) foi fundada a Associação Cornélia Vlieg, uma iniciativa dos profissionais envolvidos nesse núcleo. Ela possibilitou a emissão da “bolsa oficina” como resultado da produção, das vendas e da avaliação do desempenho do participante, esta realizada pelo coordenador, monitor e grupo de usuários que avaliam diversos critérios como assiduidade, pontualidade, responsabilidade etc. (DOMITTI; CARNEVALLI; BIANCHINI, 2001).

Embora apresentadas essas grandes experiências, reconhecemos que existem outras, mas como coloca Leal (2004, p.13) “não são numerosas e menor ainda é a produção escrita sobre elas”. E, embora algumas experiências se sucedam, são enormes os desafios colocados para elas, entre os quais se destacam a viabilidade econômica, a organização coletiva do grupo, a própria produção de autonomia.

No caminho de encontrar solos férteis para a inclusão social de pessoas em sofrimento psíquico através do trabalho, foi lançada a estratégia nacional, que articula a Saúde Mental e a Economia Solidária, a qual ganha força por meio da parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Saúde. Eis, portanto, mais um novo desafio para o campo da saúde mental, mas, ao mesmo tempo, uma nova possibilidade de inserção do trabalho nessa esfera.

Saúde Mental e Economia Solidária: uma nova estratégia para a inclusão social pelo trabalho

Tanto a economia solidária quanto a reforma psiquiátrica vêm de uma matriz comum, ou seja, ambas emergem da concepção de mudança de sociedade, para o caminho de uma sociedade mais generosa, inclusiva e solidária como coloca Paul Singer (BRASIL, 2005a). Por isso, a luta contra a exclusão social e econômica é objetivo da economia solidária e do movimento antimanicomial.

As articulações entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego foram fortalecidas por ocasião da realização da “Oficina de Geração de Renda e Trabalho de Usuários de Serviços de Saúde Mental” ocorrida em novembro de 2004 (BRASIL, 2005b). Nessa oficina, estiveram presentes 78 iniciativas de geração de trabalho e renda, e foi um momento de troca, discussões e elaboração de propostas para uma política nesse campo. Aconteceram diversas deliberações: foi criado um grupo de discussão nacional sobre o tema

e, também, foi publicada a Portaria Interministerial N°353/2005, que instituiu o Grupo de Trabalho (GT) de Saúde Mental e Economia Solidária para construção e implementação dessa política (BRASIL, 2006).

Em março de 2006, esse grupo apresentou o relatório final das atividades, que envolveu usuários, gestores, profissionais, movimentos sociais e baseou-se nas atribuições definidas na Portaria Interministerial N°353/2005 e nas propostas elaboradas durante a Oficina. Assim, estabeleceu quatro eixos norteadores de suas ações: 1) mapeamento, articulação, redes de comercialização e produção; 2) Formação, Capacitação, Assessoria e Incubagem; 3) Financiamento; 4) Legislação. Identificaram-se as principais necessidades presentes no campo e foi elaborado um conjunto de propostas para os eixos apresentados (BRASIL, 2006).

Ainda foram apresentadas recomendações do Grupo para as Iniciativas de Geração de Trabalho e Renda e para as redes de saúde mental no território aos Gestores Estaduais e Municipais, ao Ministério do Trabalho e Emprego, para o Ministério da Saúde e para ambos.

O relatório identificou como iniciativas de trabalho e renda solidários as experiências que fazem parte das ações do processo de reabilitação psicossocial dos usuários de serviços de saúde mental. Esse processo busca a emancipação dos usuários/pessoas com transtornos mentais graves e visa à construção da autonomia, vivência com a comunidade, criação de vínculos, possibilidade e oportunidade de trocas, aprendizagem de novos conhecimentos e práticas, crescimento pessoal e profissional. Busca, também, promover redes de articulações intersetoriais que permitam a reconstrução material e simbólica da vida e da subjetividade dessas pessoas, aumentando, assim, seu poder social e contratual (BRASIL, 2006).

Quanto às recomendações do GT, de maneira geral, propõem fomento e incentivo de iniciativas de geração de renda e trabalho que visem à inclusão social de pessoas com transtornos mentais e/ou com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas; incentivo às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares a assessorar empreendimentos solidários da saúde mental, através de recursos do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas). Elas propõem, também, a atualização de banco de dados, como o SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – apontam os empreendimentos solidários da saúde mental, atualização do CIST – Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho. Enfatizam ainda a necessidade de estudar os dispositivos legais necessários para a criação de bolsa-trabalho em parceria com os empreendimentos econômicos e solidários para as pessoas com transtornos mentais e/ou com transtorno decorrentes do uso de álcool e outras drogas; e, ainda, diversos incentivos financeiros.

Portanto, a interação entre a Saúde Mental e a Economia Solidária é mais uma estratégia para a inclusão social pelo trabalho que encontra, no processo da Reforma Psiquiátrica, sua justificativa para acontecer, ser concretizada. Tanto a Saúde Mental como a Economia Solidária têm, em suas histórias, ideários bem semelhantes; assim, ambas se complementam em busca de uma sociedade com maiores possibilidades, maior inclusão, solidariedade, enfim, de mais produção de vida.

Economia Solidária: uma alternativa de organização e práticas econômicas – revisão de conceitos

A organização da produção e a distribuição de bens e serviços podem acontecer de diversas maneiras, a partir da interação de agentes especializados imersos em uma divisão social do trabalho (SINGER, 2000). O modo de produção mais conhecido e vigente na nossa economia é o Capitalismo, um modo de produção que adota os princípios de direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. Esses dois princípios, quando adotados, resultam, naturalmente, na competição e na desigualdade, uma vez que a sociedade se polariza em duas classes: aquela que é proprietária ou que possui o capital, e a outra, que vende sua força de trabalho por não dispor de capital (SINGER, 2002). Essa competição na economia capitalista tem sido muito criticada por causa de seus efeitos sociais, como a distinção entre ganhadores e perdedores. Arruda (2003) coloca que a constante concentração de riqueza e renda no capitalismo tem resultado em desigualdades sociais, miséria e exclusão.

Singer (2002) defende que, para uma sociedade ser predominantemente igualitária, a economia precisa ser solidária, ao invés de competitiva, no sentido de os trabalhadores atuarem de modo cooperado e não competitivo.

A economia solidária surge nesse contexto como outro modo de produção e distribuição de bens e serviços, alternativo ao capitalismo. Nessa economia, prega-se a associação entre iguais, em vez de contrato entre desiguais; tem como princípio básico a posse de parcelas iguais de capitais entre os sócios, conseqüentemente, todos possuem o mesmo direito de voto em todas as decisões, sem competição entre eles (SINGER, 2002).

Para Mance (2000) não há um consenso sobre o significado do termo *economia solidária*, pois ele abriga muitas práticas econômicas. Em geral, o termo está associado à prática de produção, comercialização, consumo e serviços que defendem a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, autossustentação, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e preservação do equilíbrio dos ecossistemas. Contudo, através de estudos e análises distintas, o autor coloca que essas características descritas não estão na sua totalidade presentes em práticas concretas elencadas como economia solidária.

Arruda (2003, p.235) aponta a economia solidária como uma prática fundada em “relações de colaboração solidária”, que tem como sujeito e finalidade da atividade econômica o ser humano e não o capital e sua acumulação.

São quatro importantes características apontadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (2006) como o conjunto de formas econômicas e formas de organização da economia solidária: solidariedade, cooperação, autogestão e viabilidade econômica.

Westphal (2008, p.44) aponta que a “solidariedade é uma categoria dos tempos modernos e, na sua concepção atual, surgiu no início do século 19, como resposta às realidades decorrentes da sociedade industrial”. Arruda (2003) também afirma que a noção de solidariedade tem sua origem na história econômica e surgiu como reação à cultura do egoísmo, do individualismo e da ficção do *Homo economicus*. Ao longo da história do capitalismo, o princípio da solidariedade vem inspirando movimentos sociais e laborais, ao se contrapor ao princípio da competição. Assim, o princípio da solidariedade estimula valores de partilha, de reciprocidade e da comunicação dialógica “para a construção de unanimidades que respeitam a diversidade” (ARRUDA, 2003, p.234). A solidariedade envolve reconhecimento, acolhimento e respeito pelo outro, convoca à responsabilidade por cada um e pelo todo, não somente para cumprir deveres com o outro, com a comunidade e com a sociedade, mas para assumir uma postura ativa daquele que acolhe o outro, uma vez que é complementar a si próprio (ARRUDA, 2003). Para a SENAES, a solidariedade envolve, ainda, “um comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras” (SENAES, 2006, p. 12).

Jesus & Tiriba (2003) definem o termo cooperação como possuidor de dois sentidos, o sentido de ação e o de movimento coletivo, este oposto à perspectiva individual e individualista. No sentido de ação, cooperação significa tomar/fazer parte de um empreendimento coletivo, cujos resultados dependem da ação de todos os participantes. No sentido de movimento, os autores se remetem à história da humanidade. A vida em coletividade era característica das primeiras civilizações; os indivíduos buscavam nos grupos proteção e meios materiais essenciais para a vida. Por meio de várias revoluções (econômica, intelectual, espiritual, agrícola, política e industrial) a coletividade foi, aos poucos, substituída pela civilização individualista (JESUS; TIRIBA, 2003). Mas, para Lassere (apud Jesus & Tiriba, 2003), o movimento da história vem se invertendo. O individualismo tem se esgotado e a nova tendência é o retorno para o coletivo, tanto pelo progresso técnico, quanto pela

condição da classe dos trabalhadores. Para o SENAES (2006, p.12) cooperação é a “existência de interesses e objetivos comuns, união de esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades”.

Lechat & Barcelos (2008) consideram a autogestão como uma forma de organização da ação coletiva, com um caráter multidimensional (social, político e técnico). Para as autoras, o termo autogestão tem significado literal de administrar, gerir a si mesmo, porém é utilizado para caracterizar grupos que se organizam sem chefia e, ainda, no seu sentido restrito, expressa gestão direta e democrática dos trabalhadores, nas funções de planificação, direção e execução. Lechat & Barcelos (2008) apontam que a autogestão é considerada um dos conceitos mais complexos e desafiadores do Movimento da Economia Solidária no Brasil. Ela tem um caráter que a diferencia do cooperativismo empresarial¹ e das outras propostas de economia solidária como instrumento de geração de trabalho e renda, tendo em vista que há muitos projetos econômicos solidários, cooperativos que, entretanto, não chegam à autogestão.

A questão da viabilidade econômica é colocada pelo SENAES (2006, p.12) como “agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo”.

Rech (2000) traz os princípios das cooperativas, uma modalidade de organização solidária de produção, os quais estão intrinsecamente ligados às características solidárias. São sete os princípios: 1. livre acesso e adesão - a necessidade de manter as portas abertas para que as pessoas possam entrar e sair sem maiores dificuldades, porém com a existência de critérios: os cooperados devem estabelecer estatutos que prevejam os mecanismos de entrada e saída, além de terem autonomia coletiva para decidir sobre entradas; 2. controle, organização e gestão democrática - coloca o direito a um voto por cooperado, posição de igualdade em relação à apropriação de poderes políticos e econômicos, e a necessidade de autonomia frente ao Estado; 3. participação econômica de seus associados - contribuição de maneira equitativa dos cooperados no início da cooperativa e controle democrático do capital gerado nela; uma parte deve formar a reserva (indivisível); outra deve ser dividida entre os cooperados e outras ainda devem servir para o apoio a outras atividades da cooperativa, conforme decisão em assembleia; 4. autonomia e independência - as cooperativas devem se

¹ Por cooperativismo empresarial, entendem-se cooperativas que se distanciam das bases ideológicas cooperativistas e se aproximam/identificam com os valores econômicos e políticas dominantes, deixando de oferecer aos seus associados/cooperados aspectos sociais e ideológicos.

constituir e funcionar com liberdade e autonomia, sem ter de se submeter ao Estado ou a outro tipo de instituição, e buscar com cautela não se tornarem reféns de financiadores ou contribuintes do capital; 5. educação, capacitação e informação - é necessário investimento na educação, assistência técnica e social dos cooperados e suas famílias; 6. cooperação entre as cooperativas - visando ao fortalecimento do cooperativismo e da transformação da sociedade, as cooperativas devem buscar integração entre si; 7. compromisso com a comunidade - deve-se buscar concretizar uma relação muito próxima com a comunidade em que se encontra para lhe irradiar seus princípios.

Empreendimentos econômicos solidários

Entendem-se, por esse conceito, as diversas modalidades de organização econômica que se originam da livre associação dos trabalhadores e se baseiam nos princípios da cooperação, autogestão, eficiência e viabilidade. Esses empreendimentos reúnem pessoas excluídas do mercado de trabalho, que encontram na economia solidária alternativas coletivas de sobrevivência (GAIGER, 2003). Também são encontrados na literatura outros termos que revelam esse mesmo conceito, tais como, empreendimento autogestionário ou, até mesmo, empreendimento coletivo autogestionário.

Singer (2000) tentou uma classificação sumária e provisória do conjunto de atividades que operam sob os princípios da economia solidária. Para ele, haveria, em primeiro lugar, as cooperativas de produção industrial e de serviços que possuem capital abundante, utilizam a melhor tecnologia e agem de maneira competitiva em mercados, nacional ou mundial. Na sequência, viriam as cooperativas que possuem capital modesto, utilizam tecnologias herdadas de empresas antecessoras e agem com dificuldade no mercado, enfrentam dificuldades para se manter em certos tipos de mercado. Finalmente, vêm, em grande número, as pequenas associações de trabalhadores marginalizados ou pessoas estigmatizadas que buscam realizar alguma atividade produtiva, cuja sobrevivência se dá graças a doações e apoio voluntário de externos. Esta última classificação não possui capital, a não ser a capacidade de trabalho de seus integrantes. Fazem parte, ainda, do campo da economia solidária, os clubes de troca, as cooperativas de crédito, de habitação, de saúde e escolares.

Ainda, Singer (2000, p.23) formula “a hipótese de que ela [a economia solidária] poderá se estender a todos os campos da atividade econômica”, devido à variedade de organizações que integram o campo da economia solidária.

O Ministério do Trabalho e do Emprego (2008a) considera empreendimentos econômicos solidários aqueles cujas organizações são: 1) coletivas ou suprafamiliares, nas quais os integrantes praticam a autogestão das atividades e da alocação dos resultados, e são trabalhadores do meio urbano ou rural; 2) permanentes, e não de práticas eventuais - além de empreendimentos já implantados, inclui também aqueles em processo de implantação em que o grupo já tem definida a atividade econômica; 3) aquelas que dispõem, ou não, de registro legal, o que prevalece é a vida regular da organização; 4) de atividades econômicas de prestação de serviço, de fundos de crédito, de produção de bens, de comercialização e de consumo solidário; 5) de diferentes graus ou níveis (singulares ou complexas) desde que se cumpram os pontos já observados.

Nas organizações que seguem os princípios solidários não existe salário e, sim, retirada ou remuneração, decidida coletivamente se devem ser iguais ou diferenciadas. Se a cooperativa acumular capital, todos ganham por igual; porém, se esta vier a ter dívidas, todos participam do prejuízo e de esforços com os débitos assumidos (SINGER, 2002).

O Atlas de Economia Solidária, que disponibiliza os dados do mapeamento até 2007, aponta que existem registrados no Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES) um total de 21.859 empreendimentos solidários em todo o Brasil. No estado de São Paulo são 813 empreendimentos cadastrados. Desses, 514 são grupos informais, 175 cooperativas, 112 associações e 12 são outras formas de organização. A maioria dos empreendimentos é de produção de artefatos artesanais (191), seguido pelo de produção e serviços de alimentos e bebidas (134), serviço de coleta e reciclagem de materiais com 115 dos empreendimentos, 99 são de produção agropecuária, extrativismo e pesca, 95 de produção têxtil e confecção, 84 de prestação de serviços diversos, 43 de produção industrial, 14 de produção e serviços diversos e 3 empreendimentos são de serviços relativos a crédito e finanças (SENAES, 2008).

História da Economia Solidária

É difícil citar apenas um nome como criador da economia solidária, mesmo porque, segundo Singer (2000, p.13), a economia solidária é uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”. Contudo, suas bases ideológicas remontam à primeira metade do século XIX, momento em que grandes autores socialistas “utópicos”, como Robert Owen, Charles Fourier, Buchez, Proudhon e outros, fizeram contribuições decisivas para seu desenvolvimento.

Rech (2000), ao fazer uma pesquisa histórica aprofundada sobre o cooperativismo, destacou que tipos semelhantes de organização apareceram muito antes do século passado. São exemplos: os *grêmios* do antigo Egito, as *orglonas e tiasas* na Grécia, os *colégios* e as *sodalistas* dos romanos, os *ágapes* dos primeiros cristãos citados nos Atos dos Apóstolos da Bíblia. Ainda, na América, os *incas* e *astecas* expressaram, no modo de trabalho e vida em geral, a solidariedade e cooperação. Porém, o mesmo autor afirma que, somente no século XIX, as cooperativas se consolidaram na conjuntura atual.

Talvez Robert Owen tenha sido o mais importante iniciador desse movimento, hoje conhecido como movimento socialista. Ele, diferente de alguns de seus contemporâneos, sempre optou por testar suas proposições na prática social e econômica. Destaca-se o complexo têxtil de New Lanarck, na Grã-Bretanha, depois a colônia cooperativa de New Harmony, nos Estados Unidos. Owen, também, iniciou um movimento sindical e incentivou a formação de cooperativas (SINGER, 2003). Foi o iniciador de diversos movimentos, e também o inspirador de muitos outros.

É importante citar a famosa Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, em Rochdale, no norte da Inglaterra, considerada a mãe de todas as cooperativas. Foi um importante Centro Têxtil, fundado em 1844, por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles seguidores de Owen. Experiências baseadas nos princípios do cooperativismo gerados em Rochdale foram aperfeiçoadas e recriadas em outros contextos socioculturais, e logo desenvolveram variadas formas e maneiras de se expressar (ARRUDA, 2003). Para este autor, “a despeito desta diversidade, são informadas por valores comuns, tais como a valorização do trabalho humano, a promoção das necessidades como eixo da atividade econômica, comercial e financeira, o reconhecimento da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de colaboração respeitosa com a natureza e a prática da cooperação, da reciprocidade, da partilha e da solidariedade” (p.235).

O ressurgimento da Economia Solidária no Brasil

De 1940 a 1970, a classe operária se encontrava em pleno emprego e acomodada ao assalariamento. O movimento operário melhorou a situação dos assalariados, uma vez que conquistou vários direitos: “menos horas de trabalho, salários reais mais elevados, seguridade social mais abrangente e de acesso universal, ou quase, tornaram-se realidade nos países desenvolvidos” (SINGER, 2002, p. 109). Até mesmo no Brasil, os assalariados formais conseguiram, através de sindicatos, o direito a uma vida de classe média. O avanço se tornou

crescente e generalizado após a Segunda Guerra Mundial, quando os operários passaram a defender os direitos já conquistados e sua ampliação, ao invés de lutar contra o assalariamento e buscar uma alternativa para ele (SINGER, 2002).

O cenário mudou a partir da década de 80, com a crise social e a volta do desemprego em massa. Em 1981, tiveram início os movimentos sociais de reação à crise do desemprego em massa e, a partir de 1990, o cenário se agravou devido à abertura do mercado interno às importações (SINGER, 2000). A transferência da produção mundial para países sem conquistas de movimentação operária levou à desindustrialização nos países centrais e no Brasil; vagaram vários postos de trabalhos formais (SINGER, 2002).

É nesse contexto que ressurgiu a economia solidária, que, para Singer (2002), foi reinventada. Há vestígios de que novas cooperativas e formas análogas de produção associadas foram criadas em vários países. Esse “novo cooperativismo”, citado por Singer (2002), é caracterizado pela volta de princípios, principalmente, a democracia, a igualdade nos empreendimentos e insistência na autogestão.

Em 1991, operários, com o apoio de assessores sindicais, tomam posse de uma massa falida de uma empresa em que antes trabalhavam e, assim, voltam à ativa, retomam seus postos de trabalho (SINGER, 2000). Em 1994, empresas desse tipo de origem fundam a ANTEAG – Associação de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias.

“No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária etc.” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO, 2008b). São entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária as organizações que promovem ações nos vários níveis de apoio direto aos empreendimentos, como: assessoria, incubação, assistência técnica, capacitação e acompanhamento (SENAES, 2006). Dentre essas entidades, podem ser citadas as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), entidade ligada à Igreja - Cáritas, Unisol, dentre muitas outras.

Devido à variedade e complexidade de entidades, torna-se extenuante descrever cada uma delas, mesmo porque este não é o objetivo desse trabalho. Entretanto, destacaremos as ITCPs, um tipo de entidade de apoio e assessoria que tem ligação com o objeto de estudo do presente trabalho.

As ITCPs vêm sendo criadas desde a década de 1990, pertencem às universidades brasileiras públicas, uma vez que cada universidade se torna uma unidade de estudo e fomento

à economia solidária. O surgimento dessas incubadoras vem da necessidade de desenvolver alternativas que promovam condições mínimas de cidadania a segmentos excluídos pela lógica capitalista (CORTEGOSO *et al*, 2008).

Porém, Cortegoso *et al* (2008, p.118) colocam os desafios dessas incubadoras pautadas na economia solidária:

“desenvolver formas de ação capazes de viabilizar não apenas a existência de coletivos organizados para o trabalho, mas seu funcionamento como células efetivamente autogestionárias e comprometidas com os princípios orientadores [...] bem como a inserção dessas células em complexas redes de relações que envolvem outros empreendimentos solidários, outros atores sociais da economia solidária e mesmo no mercado capitalista, em geral pouco amistoso em relação a esta forma de organização do trabalho e gestão”.

Essas incubadoras vêm com seus parceiros num caminho de busca de respostas para as dúvidas e inseguranças que acompanham o fazer crítico e o convívio com a realidade da população, que sofre pela falta de condições dignas de moradia, trabalho, educação e alimentação (CORTEGOSO *et al*, 2008).

A Incubadora Regional de Cooperativas Populares – INCOOP da UFSCar

A INCOOP da UFSCar existe desde 1998, é responsável pelo processo de incubação de diversos empreendimentos solidários de diferentes atividades econômicas e população (CORTEGOSO *et al*, 2008). Apresenta uma proposta e uma prática que buscam integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, incluindo professores, alunos de graduação e de pós-graduação e profissionais de diferentes níveis e formação (CORTEGOSO *et al*, 2008).

Como parte de suas atividades, a INCOOP oferece uma disciplina optativa denominada ACIEPE - Atividade Curricular de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, oferecida por vários departamentos da universidade. A ACIEPE ofertada pela INCOOP é a denominada “Cooperativas Populares e Economia Solidária”, aberta para todos os alunos da universidade e pessoas da comunidade.

O processo de incubação compreende em “*assessorar grupos para a formação de empreendimentos econômicos*, por meio da oferta de subsídios e do acompanhamento do processo de tomada de decisão e implementação de atividades”. Há participação dos responsáveis pela incubação em todas as etapas do trabalho, até mesmo na avaliação de resultados (CORTEGOSO, 2007, p.254).

Tal processo, na concepção da equipe da INCOOP, busca como resultado desejável: empreendimentos de natureza popular, de organização coletiva e de funcionamento autônomo, com capacidade de identificação de suas próprias necessidades e de resolução das mesmas; inserção no mercado e contexto amplo da economia solidária. Busca, também, características compatíveis com as diretrizes e princípios do cooperativismo e da economia solidária; aprimoramento da sensibilidade dos envolvidos no processo para que possam apreender as necessidades e potenciais da população envolvida; produção de conhecimento e tecnologias adequados às necessidades e condições da população envolvida, buscando tornar esse conhecimento acessível (CORTEGOSO *et al*, 2008). Como forma de alcançar tais resultados, a INCOOP apresenta um método de incubação pautado em 16 classes gerais de comportamentos organizacionais.

A apresentação da economia solidária, seus princípios e valores, assim como de sua rede de apoio/fomento a empreendimentos econômicos evidenciam a possibilidade de concretizar a superação da economia pautada nos moldes capitalistas e certamente a possibilidade de criação de alternativas econômicas reais e legais para pessoas em desvantagem social, os desfavorecidos da sociedade atual, com a inclusão de pessoas em experiência de sofrimento psíquico.

O Percurso Metodológico

A primeira questão a assinalar quanto à fundamentação teórico-metodológica dessa pesquisa refere-se ao fato de ela se inscrever nos pressupostos do método qualitativo de investigação. Como afirma Minayo (2007, p.57), “o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”.

Cenário do estudo

A pesquisa aconteceu no empreendimento solidário RECRIART, cujos integrantes são usuários do CAPS de São Carlos.

Para contextualizar essa experiência, optamos por descrever o cenário do estudo em um capítulo. Para essa descrição foram utilizadas diversas fontes de informação: o projeto de construção do empreendimento enviado à Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar, trabalhos apresentados em eventos, documentos do empreendimento tais como Livro de Atas da Oficina, Livro de Atas das Assembléias, Livro de Atas da Equipe de Incubação, além da própria vivência da pesquisadora junto ao grupo.

Em março de 2008, esta pesquisadora inseriu-se no RECRIART, primeiramente como parte das atividades da disciplina PESCD (Estágio Supervisionado de Capacitação Docente em Enfermagem) realizada na ACIEPE e oferecida pela INCOOP, no primeiro semestre do mestrado. Desde então, participou das reuniões semanais da equipe e das assembléias mensais do RECRIART, além de outras atividades relacionadas ao grupo. A inserção recente no grupo aconteceu com o intuito de aproximação dos usuários, promoção de vínculos com eles, conhecimento da dinâmica de funcionamento do grupo e de todo o contexto em estudo.

Procedimentos Éticos

Este projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos para análise. E, somente após sua aprovação, foi iniciada a coleta de dados (ANEXO A).

Sujeitos da Pesquisa

Foram considerados sujeitos desse estudo os usuários do CAPS, integrantes do Grupo RECRIART, no período da coleta de dados. A pesquisa foi apresentada ao grupo em assembleia no dia 04 de julho de 2008, com a proposta de que ela se iniciaria naquele mês. Todos os usuários foram convidados e encorajados a participar.

A participação dos usuários na pesquisa deu-se de forma livre e somente após a assinatura do consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE A, em duas cópias (uma para o participante, outra para a pesquisadora)). Antes de iniciar as entrevistas, retomavam-se os objetivos e propósitos da pesquisa, riscos e benefícios, a saber: a possibilidade de desistir da participação a qualquer momento, a certeza de que os dados seriam confidenciais e sigilosos (em nenhum momento seria divulgado o nome do participante), o conhecimento de que sua participação e sua contribuição, quaisquer que fossem, não afetariam sua relação com o serviço, com o RECRIART e nem mesmo com a pesquisadora e a Universidade.

Dos 31 integrantes do grupo, foram entrevistados 16 usuários. Por não se tratar de um grupo extenso de pessoas, pensávamos entrevistar todos os integrantes do empreendimento. Porém, ao final, no período determinado para a coleta de dados, estes passaram a se repetir e ocorreu saturação teórica dos dados. Dos convidados a participar, cinco não se dispuseram a relatar sua experiência e um, embora tenha tentado, a pesquisadora não conseguiu compreender o que expressava através de suas falas e a entrevista foi descartada.

Instrumento de coleta de dados – as entrevistas

Para a coleta de dados com os usuários, foi utilizada a entrevista definida por Haguette (1992) como um processo de interação entre duas pessoas, no qual o entrevistador tem como objetivo obter informações do entrevistado. A entrevista para Ludke & André (1986) é um instrumento de pesquisa que permite uma interação entre o pesquisador e o informante e a criação de uma atmosfera de influência recíproca entre ambos.

A entrevista seguiu um roteiro semiestruturado (APÊNDICE B), iniciou-se com a seguinte questão norteadora: “Como tem sido para você a experiência de participação no RECRIART? À medida que essa questão foi respondida, outras foram formuladas, tais como: “Por ser um empreendimento solidário, como tem sido participar de todas as atividades envolvidas? Quais as facilidades/dificuldades? Essas questões foram utilizadas com o intuito de aprofundar o tema considerando o objetivo do estudo.

O período de coleta de dados deu-se nos meses de julho e agosto de 2008. Todas as entrevistas aconteceram no CAPS, conforme a disponibilidade dos usuários, tiveram duração de 15 a 35 minutos e foram gravadas por aparelho de áudio MP3.

Tratamento e Análise dos dados

Após a realização das entrevistas, elas foram transcritas na íntegra, identificadas com a letra E, seguida pelo número de acordo com a sequência de realização das mesmas, e iniciada a análise, seguindo os passos organizativos propostos por Bardin (2008) para a análise de conteúdo, categoria temática.

O primeiro passo, a fase de pré-análise, é a organização propriamente dita. É um período de surgimento de intuições, que tem como objetivo buscar operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a desenvolver um plano de análise. É nessa fase que acontece a “leitura flutuante” do material, permitindo o surgimento de impressões e orientações, e a leitura vai se tornando mais precisa.

Passamos para o segundo passo, a fase de exploração do material, que consiste em realizar as operações de codificação. Para Bardin (2008, p.129), “a codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”.

Com as codificações em mãos, para compreender a vivência dos usuários, elas foram agrupadas em categorias temáticas. O tema é uma “unidade de significados” que emerge naturalmente do texto analisado através de certos critérios relacionados à teoria, que serve de guia à leitura. O tema, geralmente, é utilizado para estudos de motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências e outros (BARDIN, 2008).

Esse processo de agrupamento por temas resultou de uma classificação analógica e progressiva dos elementos; o título de cada categoria somente foi definido no final da operação (BARDIN, 2008). Essa análise temática

“é transversal, isto é, recorta o conjunto de entrevistas de uma grelha das categorias projectada sobre os conteúdos. Não se têm em conta a dinâmica e a organização, mas a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados dados segmentáveis”. (BARDIN, 2008, p.220)

Ainda, para a mesma autora, utilizar a análise temática é descobrir os “núcleos de sentido”, presentes na comunicação e cuja frequência possa significar algo para o objetivo analítico determinado.

Da análise dos dados, obtivemos seis categorias temáticas, apresentadas na primeira parte do Capítulo III, e compreende a experiência dos usuários.

O terceiro e último passo, designado tratamento dos resultados obtidos e interpretação, diz respeito a inferências e reflexões teóricas da experiência dos usuários e são apresentadas na segunda parte do Capítulo III.

CAPÍTULO II - O CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO – APRESENTANDO A CONSTRUÇÃO DO RECRIART E O PERFIL DE SEUS INTEGRANTES

O processo de criação e de incubação do grupo

A proposta para a criação/construção de uma alternativa de inclusão de usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no “mundo do trabalho” deu-se pela inexistência de ações concretas dessa natureza para usuários de serviços de saúde mental, no município de São Carlos e, ainda, em decorrência da estratégia de articulação entre Saúde Mental e Economia Solidária (FILIZOLA *et al*, 2007).

Tal proposta surgiu em 2005, a partir da articulação dos atores do campo da Saúde Mental e da Economia Solidária do município, cujo processo é realizado em parceria entre o Departamento de Enfermagem, a INCOOP da UFSCar e o CAPS; integra, portanto, ensino, pesquisa e extensão (FILIZOLA *et al*, 2007).

Em março de 2006, iniciaram-se os passos para sua concretização: articulação dos atores envolvidos; definição da atividade produtiva; busca de espaço para realização da atividade; capacitação, primeiramente, da equipe de apoio (técnicos) para a atividade produtiva proposta; compra de equipamentos e materiais; reflexão/decisão de procedimentos do processo de inclusão dos usuários do CAPS e elaboração de instrumento de caracterização do perfil dos integrantes (FILIZOLA *et al*, 2007).

Desse processo, nasceu em agosto de 2006, o Grupo RECRIART, designação dada pelos 35 usuários do CAPS, que aderiram livre e voluntariamente, seguindo os princípios da Economia Solidária, à proposta de produzir papel reciclado após sua apresentação em assembleia realizada no CAPS para este fim (FILIZOLA *et al*, 2007).

É um grupo informal e encontra-se em processo de incubação. Para tanto, o empreendimento conta com uma equipe de incubação formada por: trabalhadores do CAPS (uma Terapeuta Ocupacional – coordenadora do CAPS, uma psicóloga e quatro auxiliares de Enfermagem), uma docente do Departamento de Enfermagem, uma Coordenadora Executiva de Projetos da INCOOP (técnica de nível superior), uma aluna do mestrado da Enfermagem, dois alunos bolsistas de extensão, uma aluna bolsista treinamento (alunos dos vários cursos da universidade), estagiárias do curso de Terapia Ocupacional do CAPS e alunos da ACIEPE.

Essa equipe atua como apoio ao grupo, acompanha todas as atividades do empreendimento e, através de um revezamento semanal, também participa diariamente da produção do grupo. Para viabilizar o processo de incubação do empreendimento, dentre as atividades da equipe, são realizadas reuniões de toda a equipe e da Coordenadora Docente de Projeto de Incubação na INCOOP/UFSCar com os alunos.

Os integrantes do Recriart - o processo de inclusão dos usuários

Primeiramente, será feita uma breve descrição/reflexão sobre o número de integrantes do grupo, bem como do processo de inclusão para, posteriormente, apresentar-se a caracterização do perfil dos sócios.

Embora 35 usuários tenham, inicialmente, aderido ao grupo, a consulta a documentos revela que, no final do ano de 2006, esse número chegou a 31 e permaneceu assim até junho de 2007. O número de vagas, entre 35 e 31, foi definido logo no início do processo de produção e se deve ao fato de o espaço de produção não comportar mais pessoas. Entretanto, na procura da definição do número real de sócios, deparamo-nos com a dificuldade de uma definição precisa devido à entrada e saída de integrantes.

A esse respeito, assinalamos a existência de usuários que frequentam o grupo desde o início; outros entraram para o grupo, desligaram-se e retornaram; outros se desligaram e nunca mais retornaram e, ainda, há aqueles que se inseriram recentemente. Por outro lado, a nossa vivência junto ao empreendimento leva-nos a afirmar que os usuários lidam com essa questão sem conflito, o que não podemos afirmar ser da mesma forma para a equipe de incubação que, vez por outra, discute essa questão.

Quanto aos critérios de inclusão no grupo, objeto de discussão/reflexão da equipe de incubação em reunião realizada em junho de 2008, ficaram estabelecidos os que seguem: a) ser usuário do CAPS; b) estar, no momento de inserção, fora da crise; c) desejar participar de um grupo de trabalho e renda, que produz e comercializa papel reciclado.

Ainda, sobre tais critérios, a consulta ao documento original da proposta do projeto junto à Pró-Reitoria de Extensão revela-nos, como premissa básica desse processo, que “na inclusão dos usuários no ‘mundo do trabalho’ a autonomia é considerada uma meta e não um critério de exclusão/inclusão” (FILIZOLA, 2006). Nesse sentido, houve usuários com maior e menor habilidade/autonomia como, por exemplo: dois usuários apresentam dificuldade de locomoção (andar de ônibus), uma usuária não consegue andar sozinha na rua, pois tem medo e necessita da família para acompanhá-la, e outro somente consegue chegar ao local de

produção/oficina, acompanhado pelo irmão, também integrante, com quem conta como apoio para locomoção. Esses casos também reforçam os motivos da rotatividade dos sócios, pela dependência de outros para poder chegar ao local de produção.

Ainda, na mesma reunião de equipe (junho de 2008), a respeito da entrada e saída de usuários, foi acordado um protocolo de entrada com as seguintes definições: ao entrar para o grupo o usuário pode passar por um período de ‘experimentação’: ele frequenta o grupo com o objetivo de conhecer, sentir, experimentar o processo de produção, sendo-lhe dado o poder de decisão de sua continuidade ou não. Esse período não tem um tempo determinado, uma vez que se deve buscar atender às individualidades/subjetividades e, geralmente, deve compreender um período de 15 a 21 dias. Após o usuário definir sua permanência, realiza-se uma entrevista, que compreende dois momentos: o preenchimento da ficha de cadastro do usuário e uma sensibilização sobre os princípios da economia solidária.

A ficha de cadastro contém dados de identificação, indicadores sociais e história de trabalho, além de outros dados, que não serão utilizados nessa pesquisa. Esse cadastro, realizado desde o início da formação do empreendimento, tinha o objetivo de integração entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, esse instrumento de cadastro foi, juntamente com o projeto, aprovado pelo Comitê de Ética da UFSCar (Parecer N°. 229/2006 - CAAE 1383.0.000.135-6). É nesse momento, também, que os usuários assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Finalmente, sobre os critérios de inclusão, após longo processo de discussão/reflexão/decisão foi definido, pela equipe de incubação, no início do ano de 2009, que o poder de decisão de entrada de novos sócios cabe aos usuários, conforme os princípios da economia solidária. Entretanto, essa prática ainda precisa ser trabalhada entre a equipe e os usuários.

Os princípios do grupo, sua organização para a produção

Como afirmamos, a organização do empreendimento é pautada nos princípios da economia solidária com adesão livre, esclarecida e voluntária, autogestão, cooperação e solidariedade. Diante do relato até aqui apresentado, devemos assinalar o desafio constante tanto da equipe de incubação, quanto dos usuários, de se concretizar esse empreendimento no caminhar do processo de construção. Assim, diversas atividades são promovidas para orientar efetivamente uma prática pautada nesses princípios; talvez a mais representativa delas seja a assembleia.

As assembleias acontecem mensalmente, toda primeira sexta-feira de cada mês, no horário das 14 às 16 horas no Centro Público de Economia Solidária de São Carlos, desde sua inauguração em maio de 2008, quando eram realizadas em sala disponível na Estação Cultura do município. É nesse espaço que os usuários, juntamente com a equipe de incubação, discutem e tomam decisões sobre a organização do trabalho coletivo, a realização dos produtos, participação em feiras, divisão dos ganhos e questões que envolvem a formação do empreendimento. Todas as assembleias são anotadas em um livro-ata.

A produção do grupo é realizada de segunda a quinta-feira, das 14 às 16 horas, no prédio denominado Núcleo de Resíduos – 3 Rs na Universidade Federal de São Carlos por ser um Laboratório de Pesquisa em reciclagem de resíduos, principalmente, plásticos. Nesse sentido, a inserção do grupo nesse espaço amplia/incorpora a cadeia produtiva do papel.

Como 31 pessoas integram o empreendimento e o espaço disponível no prédio não é grande, o grupo foi dividido em duas turmas, uma que trabalhava às segundas e terças-feiras e outra às quartas e quintas-feiras. Com a disponibilidade de um aumento da área no prédio para o Recriart, e mesmo com a necessidade do próprio grupo, as turmas foram unidas no retorno do grupo, desde fevereiro de 2009. Assim, todos os integrantes participam de segunda a quinta-feira. Também o prédio passou por reforma no mês de setembro de 2008, uma vez que a universidade concedeu verba para a troca do telhado, devido a problemas de infiltração.

Na oficina, desde agosto de 2006, o grupo produz papel reciclado e produtos, como cartões, bloquinhos, cadernos, álbuns de fotografia, porta-retratos, marcadores de páginas que utilizam o papel produzido. Portanto, são diversos os passos do processo de produção: picar papel (separando branco de colorido), fazer o papel (colocar o papel picado de molho, bater no liquidificador, coar e colocar na tela, esperar secar e retirá-lo pronto da tela) e ainda, confeccionar os diversos produtos (cortar o papel reciclado com os moldes, encapar, enfeitar, etc.).

Para possibilitar o desenvolvimento das diversas atividades que envolvem o planejamento, o processo de produção e a comercialização de produtos, foram criadas, no início de 2007, as Comissões. São elas: de Arte (responsável pela criação de novos produtos), de Estoque e Qualidade (responsável pelo controle de qualidade e do estoque), de Vendas (realiza a organização/ logística das vendas em pontos fixos), de Feiras (realiza a organização/ logística de vendas nas feiras, incluindo a escala dos participantes) e de Finanças (responsável pela precificação com cálculo do “preço justo” dos produtos, contagem mensal das horas trabalhadas, cálculo e divisão do dinheiro mensal das vendas).

As comissões foram propostas pela coordenadora docente de projeto de incubação da INCOOP/UFSCar como estratégia, não somente para organizar o trabalho, mas também para concretizar/viabilizar o maior envolvimento/compromisso e divisão de responsabilidades entre os sócios do Recriart em todas as atividades. Todas essas comissões são formadas por um grupo de usuários (que se disponibilizam conforme interesse) e um técnico da equipe de incubação. Foram sugeridas em uma assembleia, no início de 2007 e, paulatinamente, os integrantes vêm assumindo suas responsabilidades.

Espaços de sensibilização para os princípios da Economia Solidária, capacitação constante para a atividade produtiva, curso de introdução à informática para inclusão digital dos sócios do empreendimento e articulação com os vários atores/espços da economia solidária estão constantemente acontecendo.

A comercialização e a divulgação do grupo

Os produtos são comercializados em Feiras de Economia Solidária e do município, tendo o grupo já experimentado vários espaços como o próprio Restaurante Universitário da UFSCar. O grupo está aberto também a encomendas de produtos.

A partir de nossa participação em vários momentos, é possível afirmar que o grupo e a equipe de apoio passaram a considerar as encomendas como a melhor estratégia econômica, uma vez que não demanda o deslocamento do grupo para pontos de vendas na semana e para as feiras de final de semana, além de proporcionar um retorno financeiro maior e, “naturalmente”, estabelecer as metas de produção semanal. Porém, a questão das encomendas ainda é delicada nos casos da necessidade de apresentação/fornecimento de nota fiscal. Como ainda se trata de um grupo informal, não há como gerar uma nota fiscal com CNPJ, o que gera a dependência de outros comércios ou de outros empreendimentos para o fornecimento da nota.

Essa questão vem sendo um impasse e um impedimento para a maior autonomia do grupo. Várias estratégias têm sido pensadas para a formalização do empreendimento. Propôs-se ao grupo a possibilidade de se obter a “Carteira de Artesão” do município o que possibilitará a retirada de Nota Fiscal através da SUTACO (Superintendência dos Trabalhos Artesanais na Comunidade da Secretaria do Emprego e das Relações de Trabalho de São Paulo), mas ainda nenhum usuário concretizou este encaminhamento.

Para divulgação do grupo e de seus produtos, já se concretizou, até o momento, a criação de um blog na *web* <http://recriart.blogspot.com>, elaborado por iniciativa de um aluno

bolsista de extensão. O grupo também expõe os produtos em uma vitrine do Centro Público de Economia Solidária do município de São Carlos, juntamente com outros empreendimentos cadastrados e ainda possui um cartão de visita e uma filipeta. Todas essas estratégias de divulgação são construídas com o apoio da equipe que elabora com o grupo.

Financiamento

Como o Recriart é fruto da articulação do CAPS e da UFSCar, as maiores fontes de recursos para a realização das atividades provêm desses dois apoios/parcerias. O CAPS disponibiliza materiais de consumo: cola, pincéis, tesouras, materiais permanentes como armários, e de pessoal, que integra a equipe de incubação.

Na UFSCar, o empreendimento, além de ser incubado pela INCOOP, também é cadastrado como Projeto de Extensão, recebendo, por isso, um montante de verba anualmente destinada à compra de materiais permanentes e de consumo. Oferece ainda as bolsas de extensão. Dos ganhos com as vendas dos produtos também se formou o Fundo do grupo, cujo dinheiro pode ser gasto na compra de qualquer material de consumo ou equipamento que atenda às necessidades do grupo, após discussão/decisão aprovada em assembleia.

A INCOOP conta com verba do PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares e de outros projetos, como por exemplo, o mais recente, o de Políticas Públicas da FAPESP e disponibiliza um profissional, técnico de nível superior contratado, que integra a equipe de incubação como Coordenador Executivo do Projeto de Incubação. Foi através da INCOOP que uma viagem de capacitação foi possível em maio de 2008, quando os usuários puderam conhecer o NOT do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, em Campinas, um momento de crescimento e estímulo para os integrantes.

O grupo ainda vem contando com o apoio de uma gráfica do município para o corte e preparo de miolos para cadernos e blocos que necessitam de corte com uso de guilhotina e maquinário profissional. Um importante avanço ocorreu no final de 2008, quando o Recriart foi contemplado com a verba de 5 mil reais, oriunda do Ministério da Saúde (Portaria GM n.º 1169/2005), destinada à compra de equipamentos. Com esse montante e complementação pela Secretaria Municipal de Saúde foram adquiridas uma guilhotina profissional e uma máquina de fazer furos em cadernos artesanais. Assim, espera-se que a autonomia do grupo aumente para que se realizem todos os passos da confecção de um produto.

As retiradas - a divisão das sobras

Desde o início de seu funcionamento, os sócios do Recriart recebem por hora trabalhada, decisão esta tomada por eles em assembleia. Cada hora dedicada à oficina, às vendas e até mesmo às assembleias é registrada. No final de cada mês, somam-se as horas trabalhadas de todos os integrantes e o total de dinheiro recebido pelas vendas é dividido pelo total de horas trabalhadas por todos. Obtém-se, dessa forma, o valor da hora trabalhada daquele mês, excluídos os 20% que vão para o fundo.

Assim, o valor do ganho mensal de cada usuário vem da multiplicação de suas horas trabalhadas pelo valor da hora daquele mês. Portanto, o montante varia conforme as vendas e as horas trabalhadas no mês. A entrega do dinheiro é realizada nas assembleias.

Ainda em relação à divisão do dinheiro/sobras, foi acordado em assembleia, no final de agosto de 2008, que os participantes das atividades de venda receberiam 20% a mais sobre essas horas. Esse acordo aconteceu como estratégia de estímulo aos usuários que se dedicam às vendas, após um conflito no grupo, com a queixa de alguns sócios de que poucas pessoas, e sempre as mesmas, participavam dessa atividade. Nem todos possuem as mesmas habilidades para as diversas funções necessárias ao empreendimento, principalmente as atividades de venda.

Em um levantamento das retiradas mensais, realizado no período de novembro/2007 a agosto/2008, obtivemos uma média mensal de R\$18,05 (4% do valor do salário mínimo²) por integrante.

O perfil dos integrantes do empreendimento

Os dados que revelam o perfil dos integrantes foram coletados da ficha de cadastro do usuário, preenchida no momento em que este toma a decisão de aderir ao grupo. O preenchimento da ficha é manual e, posteriormente, os dados são inseridos num banco de dados no formato Epi Info versão 3.5.1, armazenado no laboratório de Saúde Mental no Departamento de Enfermagem de UFSCar. Importante ressaltar que os dados aqui apresentados revelam o perfil dos integrantes até o mês de agosto de 2008.

Dos 31 usuários integrantes, 55% são do sexo masculino e 45% do sexo feminino. 64,2% são de cor branca, seguidos pelos pardos (26,4%) e depois pelos negros (9,4%). É um grupo formado por jovens e adultos com faixa etária variando entre 20 e 60 anos, em uma

² Valor considerado de R\$465,00 conforme Medida Provisória N°. 456, de 30 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de fevereiro de 2009.

média de 42 anos. A grande maioria é solteira (68%), 13% são casados, 10% são divorciados, 6% são “amasiados” e apenas um (3%) é viúvo.

A maioria dos usuários tem como origem o estado de São Paulo (86,9%), os demais vieram de Minas Gerais, Bahia, Paraná e Paraíba.

Pontuando a questão da religiosidade, mais da metade dos usuários (63,3%) é católica, 26,7% são evangélicos, 3,3% não seguem nenhuma religião, 3,3% são testemunhas de Jeová e 3,3% são espíritas. Um usuário não respondeu à questão.

Sobre o grau de escolaridade, 38,7% possuem o ensino médio completo, 29% possuem o ensino fundamental incompleto, 19,4% o fundamental completo, 6,45% o ensino médio incompleto, apenas 3,2% possuem ensino superior incompleto e 3,2% possuem ensino superior completo.

A grande maioria dos usuários (97%) mora na zona urbana, sendo que apenas um mora em região afastada, em um distrito do município de São Carlos. A moradia de 80% dos usuários é casa própria de alvenaria. Importante ressaltar que dois dos usuários moram no albergue municipal.

A condição atual de atividade dos usuários encontrada nas fichas de cadastro foi que 35,5% são aposentados, 32,2% estão afastados por doença, 19,4% estão desempregados, 9,7% não trabalham, não estudam, nunca trabalharam e 3,2% são pensionistas.

Quanto à renda **individual** mensal, constatamos que 35,5% dos usuários possuem aposentadoria própria, 32,2% recebem auxílio doença, 9,7% são beneficiados com o BPC (Benefício de Prestação Continuada), 6,5% recebem pensão do pai (um usuário divide a pensão com a mãe), 6,5% não possuem renda, 3,2% vivem da bolsa alimentação que recebem dos filhos, 3,2% recebem dinheiro dos pais e 3,2% recebem uma quantia mensal por ajudar no comércio da família.

Assim, o **valor dessa renda individual** é maior que um salário mínimo para 42% dos usuários; para outros (42%) o valor é de um salário mínimo, 16% recebem menos de um salário mínimo e 6% não possuem renda.

Questionados sobre a realização de algum tipo de “bico”, obtivemos resposta negativa de 86,8% deles, enquanto 13,2% responderam afirmativamente. Os tipos de trabalhos relatados como “bico” foram: conserto de bicicleta, trabalho em crochê, desenhos para vender, estampas em camisetas e boné, servente de pedreiro e venda por catálogos.

No próximo quadro estão apresentadas as ocupações/experiências anteriores dos usuários que já haviam trabalhado. Embora realizada tal divisão, reconhecemos que ela é arbitrária.

QUADRO 1 - Distribuição das ocupações anteriores dos usuários integrantes do Recriart que já haviam trabalhado – São Carlos – SP 2008.

CATEGORIAS	OCUPAÇÕES	FREQUÊNCIA	%
Profissões liberais, proprietários de empresa	_____	_____	_____
Ocupações não-manuais	Auxiliar (administrativo, custo) contador, bancário, caixa de supermercado, contabilista, escriturário, professora de primário, professora, secretária, técnico em eletrônica, teóloga, governanta.	13	24,5%
Ocupações Manuais	Ajudante (produção, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de limpeza) Babá, faxineira, doméstica, bombeiro, catador de laranja, vigilante, costureira, artesã, manicure, fiandeira, frentista, metalúrgico, motorista de caminhão, cabeleireira, operadora de fios, pedreiro, tintureiro, pintor, porteiro, vidraceiro, tipógrafo, vendedora.	40	75,5%
TOTAL		53	100%

CAPÍTULO III – A EXPERIÊNCIA DOS USUÁRIOS INTEGRANTES DO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO

Apresentando a experiência

Do minucioso processo de análise dos dados surgiram seis categorias temáticas que expressam a experiência dos integrantes do empreendimento solidário – Recriart. Cada grande categoria temática é composta por categorias e algumas subcategorias que configuram os relatos dos usuários frente à experiência.

Para facilitar a compreensão da composição da análise dos dados segue o esquema que representa as grandes categorias temáticas (letras maiúsculas e sublinhadas), as categorias (letras minúsculas e negritadas) e subcategorias (letras minúsculas e sublinhadas).

1. SENDO UMA EXPERIÊNCIA POSITIVA – ATRIBUINDO SIGNIFICADOS AO TRABALHO NO EMPREENDIMENTO

1.1 Possibilitando o aprendizado

1.2 Possibilitando novas relações

1.3 Sendo uma oportunidade de trabalho – sair da condição de estar sem trabalho

1.4 Sendo importante para a promoção da saúde mental dos usuários

1.5 Possibilitando o ganho financeiro

2. DIFERENCIANDO O TRABALHO NO RECRIART DOS ANTERIORES – DA ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA PARA UMA NOVA CONDIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

2.1 A não existência de patrão - a concretização de um trabalho diferente: coletivo, com poder de decisão, com maior liberdade, melhor ritmo de trabalho e autonomia

2.2 Tendo melhores condições de trabalho e sentindo menor risco

2.3 Trabalhando em uma nova atividade produtiva: reciclagem de papel

2.4 Trabalhando mais horas em outras ocupações e ajudando os familiares

3. ENCONTRANDO FACILIDADES E DIFICULDADES NO TRABALHO NO RECRIART

3.1 Encontrando facilidades

3.1.1 Na fabricação do papel

3.1.2 Na não existência de patrão - o coletivismo, a cooperação, os usuários e a relação interpessoal

3.2 Não encontrando nenhuma dificuldade

3.3 Encontrando dificuldades/problemas

3.3.1 Na fabricação dos produtos.

3.3.2 Na comercialização

3.3.3 No relacionamento com os outros usuários

3.3.4 No espaço físico da produção

4. GOSTANDO DO TRABALHO NO RECRIART E IDENTIFICANDO PREFERÊNCIAS

4.1 Não conseguindo identificar preferências - gostando de tudo no RECRIART

4.2 Identificando preferências dentre as diversas atividades

4.2.1 Gostando de produzir papel e produtos

4.2.2 Gostando de estar junto com todos os usuários

4.2.3 Gostando das atividades de capacitação

4.2.4 Gostando de não ter patrão

4.2 Identificando o que não gosta no Recriart

5. PROJETANDO O FUTURO DO EMPREENDIMENTO – DESEJANDO O SEU CRESCIMENTO E A SATISFAÇÃO DOS INTEGRANTES

5.1 As esperanças em relação ao grupo – continuidade, crescimento e incertezas

5.1.1 Pretendendo continuar o trabalho no Recriart

5.1.2 Desejando o crescimento do grupo

5.1.3 Apontando incertezas sobre o Recriart

5.2 Visando à necessidade de melhorias no trabalho – alcance do crescimento e satisfação no trabalho

5.2.1 A questão do ganho - o aumento da remuneração

5.2.2 Melhoria no modo de se fazer o papel e, ainda, fabricação de novos produtos

5.2.3 A necessidade de maior apoio

5.2.4 A necessidade de melhor infraestrutura do prédio – melhores condições de trabalho

5.2.5 As relações interpessoais – o diálogo e a cooperação do grupo

5.2.6 O acesso ao computador – reivindicando um computador e sugerindo a inclusão digital de todos

6. RECONHECENDO E AGRADECENDO O APOIO DA EQUIPE DE INCUBACÃO

Na sequência segue a apresentação detalhada dessas categorias, o conteúdo e as falas representativas.

1. SENDO UMA EXPERIÊNCIA POSITIVA – ATRIBUINDO SIGNIFICADOS AO TRABALHO NO EMPREENDIMENTO

A experiência de participar do Recriart é positiva por se apresentar como algo bom, interessante, inovador, importante e útil para a vida dos usuários. A atividade produtiva com papel e a organização pautada na economia solidária promovem novas possibilidades, como aprendizado, novas relações, ganho financeiro, oportunidade de trabalho e promoção da saúde mental.

1.1 Possibilitando o aprendizado

Fazer parte desse empreendimento possibilita aprender a trabalhar com uma nova atividade produtiva – o papel e seus produtos, e sob uma nova organização de trabalho com princípios solidários e cooperativistas.

“Tem sido muito interessante, porque além de a gente aprender novas coisas, né, eu nunca tinha trabalhado com reciclagem de papéis e derivados [...] Tem sido interessante e inovadora, porque eu nunca tinha trabalhado num negócio tipo cooperativa, né. Eu sempre tive patrão, sempre trabalhei em empresas que tinha hierarquia, tinha patrão, essas coisas. Pra mim é uma novidade e tem sido muito útil.” (E1)

“Ah, é legal. É um aprendizado novo, aprender a fazer papel, essas coisas que eu nunca tinha feito. E tá sendo bom pra mim, eu tô gostando [...] eu tô aprendendo, né [...] tô habituando num trabalho, coisa que eu nunca fiz, que é fazer papel, essas coisas. E isso tá sendo um aprendizado bom pra mim [...] O Recriart foi bom pra mim. Eu aprendi bastante coisa lá, coisas que eu não sabia, comecei a aprender umas coisas novas na vida. Fazer papel [rs]. Coisas legal. Eu não sabia de que jeito fazia papel, pensava que fazia diferente [...] A gente aprende bastante coisas novas.” (E4)

“Pra mim é bom, né. Acho bom, né [...] Porque a gente aprende, né [...] picar papel, fazer tela [...] fazer cartão, fazer papel, né [...] É um trabalho, né, que a gente faz...” (E16)

“... pra mim, participar de lá, do projeto tá sendo muito bom e eu tô aprendendo muito lá com eles, tenho aprendido a fazer as coisas, que nem o tricô que eu não sabia fazer, parte de biscoit que eu não tinha entendimento nessa parte de biscoit [...] Bom, tá sendo ótimo [...] Adoro ir lá.” (E6)

“Ah, pra mim tá sendo muito bom, né, eu gosto do trabalho lá. É uma atividade que eu aprendi nova, que eu nunca tinha conhecido, sabe [...] Então foi a primeira vez, eu fiquei muito encantada, né. E adorei demais mesmo, eu tô gostando.” (E7)

A questão do aprendizado apresenta-se de maneira tão expressiva que a experiência desse trabalho é, para um usuário, equivalente à escola.

“Pra mim tem sido muito bom. Eu tô adquirindo coisas novas [...] tem bastante atividade [...] pra mim é uma escola, como se fosse uma escola nova.” (E3)

Além de aprender a produzir papel e outras “várias coisas”, esse trabalho possibilita aprender a lidar e partilhar com os colegas, fato muito importante e que emociona muito um dos entrevistados.

“Ah, pra mim foi muito boa, né. E aprendi várias coisas, né. E acho que é uma coisa que você aprende muito boa e importante. Ah, aprendi o negócio de telas e eu não sabia dessa aí. Eu sabia da silk-screen. Aí, comecei aprendendo a fazer telas [...] Eu tô falando real. Aprendo muito a partilhar com os colegas daqui e de lá da faculdade também [...] é uma coisa interessante, porque [pausa] é que eu fico meio emocionado [...] Eu acho que uma coisa é importante porque a gente sozinho não é nada, né, certo? [...] E tudo que eu faço é com amor e carinho, senão não faria.” (E11)

O amadurecimento também aparece como sendo um aprendizado obtido nesse grupo. Para um usuário, aprender a comercializar os produtos e capacitar-se significa amadurecer.

“Ah, tem sido boa. Eu aprendi a amadurecer, tô indo vender [...] Eu tô aprendendo com eles [com os outros usuários], tem sido boa pra mim nesse sentido [...] a gente vai aprendendo. Aprendendo a ter capacitação e vai aprendendo a desenvolver a mente né. Acho que é isso [...] é um sentido do aprendizado [...] Então, agora eu tô aprendendo, no Recriart, eu tô amadurecendo.” (E2)

1.2 Possibilitando novas relações

Novas relações tornam-se possíveis nessa experiência de trabalhar no Recriart. É a relação com os usuários, com os alunos da universidade e com o espaço social – a própria universidade. Desse conjunto de relações emerge a satisfação de vivenciar essa experiência e a importância de se trabalhar em coletividade.

“Ah, porque a gente tá junto com outras pessoas, aprendendo alguma coisa e participando junto com os colegas [...] É importante fazer papel, tá unido com o grupo [...] ir lá na federal de ônibus junto com os colegas, voltar, passa o tempo.” (E5)

“... pra mim tá sendo bom, que eu tô fazendo novos amigos, amizade...” (E6)

“Ah, tem os amigos, trabalhando sempre junto com os amigos, né. Então, eu me sinto bem com eles, né.” (E13)

“Porque lá é divertido. A gente se diverte. Fica lá conversando com as pessoas.” (E15)

Novas relações promovem sentimento de conforto, de segurança, de pertencer a um grupo e de estar envolvido nele, sendo o grupo considerado uma “família”. Ainda, a universidade, que antes era um sonho, algo não alcançável, agora entrou para a vida do usuário que se insere nesse espaço social.

“... é o que eu tô falando, a gente sozinho não é nada. [...] eu sinto que todo mundo me apoia [muito emocionado] [...] Quando eu entrei lá [no RECRIART], assim, aprendi, vi tudo os estudantes lá, pra mim foi uma coisa que eu lembrei da FATEC de São Paulo, primeiro ano, fiz, comecei quando eu sofri derrame. [...] [conheci] o computador, conheci [o aluno bolsista] também lá, que pra mim é um cara sensacional, a [aluna de mestrado], que é você, o [outro aluno bolsista] também. Ah, é pessoal da família, né. E vou falar uma coisa pra você, uma das melhores coisas que aconteceu na minha vida de 2003 pra aqui, foi conhecer a faculdade que é uma coisa que, pra mim, foi um toque, um passo excelente, né, que eu via, vou falar mesmo, eu via ali na rua dos trabalhadores, uma vez conversei com uma menina ali na frente, mas jamais pensei que uma vez ia entrar ali na faculdade, certo? Vi tanta coisa bonita, entende? Foi... foi... foi uma coisa que eu nunca pensava. Pra mim foi um sonho mesmo e aconteceu na hora certa” (E11)

1.3 Sendo uma oportunidade de trabalho – sair da condição de estar sem trabalho

Para os usuários participar desse grupo é ter uma ocupação que substitui o “ficar parado”, o “não estar trabalhando”, sendo, portanto, uma experiência de trabalho a mais em suas vidas. É a possibilidade de dar continuidade a outra parte do trabalho que realizava antes de ficar doente.

“Ah, a gente pega experiência, né. Eu acho que é importante participar da geração de renda [...] ajuda nós, né, a trabalhar, fazer alguma atividade [...] eu acho bom trabalhar lá na geração de renda. Porque aqui, você fica aqui, tem poucas oficinas, né, e lá você trabalha mais, das duas até as quatro [...] É importante, a gente participa das coisas que a gente tem que fazer lá, né, fazer bloquinho, fazer cartão, ‘ponhar’ enfeite, enfeitar o cartão, fazer papel...” (E8)

“Eu gosto de participar, acho interessante [...] Que é uma atividade a mais que a gente tem pra fazer [...] Acho uma experiência a mais.” (E9)

“Ah, tá sendo bom, bom [...] Ah, porque não fica parado. Tem uma atividade pra fazer [...] Porque eu tô parado, depois que eu aposentei eu não trabalhei mais, então, é uma maneira de não ficar parado.” (E13)

“Tá sendo muito bom, né. É melhor do que ficar aqui sem fazer nada. Eu gosto de ir pra lá pra geração de renda [...] É bom porque eu não fico o dia inteiro aqui [no Caps]. Eu fico meio período aqui, meio período lá.” (E15)

“Pra mim é bom. Porque eu não fico parado.” (E16)

“O Recriart, eu que fui tipógrafo, a experiência é o seguinte, é mais encadernação, é a parte que não me envolvia aquele tempo, sabe por quê? Porque eu trabalhava na tipografia e cabia às meninas, mulheres fazer a parte de encadernação. Por isso, pra mim foi bastante coisa, sabe, porque eu trabalhei 15 anos em gráfica, mas fazer o papel, isso nunca coube a mim. Agora, pra mim, a Recriart tá sendo uma grande experiência porque estamos fazendo o papel, né. É uma outra parte, porque quando eu trabalhava vinha tudo pronto, cortava, separava as cores, mas vinha tudo pronto [...] pra dar continuidade no serviço que a gente fazia.” (E10)

1.4 Sendo importante para a promoção da saúde mental dos usuários

O Recriart aparece como algo importante para a vida dos usuários, pois promove a saúde mental, ajuda a superar vários problemas de saúde – dor de cabeça, isolamento, possibilita o retorno ao trabalho, promove o desenvolvimento humano permitindo a criação de novos projetos de vida e de novas identidades, esquecendo o “ser paciente”.

“... tá me auxiliando nesses anos todos que eu tô afastado do trabalho.” (E1)

“... E desenvolvendo também, pelo tempo da doença que eu tive, então, tá me ajudando no setor da cabeça [...] Porque eu tava com um problema de cabeça que me dava muita dor de cabeça. Aí depois que eu entrei lá, acabou minha dor de cabeça [...] Inclusive eu desenvolvi bastante [...] Antes eu era muito parada, não se importava com nada, não queria saber de nada. Depois que eu comecei no Recriart, eu comecei a me interessar pelas coisas diferentes que tem, no caso é fazer o papel, né, guardar as polpas e fazer o papel também, né?” (E3)

“Pra mim, depois que eu tive os problemas psíquicos, que eu estou aqui [no CAPS] há seis anos, agora em agosto faz dois anos [no Recriart] nessas atividades sob os meus problemas de saúde, foi útil pra mim, sabe, porque não tive mais internação. Depois que eu fui lá, tomou meu tempo, fiquei preocupado com aquilo, só. Foi interessante, né, foi útil, bastante agradável pra mim essa experiência do Recriart [...] Depois que a gente teve o problema, chega aqui e fala ‘Oh [um usuário], você tem problema?’. Eu falo: ‘Eu faço parte do Recriart, das 14 às 16’. E foi um motivo, como se diz... foi um argumento que passou pra ser parte de mim durante esses últimos anos [...] Ah, eu me sinto bem. Sinto preocupado com aquilo ali [...] ao invés de a gente ficar aqui [no CAPS] preocupado, fumando um cigarro atrás do outro. Às vezes, eu até esqueço que eu sou paciente, e fico lá, quando eu vou ver chega à tarde, e a gente tá motivado, principalmente, segunda e terça, que a gente vai. Aí fico todo feliz, o pessoal fala ‘Foi trabalhar hoje?’. ‘Fui’. ‘Chegando agora?’. Bom, é um motivo pra gente que é paciente, que tem problema psíquico. É um motivo que vocês dão pra gente que motiva a gente a ir, né.” (E10)

“... Nossa, maravilhoso [...] Do jeito que eu tava tensa, eu tinha medo, né. Aí apareceu o Recriart, pra mim foi uma maravilha [...] Graças a Deus, eu não tenho o que reclamar [...] distrai a cabeça [...] quando a gente tá tensa, a gente participando do Recriart parece que é

outra coisa, você presta atenção naquilo, no Recriart [...] Eu me sinto outra pessoa. Me sinto outra pessoa porque distrai bastante. Você vai prestando atenção no Recriart, você vai prestando atenção em papel, tudo. Então você sente outra pessoa, porque distrai bastante...

(E14)

“... E trabalhar é bom porque a gente distrai, né.” (E16)

“Olha, pra mim tá sendo muito bom. Tem me ajudado bastante, que eu ficava isolada em casa, pra falar a verdade. Fico longe dos meus filhos, até [...] Por causa do meu problema de saúde. Porque eu fico dentro de casa, eu fico isolada, entendeu, só fico de cama, deitada, chorando, pelos cantos. Então, é uma parte de distração, né, de distrair a cabeça [...] Então eu acho que é uma forma de você se exercitar, entendeu. Você tá ali, envolvida ali, aprendendo a fazer as coisas, é uma coisa muito importante pra saúde da gente.” (E6)

Porém, para alguns, a promoção da saúde mental está relacionada ao tratamento.

“Pra mim é bom. É bom pra cabeça da gente. É gostoso lá [...] ter uma responsabilidade de envolver a cabeça da gente, a mente naqueles momentos. É importante pra gente [...] é um trabalho, e na realidade, um trabalho mental também [...] No momento em que eu tô ali, assim, a minha mente fica bem focada naquele negócio ali, naquele mexer com o papel, cortar, picar, conversar, uma conversa aqui, ali. E aquilo desenvolve muito a minha cabeça, pra mim é muito importante nesse aspecto, pra minha mente. Eu já faço tratamento mental, então, pra minha mente é muito importante. Não o que eu vou ganhar [em termos financeiros], mas o que eu tô ganhando pro meu tratamento. Pra mim, o maior valor de tudo é o meu tratamento. Entendeu?” (E5)

“... Foi bom também pra parte do meu tratamento. Então, eu gosto demais de lá, sabe. E pra mim é muito importante, sabe. O meu marido também dá a maior força pra mim, então, tá tudo bem lá.” (E7)

1.5 Possibilitando o ganho financeiro

O Recriart apresenta-se, também, como uma possibilidade de retorno financeiro, mesmo que pequeno.

“... não é nada, né, mas que a gente vai ganhar um ‘dinheirinho’...” (E9)

“Porque eu ganho pouco [de benefício], preciso de ganhar dinheiro, comprar cigarro, essas coisas assim, aí preciso trabalhar, né?” (E16)

Entretanto, para alguns usuários, a baixa renda proporcionada pelo Recriart é a razão de o considerarem mais terapia do que realmente um trabalho. Ainda, verificamos que o terapêutico a que eles se referem está ligado à promoção da saúde mental, uma vez que, como não gera renda satisfatória, representa mais um “passatempo” do que um trabalho de fato, gerador de renda.

“É boa porque ela é uma terapia, né. Ao invés de ficar o dia inteiro no CAPS, vamos pra lá, né [...] É um passatempo, na minha opinião. É uma terapia, por enquanto o ganho não tá sendo muito, é uma terapia, por enquanto.” (E12)

“... Eu vou mais por terapia, mas é bom que você ganha um ‘dinheirinho’ e isso que é bom pra mim. Vai amadurecendo como um trabalho de verdade, como se você estivesse numa firma.” (E2)

2. DIFERENCIANDO O TRABALHO NO RECRIART DOS ANTERIORES – DA ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA PARA UMA NOVA CONDIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Todos os usuários expressam a existência de diferenças entre esse trabalho e os outros que tiveram em momentos anteriores de suas vidas. As diferenças estão relacionadas às mudanças nas condições e na organização do trabalho, quando se desvinculam do modelo tradicional a que foram submetidos e passam a vivenciar um novo modelo, com uma nova atividade produtiva.

2.1 A não existência de patrão – a concretização de um trabalho diferente: coletivo, com poder de decisão, com maior liberdade, melhor ritmo de trabalho e autonomia.

A principal diferença está em não haver o patrão, aquele que configura o ritmo de trabalho, exerce um papel de autoridade, “pega no pé”. Nesse sentido, reconhece-se no RECRIART um trabalho coletivo em que os usuários/trabalhadores têm o poder de decisão.

“... eu sempre tive patrão, sempre trabalhei em empresas que tinha hierarquia [...] [o Recriart] pra mim é a mesma coisa que se fosse uma empresa, uma pequena empresa, né, criada nos moldes do cooperativismo, com gestão própria e tudo [...] é um grupo que trabalha nos moldes do cooperativismo, né, não tem hierarquia, não tem patrão, todas as decisões do grupo são tomadas coletivamente nas assembleias.” (E1)

“... Porque cada trabalho é um trabalho e cada um tem sua diferença, seu jeito. Lá [no outro trabalho] é patrão, e aqui no Recriart é só nós mesmo que decide [...] melhor do que ficar tendo patrão por perto, né [...] porque tinha muito patrão pegando no pé, e eu não gostava [...] Agora, aqui ninguém pega no pé da gente. Quando alguém quer dar um de mandão, a gente já reclama pra dar uma excluída já na pessoa [...] E nos outros trabalhos que eu tive, eu não me sentia bem, eu não gostava...” (E2)

Verifica-se, também, a existência de maior liberdade nos horários e no trabalho, maior autonomia e respeito ao ritmo e à preferência de cada um.

“... É diferente, totalmente diferente porque lá [no Recriart] você faz aquilo que gosta, e não aquilo que é exigido através do patrão [...] você faz o trabalho espontâneo, se você tá bem, você trabalha. Se você não tá bem, você não trabalha. Agora, trabalhar, o trabalho normal,

que nem o do dia-a-dia, se você pega uma tarefa pra fazer que nem de diarista, que eu trabalhei muito tempo de diarista, e você pega um apartamento pra limpar, você tem que dar conta dele o dia inteiro [...] E é diferente, né, porque lá [no Recriart] você vai se você se sente bem [...] Não é obrigatório ir. Logicamente que eles marcam falta, se você não vai e não tem direito de receber. Mas, agora no tipo de você trabalhar pra patrão, falar logo assim, pra patrão, se você não vai, você tem que dar uma justificativa, por que você não foi, por isso e por aquilo, ou talvez é capaz até de você ter sido mandada embora, ou entra outra pessoa no seu lugar, porque é um trabalho que não pode deixar na mão, não pode deixar pro outro dia, se você tem que fazer hoje.” (E6)

“... não tem o patrão, que o patrão cobra muito, eu sei o que é um patrão. E lá, não, são a gente mesmos, usuários, que faz, ninguém manda no outro, né. Cada um faz a suas parte, ninguém briga, num cobra, nem nada, né. Então isso é importante, né? Não tem o patrão, que o patrão fica pegando no pé [...] Ah sinto bastante, bastante liberdade...” (E7)

“É diferente. Porque em uma [no outro trabalho] você tem horário, você tem tudo. E no outro [no Recriart], você é mais flexível.” (E9)

“... O trabalho que eu tive antes eu tinha o chefe, e agora nesse não tem, né, que é o principal [...] já não tendo patrão já é uma grande coisa...” (E12)

“... não tem chefia, né. É cada um por si, a decisão de um conta com todos. Pra decidir as coisas tem que passar por todos. Então, é legal por causa disso [...] Tem mais liberdade lá [no Recriart] [...] Se você quer fumar um cigarro, pode parar, sair, fumar, ninguém fala nada.” (E13)

“Porque a gente trabalha livre [no Recriart], não “aperreia” a gente [...] não amola, a gente trabalha solto, livre.” (E16)

“... O Recriart é diferente. No serviço onde eu trabalhei [um supermercado da cidade] tinha gente que ficava em cima, “vamo logo”, mandava você fazer logo, correndo. No Recriart você faz do jeito que você pode. E é onde que eu acho que é bom pra mim [...] Não tem essa você não sabe. A hora que você tá lá juntinho perto de todo mundo, você pega, você faz uma coisa, faz outra, é tudo coisa boa.” (E14)

“... Não precisa de ninguém tá mandando você fazer as coisas.. Você faz as coisas que você quiser, se não quiser, não faz.” (E15)

“... Coletivo é todo mundo, né [...] não tem patrão mesmo [...] É bom porque todo mundo dá sua opinião lá.” (E12)

2.2 Tendo melhores condições de trabalho e sentindo menor risco

A diferença para alguns usuários está na existência de melhores condições de trabalho, como trabalhar em um local coberto, não estar exposto ao sol e chuva e com menor carga de trabalho.

“Ah, a diferença é muito grande. Na laranja é sol e chuva, né. E lá não, no Recriart não. Você trabalha lá é coberto, não toma sol, não toma chuva.” (E15)

“... Tem diferença grande. Aqui é mais na sombra, não trabalha no sol, né. E é mais maneiro. Mais leve. Porque fazer carga é duro, né.” (E16)

Para outro usuário, não estar sujeito ao risco de violência e de adoecimento no trabalho é o que diferencia o trabalho no Recriart de suas experiências anteriores.

“Ah, muita diferença, né. Lá a gente tem que fazer curso, trabalhar armado, dia-a-dia numa cidade grande igual eu trabalhava, Campinas. Ficava na mente, você não sabe quem é bandido, quem é honesto e quem não é. Então, você tinha que concluir na mente muito rápido, pra decifrar quem é e quem não é [...] hoje eu não posso mais trabalhar de vigilante, né. Então, eu faço tratamento aqui no CAPS... ” (E5)

2.3 Trabalhando em uma nova atividade produtiva: reciclagem de papel

Trabalhar com a reciclagem e produção de papel, um trabalho mais manual, retrata-se como uma diferença em relação aos trabalhos desenvolvidos anteriormente.

“Ah, no Recriart a gente aprende a fazer reciclagem de papel...” (E2)

“... é um projeto de reciclagem de papel, né. Ao invés do papel ir pro lixo, a gente recicla ele.” (E12)

“... O que tem de diferente é que faz papel, faz outras coisas diferentes, né. Essa é a diferença.” (E13)

“... A gente tem mais contato com o manual, com as coisas que tem lá. E nos outros trabalhos que eu tinha, era mais usar a cabeça. O Recriart e as coisas que são feitas que é a geração de renda, essas coisas, tá sendo muito melhor que as outras coisas que eu fazia. ” (E3)

“Diferença é o seguinte [...] Eu fui tipógrafo, no meu tempo, era catar letrinha por letrinha pra pôr no componidor, e foi o que eu disse. E existia no meu tempo mais a encadernação e não era minha parte, era mais coisas... Mas, fazer o papel, isso é uma grande diferença.” (E10)

2.4 Trabalhando mais horas em outros trabalhos e ajudando os familiares

Para dois usuários, a diferença entre este e seus outros trabalhos está nas horas trabalhadas. Alegam que o trabalho no Recriart envolve poucas horas, apenas duas, pois as atividades acontecem das 14 às 16 horas, o que não é bom para esses usuários, contrariando os relatos até aqui apresentados. Um deles sente sua mente pouco ocupada; o outro sente que, ao trabalhar mais em outra atividade que atualmente exerce, além de ajudar a si mesmo, também ajuda seus familiares. Sobre o papel, este usuário relata que prefere o modo antigo de fazê-lo – utilizando o pano, e não a tela, por considerar uma produção maior através do pano. Entretanto, em momentos anteriores, esses mesmos usuários relatam o quanto a experiência de participar desse empreendimento não deixa de ser positiva conforme já apresentado.

“A diferença é o seguinte, que trabalhando fixo das 7 às 17 você tá fazendo serviço, você tá ocupando a mente e, assim, fazendo duas horas, e duas horas de serviço você não tá muito ocupando a mente, você fica um pouco pensando... [em coisas ruins].” (E4)

“Eu acho que o trabalho que eu faço, fivela, é mais hora trabalhada [...] eu ajudo minha mãe, né, fazer fivela. Eu acho que é melhor do que trabalhar na locadora, trabalhar de servente ou trabalhar na geração de renda [...] porque fivela eu já peguei a prática pra fazer e eu acho legal fazer fivela [...] de servente eu gostava mais quando eu era mais magro,

agora que eu tô mais gordo, eu gosto mais de serviço mais leve. [...] Porque se eu trabalhar de servente ou ajudar meu pai eu tô ajudando a mim mesmo, a mim próprio, aí eu sinto mais feliz, mais alegre [...] eu gostava quando fazia papel no pano, e agora na tela demora muito pra secar a tela [...] É porque eu gostava mais porque fazia mais papel, a gente trabalhava mais.” (E8)

3. ENCONTRANDO FACILIDADES E DIFICULDADES NO TRABALHO NO RECRIART

Facilidades e dificuldades também são encontradas nesse empreendimento, tanto em relação ao processo de produção do papel, quanto ao envolvimento e à organização do grupo. Embora, para alguns usuários, não existam dificuldades, somente facilidades, os demais apontam quais são as dificuldades vivenciadas pelo grupo.

3.1 Encontrando facilidades

As facilidades estão relacionadas com a produção do papel, com as atividades que os usuários consideram mais simples, ou sentem mais facilidade em realizar. Também existem facilidades no modo como o grupo está organizado e como este se relaciona.

3.1.1 Na fabricação do papel

Essa facilidade vai desde o simples picar papel até a sua produção. Poucos usuários relatam a fabricação de produtos; somente aparece o enfeite de cartões.

“A facilidade é que eu pico papel, que eu faço tela...” (E2)

“As facilidades são muitas [...] Principalmente [...] é cortar papel [...] Fazer papel, fazer cartão, agora vai começar a fazer também cortina da sobra da polpa, e não vai ser lá, vai ser aqui.” (E3)

“Facilidades... tirar o papel.” (E4)

“... bater o papel, colocar na cuba, tirar...” (E5)

“Facilidade é picar papel, fazer papel, enfeitar cartão...” (E8)

“Ah, picar papel, né.” (E10)

“Facilidade é fazer papel. Papel é fácil fazer.” (E13)

“... Mas, fazer tela, picar papel é fácil, né?...” (E15)

“... E pra mim, o mais fácil é picar papel.” (E16)

3.1.2 A não existência de patrão - o coletivismo, a cooperação, os usuários e a relação interpessoal

A não existência de um patrão é uma facilidade encontrada no grupo, portanto há um trabalho coletivo, com ajuda mútua e com elementos da relação interpessoal, tal como a comunicação.

“Facilidades é como eu falei, né. Não tem patrão, a gente tem a disposição para fazer o que quiser, não tem pressão de nenhum lado...” (E1)

“... tô indo vender, mesmo que eu me atrapalho com o troco, a pessoa que tá comigo me ajuda [...] Eu não fico com dúvida, pergunto pro [um usuário], pra um monte de gente que já tem mais capacidade que eu, tem mais experiência de vida. Eles não ficam bravos, eles gostam. Ah, tem sido boa a convivência com o pessoal [...] Quando eu vejo que eu não me sinto bem, eu converso com a [coordenadora do CAPS], falo pro [aluno bolsista], falo pra [coordenadora docente], falo pra um monte de gente. Quando eu não gosto de tal coisa que eu vejo que tem coisa errada que eu comento com a turma, nós fala direto disso [...] Quando eu não consigo fazer tela, a turma me ajuda a pegar. A facilidade é essa, as pessoas ajudam. Estão sempre ajudando e não ficam dando risada, fazendo essas coisas, que em muitos trabalhos, as pessoas veem os outros se ferrar e não ajuda [...] que nem, eu não sei fazer bloquinho, eu sei contar. O que eu sei fazer, eu faço, contar e furar. Mas, colocar o espiral, eu me atrapalho um pouco. Então, eu sempre dou para quem sabe pôr, e vou contando as folhas.” (E2)

“Facilidade, eu acho que é o seguinte, ali a gente trabalha em conjunto. Eu dependo de um monte de colegas, de vocês [...] Eles me ajudam muito lá, certo. E devo muito à [uma usuária] também. E vocês também, lógico [...] A gente tem um tipo de união de serviço, né [...] Se eu falar que não tem, eu tô negando a mim mesmo.” (E11)

“Facilidade é a comunicação com os colegas. Eu gosto mais de conversar com [os usuários].” (E12)

3.2 Não encontrando nenhuma dificuldade

Alguns usuários relatam a não existência de dificuldades por se satisfazerem com o que é proporcionado por este trabalho.

“Eu não vejo nenhuma dificuldade, não.” (E7)

“Nenhuma. Não tem nada difícil. Pra mim tá bom.” (E14)

“Não, não sinto nenhuma [dificuldade] porque agora eu tô... inclusive, no começo eu tinha depressão e como agora eu passei de depressão para esquizofrenia, eu acho que muda um pouco o código da doença, então eu não sinto mais dificuldade.” (E4)

3.3 Encontrando dificuldades/problemas

Assim como existem diversos aspectos do processo de produção do papel e do envolvimento do grupo apontados como facilidades, esses mesmos fatores, dentre outros, também são apontados como dificuldades.

3.3.1 Na fabricação dos produtos

Por serem produtos artesanais, as dificuldades estão relacionadas à fabricação dos mais elaborados, que requerem mais habilidade e criatividade, como: enfeitar cartões, confeccionar bloco, porta-retrato, envelope, caixas de vinho, considerados mais difíceis de serem feitos, principalmente, quando se está em situação de *stress*, como aponta uma usuária.

“Dificuldade sempre tem, né [...] é produto manual, artesanal, né, e nem sempre a gente tem habilidade pra fazer tudo. Mas a gente procura, dentro do possível, participar.” (E1)

“... A dificuldade que eu encontro no Recriart é na tela. Na hora de fazer a tela que eu fico meio complicado, tem que ‘ponhar’ no pano. Agora não é mais. Agora não é mais. Mudou o sistema. Foi em Campinas e eles aprenderam um novo projeto de fazer tela, que é secando na própria tela.” (E4)

“... E dificuldades pra mim, é fazer os desenhos para colocar nas capas dos bloquinhos. É muito difícil pra mim.” (E5)

“... E agora fazer porta-retrato, envelope, caixa de vinho ou caixa de leite é difícil pra mim.”
(E8)

“A dificuldade é fazer bloquinho, é difícil. Fazer capa de caderno, tudo difícil isso aí. Mas, se aprimorar, aprende, né.” (E13)

“Fazer o cartão que é difícil [...] Só mesmo fazer cartão que é difícil, que eu acho difícil.”
(E15)

“... Tanto pra mim, quanto pra eles deve ser difícil né [...] Pra poder fazer as coisas, né. Porque tudo você tem que fazer com carinho. A partir do momento que você faz as coisas com stress, você não consegue fazer direito, sai tudo errado.” (E6)

3.3.2 Na comercialização

Sair para vender e comercializar nas feiras e na universidade também exige certas habilidades, das quais nem todos os usuários conseguem se apropriar, por isso é uma dificuldade encontrada. Embora o grupo reconheça e compreenda a existência dessa dificuldade, essa questão é constantemente discutida entre eles e na assembleia, principalmente, por aqueles que sempre se dedicam à comercialização dos produtos.

“... O que eu não gosto muito é de vender, né, de sair vender [...] isso seria a maior dificuldade, de vender, de passar pra frente, né.” (E10)

3.3.3 No relacionamento com os outros usuários

Apesar de ter aparecido como facilidade a questão do relacionamento com o grupo, para alguns usuários existem dificuldades em certos momentos, como a falta de união, a comunicação e a abertura para novas amizades.

“... o grupo, às vezes, é meio... não se une muito demais, mas vai indo, é bom.” (E5)

“Comunicação é mais difícil [...] Mas agora depois das reuniões que a gente teve com o [aluno bolsista] e com a menina lá [refere-se à capacitação em economia solidária realizada por aluna bolsista], e aquele rapaz [outro aluno bolsista], agora melhorou mais, meu jeito de

falar, entendeu. Porque eu sou muito fechada, não converso com ninguém, não dialogo. Então, eu tô aprendendo a dialogar bastante” (E6)

“Meio difícil [participar desse coletivo], mas eu tenho participado [...] Porque eu não gosto de muita gente [...] É difícil fazer amizade com as pessoas [...] Porque eu sou muito fechada.” (E9)

3.3.4 No espaço físico da produção

Como dificuldade também está a questão do espaço físico, considerado muito pequeno, com problemas de pombos e goteiras. Para um usuário, ainda, está o desejo de ter um fogão e uma geladeira. Porém, esse mesmo usuário reconhece que nem tudo o que desejam é possível.

“Dificuldades é o espaço que tá muito pequeno. O espaço físico tá muito pequeno, as pombas, as goteiras. A gente não pode colocar computador lá, entendeu, se tivesse computador ficava melhor, podia até mexer na internet. Colocar um fogão, né, o gás já tá encanado, não precisa do gás. Se tivesse um forno dava pra fazer um café, um bolinho, uma geladeira pra nós, né. Ficava bom aquele prédio inteiro pra nós, né, mas que por enquanto não vai ser possível.” (E12)

4. GOSTANDO DO TRABALHO NO RECRIART E IDENTIFICANDO AS PREFERÊNCIAS

As falas revelam que o Recriart agrada muito aos usuários, traz prazer. Ainda que alguns não consigam identificar suas preferências, outros apontam com facilidade as atividades de que mais gostam como também aquelas de que menos gostam.

4.1 Não conseguindo identificar preferências - gostando de tudo no Recriart

Alguns não conseguem identificar preferências, alegando que gostam de tudo que existe nesse trabalho; aparecem também sentimentos de antes e depois da entrada no grupo. Um usuário alega ter que gostar de tudo, por considerar que aquilo é um trabalho, não podendo desprezá-lo, tendo que aceitá-lo, diante de sua necessidade.

“Eu gosto de tudo. Não tem nada que eu não gosto. Eu gosto de tudo.” (E5)

“Eu gosto de tudo, né [...] Tudo que tem lá, eu gosto.” (E11)

“Não tem menos gosta. Eu gosto de participar de tudo [...] Lá, eu gosto de tudo [...] Quando falou Recriart eu fiquei louca pra entrar. Eu queria saber, ver o que era. Tanto é que eu gostei do que eu vi, de ir lá, do cortar papel, de ajudar, de fazer aqueles caderninhos, então pra mim é superlegal.” (E14)

“Eu gosto de tudo lá [...] Eu achava que era difícil, né. Eu não queria ir, eu achava que era difícil. Mas agora eu já acostumei. Agora eu gosto do Recriart [...] Não, não é difícil.” (E15)

“Eu gosto de tudo, tudo é trabalho, tem que gostar.” (E16)

4.2 Identificando preferências dentre as diversas atividades

Os usuários mostram o que gostam do trabalho. Pontuam suas preferências, como: produção de papel e fabricação de produtos, convivência com o grupo, atividades de capacitação e a não existência do patrão.

4.2.1 Gostando de produzir o papel e produtos

Dentre essas atividades aparecem cortar, picar e fazer papel até a confecção de produtos mais elaborados, como cartões e porta-retratos.

“... tem cortar papel que eu gosto, tem cartão, tem como fazer papel. Tudo isso [...] O que eu mais gosto é picar papel.” (E3)

“O que eu mais gosto é fazer papel, picar papel, eu gosto, e enfeitar cartão.” (E8)

“Lá, o que eu mais gosto é mexer com os cartões. Que nem eu falei pra você, eu gosto de pintar, de mexer com os cartões.” (E6)

“Eu gosto de tudo, fazer papel, bloquinho, cartões e agora eu quero aprender a fazer pasta, que eu já não... então eu vou aprender a fazer a pasta agora. Eu pretendo, sabe.” (E7)

“... Eu gosto mais de fazer cartão e porta-retrato.” (E9)

“O que eu mais gosto é o seguinte, fazer as telas, picar papel e participar...” (E10)

“Os cartões. Me toca muito, né?” (E11)

“Eu gosto mais é de fazer papel, né [...] Agora vai ser tudo na tela, agora vai melhorar.” (E12)

“Eu gosto de picar papel, eu gosto, é mais fácil, né.” (E16)

4.2.2 Gostando de estar junto com todos os usuários

A possibilidade de estar junto de outros usuários e se sentir bem faz com eles gostem desse trabalho.

“Eu gosto de tudo lá, de todo mundo [...] Me sinto bem com os colegas, um ajudando o outro, né. Se o outro não sabe fazer papel, a gente ensina. É muito bom.” (E12)

“Eu gosto de todo mundo, eu não acho ninguém chato.” (E8)

“Bem... eu me dou bem com eles.” (E6)

“É normal, né, lidar com todos eles. Não tem diferença, não. São tudo gente boa, né. Eu se dou bem com eles, não tem nada contra nenhum.” (E7)

4.2.3 Gostando das atividades de capacitação

No primeiro semestre de 2008, os usuários tiveram a oportunidade de conhecer o NOT em Campinas, no Cândido Ferreira. Constatamos que foi uma experiência muito interessante para eles, de muito estímulo e que serviu de modelo para que buscassem melhorias no desenvolvimento das atividades do Recriart. Por isso foi muito citada nas entrevistas.

“... a [coordenadora docente do projeto de incubação], né, que levou a gente até em Campinas, né, que eu fiquei muito feliz, né, e pretendo, sempre quando ela for, ir junto, porque eu quero conhecer mais lugares [...] Adoro conhecer esses trabalhos, sabe. Que nem eu fui pra Campinas, depois pra Rio Claro. E todas as vezes que elas forem, eu pretendo ir [...] Porque é uma coisa diferente. A gente vai, você aprende, você aprende a gostar, né. Que nem eu fui lá, amei aquilo lá, tudo que eu vi. Então, pra mim é muito importante isso.” (E7)

“É, gosto. Ainda mais quando tem viagem. Quando tem viagem, aí eu gosto muito [...] Pro Cândido, pra algum lugar, né. Devia ter mais.” (E12)

“... Quando a gente viajou também, que eu fui no outro CAPS, que eu vi aquela maravilha, todo mundo trabalhando, todo mundo, cada um fazendo uma coisinha. Nossa, gostei demais.” (E14)

4.2.4 Gostando de não ter patrão

É muito forte a questão da não existência do patrão, que vem à tona mais uma vez, e justifica a razão de se identificar com esse trabalho.

“... Você faz, não tem ninguém que fica mandando em você, que fica te apressando. Então você faz como você pode. E é onde eu gostei de participar.” (E14)

4.3 Identificando o que não gosta no RECRIART

Alguns usuários apontam certas atividades que não gostam de realizar nesse trabalho, ou por não se identificarem com elas ou por considerá-las difíceis.

“Não gosto de mexer com a cuba, que é com água.” (E6)

“O que eu menos gosto é tirar as telas, que molha, né.” (E10)

“Eu não gosto de tirar papel da tela.” (E9)

“... e o que eu gostava menos que agora não vai ter mais, era limpar os panos, né. Limpar os panos não era comigo, não. Agora não vai ter mais os panos, não.” (E12)

“O que eu não gosto é fazer porta-retrato, pasta e envelope [...] Porque eu acho muito difícil fazer essas coisas.” (E8)

“... menos cartão, né, que é difícil.” (E15)

Mesmo um usuário tendo relatado ser boa a experiência por ter a possibilidade de aprendizado e de retorno financeiro, coloca sua preferência pelo CAPS, pois nem sempre consegue fazer a maioria das atividades.

“Eu preferia ficar mais aqui [CAPS], mas tem que ir pra lá [Recriart] [...] Eu não gosto porque eu não sei muito bem fazer de tudo que tem lá. Não sei.” (E16)

5. PROJETANDO O FUTURO DO EMPREENDIMENTO – DESEJANDO O SEU CRESCIMENTO E A SATISFAÇÃO DOS INTEGRANTES

Os usuários expressam seus sentimentos de esperança em relação ao Recriart. Aparece tanto a esperança de continuar e de querer que o empreendimento cresça como incertezas sobre continuar no grupo. Também expressam a necessidade de melhorias tendo como horizonte o crescimento e o desenvolvimento do grupo, incluindo a satisfação de seus integrantes.

5.1 As esperanças em relação ao grupo – continuidade, crescimento e incertezas

Existe a esperança de continuidade e de crescimento do empreendimento. Todavia, alguns apontam incertezas sobre sua continuidade e adaptação a esse trabalho, ainda que reafirmem a importância que ele tem para suas vidas. Outros não conseguem enxergar o que precisa ser melhorado, salientando que essa é uma decisão que depende do coletivo.

5.1.1 Pretendendo continuar o trabalho no Recriart

Por gostar desse trabalho, reconhecer que lhe faz bem e considerá-lo melhor do que outros que já tiveram, os usuários expressam o desejo de aprender cada vez mais e de continuar nele, mesmo em caso de terem que arrumar outra atividade produtiva.

“Gosto, gosto muito de participar. E é uma forma de eu me sentir útil de alguma forma, né [...] eu tenho me sentido muito bem trabalhando nesse projeto e espero continuar” (E1)

“Eu estou tentando aposentadoria. Já faz tempo, mas até agora não veio nada. Tô esperando a carta do médico, mas não veio nada do INPS [...] Se eu tiver alta do CAPS, aí é capaz de eu ter que ir trabalhar, ter que procurar um serviço e trabalhar. [...] Se eu for trabalhar, eu vou só de fim-de-semana, fazer um biquinho, não trabalhar direto [...] Eu vou continuar no Recriart e vou trabalhar porque eu gosto, é gostoso e é um prazer estar trabalhando.” (E2)

“... tudo que surgir, apresentar e vir relacionado ali ao trabalho e aparecer, eu quero aprender, entendeu, eu estou disposta a aprender e continuar com o projeto, junto ao projeto.” (E6)

“... Tudo aquele trabalho lá, papel, tudo, eu gosto de fazer [...] Adoro, gosto muito mesmo. De todos os serviços que eu já fiz, assim, em creche, o Recriart é o mais importante, que eu

gosto mais [...] Eu não pretendo sair de lá, não [...] E eu não pretendo nunca me afastar, quero continuar, ver coisas novas, aprender coisas novas.” (E7)

“... Pra mim eu falei, eu vou continuar, vou até o fim pra ver onde nós vamos [...] Agora em agosto vai fazer dois anos, sempre presente, acho que eu tive uma ou duas faltas durante esse dois anos, eu sempre estive presente [...] É continuar [...] Até onde for possível...” (E10)

“Eu gosto e vou continuar no Recriart [...] não ponho nada na frente. É Recriart e acabou.” (E14)

5.1.2 Desejando o crescimento do grupo

O crescimento, a continuação e o futuro do Recriart aparecem como desejo dos usuários.

“Eu espero um trabalho melhor pras pessoas que tão começando o aprendizado, e que vai praticando as coisas boas...” (E4)

“Eu espero que continue, que aumente mais a profissão, e muita coisa nova... isso eu espero.” (E7)

“Que ele tenha futuro [...] Que a gente participe bastante [...] Eu espero que vá pra frente o Recriart, que não termine tão rápido.” (E9)

“Quando eu cheguei lá tinha o [aluno bolsista] e ele falava “Não se preocupe, não, que aqui ninguém vai catar papel” e ele falava “Vamos fazer isso!” Aí fomos, fomos e conseguimos nos manter por dois anos lá, né. E se Deus quiser mais um ano, mais dois. E tá fazendo parte do sistema da gente viver atualmente.” (E10)

“Espero que cresça com a ampliação do espaço físico. Que cresça...” (E12)

5.1.3 Apontando incertezas sobre o Recriart

Embora existam a certeza e o desejo de crescimento do grupo, alguns apontam incertezas sobre a continuidade deste, e no futuro há necessidade de melhorias. Um usuário

ressalta a decisão coletiva no encontro, para encontrar melhorias nas soluções a fim de aprimorar o empreendimento.

“Eu não sei o que eu espero. Eu espero que pra mim é bom. O importante, eu não sei o que vai ser, o importante é que ele mexe muito comigo, com minha mente. Naquele momento que eu tô ali, eu não lembro de mais nada, eu só lembro que eu tô gostoso ali, minha cabeça tem mais raciocínio, não penso besteira. Pra mim é muito importante ali, muito, muito.” (E5)

“Vai depender do tempo. Tempo ao Tempo. Não sou ninguém pra dizer se eu vou me adaptar e continuar indo, né? Eu não sei o dia de amanhã, né.” (E6)

“Ah, não sei [o que tem que melhorar]. Se for só eu, da minha pessoa eu não sei. Eu tenho que falar mais em conjunto. Eu sozinho, depois nem posso decidir nada. Jamais. Se for só eu sozinho, sei lá. O importante é o conjunto todo. Uma peça sozinha, não adianta.” (E11)

5.2 Visando à necessidade de melhorias no trabalho – alcance do crescimento e satisfação no trabalho

Os usuários reconhecem a necessidade de se melhorarem vários aspectos no Recriart, para que este venha a crescer e mesmo para que o trabalho satisfaça as necessidades dos usuários. Tais melhorias estão relacionadas à remuneração, ao modo de fabricação do papel, à infraestrutura, ao acesso ao computador e à relação interpessoal existente no grupo.

5.2.1 A questão do ganho - o aumento da remuneração

O empreendimento ainda não consegue proporcionar uma rentabilidade satisfatória, por isso a remuneração mensal é baixa. Isso pode vir a desestimular alguns usuários, assim como impedir a entrada de novos que não se interessam pelo baixo valor obtido por esse trabalho. Essa questão é um dos grandes desafios do grupo que tem desenvolvido diversas reflexões acerca de como melhorar esse aspecto. Por isso alguns usuários referiram essa necessidade.

“... mas eu acho que ganha muito pouco.” (E8)

“Ah, eu espero que ele melhore, né. Melhore pra bem [...] Ah, na quantidade do pagamento. [rs]” (E13)

“O que eu espero? Melhorar né? [...] A grana, né” (E16)

“Ainda tem pra melhorar o salário. Porque pagam 1 real, 2 real, 3 real e não é bom, é bom receber mais.” (E4)

Esse mesmo usuário coloca, em momentos anteriores da entrevista, seu desejo de deixar o grupo, pela vontade de voltar à sua atividade habitual devido à necessidade de encontrar trabalho que lhe traga um dinheiro fixo.

“Só que eu tô um pouco agora não indo muito lá, por causa que eu tô atrás de serviço, né, voltar à atividade habitual de novo porque eu já tive melhora [...] Eu quero sair do Recriart, é o seguinte, porque eu arrumando um serviço fixo, eu ganho meu dinheiro fixo. Eu acho que é mais fácil pra mim, né, porque já que eu tive uma melhora, eu vou seguir em frente minha vida, construir minha vida de novo, do zero, voltar a estudar também, tudo [...] Ah, se eu arrumar serviço fixo não vai dar porque é horário de serviço, né. Assim, por exemplo, o serviço integral é das 7 às 17, ai não dá, porque é das 14 horas às 16 horas [o Recriart].” (E4)

Por isso, no final, ele coloca o motivo de deixar o Recriart:

“É, esse é o motivo. Eu quero procurar outro emprego porque o ganho não é sustentável, não dá pra ajudar muito.” (E4)

Outro usuário, também reconhece a baixa remuneração e aponta para um caminho de solução.

“... O problema nosso é que a gente não tem muita encomenda e o ganho nosso tá sendo muito pouco por enquanto. E muita gente não tá indo por causa disso. A gente deveria pegar mais encomenda, né [...] se a gente pegar mais encomenda fica mais conhecido, né.” (E12)

5.2.2 Melhoria no modo de se fazer o papel e, ainda, fabricar novos produtos

O modo de fabricação do papel é apontado como algo a ser melhorado através da organização do grupo, da implementação de maquinário e de materiais adequados para esse

fim. Também é ressaltada a necessidade de melhor capricho na fabricação do papel e dos produtos e na elaboração de novos artefatos.

“O modo de fazer papel [...] Melhorar todo o sistema de trabalhar ali, fazer aquelas coisas lá. [...] O modo de secagem de papel...” (E5)

“Ah, tem que melhorar assim... a gente fazer mais papel com tinta mais... entendeu? Não com aquela tinta, o que seria melhor pra gente [...] Mais apropriado pra papel. Igual a gente viu em Campinas, né. Então eu acho que seria melhor [...] E fazer assim, pasta que sai muito, né. Então, eu acho que a gente deve levar isso a frente, nunca parar. Cada vez poder vir mais, aprender mais [...] Eu acho que na parte do papel tem que ser mais organizado, não ser bagunçado, ser tudo ‘arrumadinho’, bem feitinho, né, pra gente poder trabalhar direito, né.” (E7)

“Em relação ao papel já ‘miorou’, né, ‘miorou’ bem porque ‘nóis aprendemo’ que ‘nóis’ foi viajar pra Campinas [...] Agora com essas 46 telas que fizemos vai ser mais prático [...] vai ter mais tela pra fazer papel pro grupo de segunda e terça, quarta e quinta [...] Eu espero que produza mais papel...” (E8)

“No Recriart, o que tem que melhorar é fazer o papel. Uma coisa que não é fácil, sabe. Vem dos chineses lá, deve ser os chineses antigos que inventaram. Com a viagem que nós fizemos pra Campinas acho que a tendência agora é melhorar, fazendo o papel na tela, fazendo os novos métodos, né. Espero que o papel nosso melhore pra ser mais produzido, né [...] Chegar na perfeição do papel, fazer a qualidade de um papel que seja impresso. É isso que eu espero que aconteça um dia no Recriart, que seja uma firma reprodutora de papel, que seja um firma grande...” (E10)

“Espero que [...] a gente aprenda a fazer os tipos de papel. A organização tem ser melhor, a separação por papel escrito, não escrito, colorido, né [...] Por enquanto a gente não tem muito maquinário, né. Se tivesse um secador de papel pra secar em dia de chuva, uma prensa pra prensar o papel, seria melhor...” (E12)

“Eu espero que venha tudo a melhorar ainda mais. Fabricar mais as coisas, fazer mais [...] Ah, melhorar é caprichar mais nos cartões, na tela. Caprichar.” (E15)

5.2.3 A necessidade de maior apoio

Um usuário reconhece que para a melhora e prosperidade do empreendimento é necessário apoio tanto dos profissionais quanto da prefeitura. Ele chegou a comparar o funcionamento do Recriart com o funcionamento do serviço visitado em Campinas.

“... ter mais apoio ali [...] dos profissionais, apoio dos profissionais [...] na visita que a gente fez no Cândido Ferreira, nós poderia copiar de lá, né. E precisava ter a força de todo mundo, da prefeitura, sei lá de quem pra apoiar nós ali, né” (E5)

5.2.4 A necessidade de melhor infraestrutura do prédio – melhores condições de trabalho

Assim como já apontado em outros momentos, o problema de infraestrutura do prédio aparece novamente como reivindicação de melhores condições de trabalho.

“... melhorar ali a estrutura que nós tá, porque molha ali dentro tudo, pinga goteira de todo lado, então, você perde até papel que nós faz ali, os pombos sobem em cima, faz necessidade em cima do papel, então, perde muita coisa.” (E5)

5.2.5 As relações interpessoais - o diálogo e a cooperação do grupo

O diálogo e a cooperação aparecem em momentos de facilidade e em momentos de dificuldade, nos quais as relações precisam ser trabalhadas, estimuladas e melhoradas no grupo.

“O diálogo. A questão do diálogo e comunicação, as únicas coisas importantes que eu acho que tem que ter. Dialogar e ter comunicação, as pessoas lá do grupo se reunir e conversar e dialogar e fazer uma reunião e conversar e debater o assunto, eu acho muito importante isso. Uns faz, outros falam demais, que o outro não fez, que o outro deixou de fazer, isso e aquilo. Aí, para com essa ‘brigação’ [...] Em relação à cuba lá, o jeito de fazer, uns faz, depois fala que o outro não fez, que deixaram, deixou de fazer [...] [precisa de] um espaço pra trabalho, pra trabalhar, dialogar, sempre dialogar. Dialogar, eu falo conversar, se entender, não discutir e brigar. Às vezes, discute, discute, discute e tá sempre do mesmo jeito. Entendeu?” (E6)

“Eu acho que no grupo tem que ter amizade, ser um colega do outro, um ajudar o outro, um ajudar o próximo. Se a gente faz o papel sozinho, é ruim, tem que outras pessoas ajudar [...] Eu acho que só eu e o [um usuário] que ‘tamo’ fazendo papel, o resto não tá [...] não sei se é porque tá fazendo outra atividade ou não quer fazer papel [...] Pelo menos umas 3, 4 ou 5 pessoas. No máximo umas 5 pessoas, que aí produz mais papel [...] É, aumentar a produção. Porque lá me Campinas, lá eles fazem em mais de 10 pessoas, né. É isso? Mais de 10 pessoas, então, aí quanto mais pessoa, mais ajuda o serviço.” (E8)

“A união das pessoas [...] É muito individual. Cada um faz suas coisas, não vê o do outro, como tá saindo, não participa, eu acho mais individual, mesmo.” (E9)

Um usuário percebe a desunião do grupo, advinda da separação entre turma de segunda e terça e turma de quarta e quinta, propõe a junção das turmas para formação de um único grupo, o que veio a ser realizado no primeiro semestre de 2009.

“Eu acho que o grupo de segunda e terça tá mais unido que o de quarta e quinta [...] Na minha opinião deveria juntar os dois grupos, né [...] Juntar os dois grupos pra ficar um grupo só” (E12)

5.2.6 O acesso ao computador – reivindicando um computador e sugerindo a inclusão digital de todos

Uma necessidade muito importante e recente surge na fala de um dos usuários, a inclusão digital, não somente para alguns que se encontram fazendo essa capacitação, mas para todos os integrantes do grupo. Essa atividade de capacitação aconteceu através dos alunos da ACIEPE, que realizaram o projeto de intervenção no Recriart, tendo em vista a necessidade do domínio da informática. Por isso, nos dois semestres de 2008 formaram-se grupos para o curso prático de informática (em módulos) ministrado pelos alunos. Embora todos os usuários fossem convidados a participar, apenas alguns realizaram o curso, o que foi uma oportunidade muito interessante para eles, inclusive pela emissão de um certificado. A experiência de um desses usuários passou a ter grande importância para a sua vida; suas ideias e desejos vieram também a influenciar todo o grupo, como mostra sua colocação:

“... o computador devia tá lá, aprender a mexer na internet, não nós que vamos lá no grupo [grupo de computação], eu, o [um usuário], e o [um usuário], podia ir mais gente, não só de

segunda e terça como de quarta e quinta e começar a aprender no computador. Seria uma inclusão digital.” (E12).

6. RECONHECENDO E AGRADECENDO O APOIO DA EQUIPE DE INCUBAÇÃO

Os usuários reconhecem a importância e agradecem ao apoio, à colaboração e ao estímulo propiciado pela equipe de incubação na concretização desse trabalho.

“Eu queria falar que eu agradeço você, que é uma pessoa maravilhosa, a [coordenadora docente de projeto de incubação], né [...] E a [coordenadora do CAPS] também e você que dá a maior força.” (E7)

“Graças à [coordenadora do CAPS], à [coordenadora docente de projeto de incubação], você. Vocês todo esse tempo tá junto com a gente, né. Então, é importante [...] Ah, eu agradeço a sua colaboração. E só tenho agradecer a vocês, estudantes, porque eu já tô velhinho e espero que vocês tenham grandes experiências. Eu, quando chegou a OFSET, o FOTOLITO na tipografia, eu falei “aí já não é comigo”, era tipógrafo, né. Espero que vocês levem isso pra frente mesmo e que seja bem recompensado.” (E10)

“E eu devo muito a vocês nessa parte. E eu sei que, acho que vou reconhecer até o fim da minha vida [...] a gente aprende muita coisas ali, né, com vocês lógico [...] Ah... sempre dou valor pros meus superior, lógico, eu reconheço que eu, sozinho, não sou ninguém [muito emocionado] [...] Eu acho que vocês dão 100% de apoio pra nós [...] Eu acho que vocês tão de parabéns, sabe, porque eu sozinho não seria nada.” (E11)

Reflexões sobre a experiência dos usuários à luz do referencial teórico e do contexto do estudo

Iniciamos a pesquisa perguntando como tem sido para os usuários integrantes do Recriart a experiência de trabalhar em um empreendimento solidário. Para melhor compreender, contextualizamos a formação e o funcionamento do grupo e entrevistamos os usuários/trabalhadores, que se dispuseram a nos relatar sua experiência. Concordamos com Leal (2004) quando afirma a importância de conhecer muito bem, e com clareza, os impasses e avanços das experiências de geração de trabalho e renda, e pensamos que, ao ouvir as pessoas diretamente envolvidas, esta pesquisa poderá contribuir para o conhecimento ainda incipiente do encontro entre Saúde Mental e Economia Solidária.

Da análise minuciosa dos relatos apreendemos seis categorias temáticas. **A primeira** delas aponta que o trabalho no Recriart vem sendo uma experiência com significados positivos para a vida dos usuários. Eles relataram a possibilidade de aprender a trabalhar em uma nova atividade produtiva - produção de papel reciclado e confecção de produtos derivados deste, dentro de outra lógica de produção e organização do trabalho, a solidária. Os usuários revelaram que esse trabalho também possibilita aprender a lidar e partilhar com colegas e amadurecer através da vivência junto ao grupo e no desenvolvimento das várias atividades do empreendimento. Dessa forma, compreendemos que o trabalho no Recriart busca aprimorar as habilidades profissionais de seus integrantes, assim como as técnicas de gestão, produção e/ou comercialização na perspectiva da economia solidária, em consonância com as propostas do GT de Saúde Mental e Economia Solidária (BRASIL, 2006).

Ainda nessa categoria, constatamos que a vivência de trabalho nesse grupo solidário vem possibilitando novas relações que se estabelecem entre os usuários, com outras pessoas e com novos espaços. Diante desse fato, consideramos que essa experiência vem ao encontro da proposição de Nicácio & Kinker (1996, p.122) sobre a proposta de inserção social pelo trabalho, quando afirmam que esta “implica um conjunto de articulações, ativação de recursos, de possibilidades dos sujeitos, de espaços, de agenciamento de relações”, e remete à construção de um tecido de trocas sociais. Neste sentido, consideramos que a articulação do grupo com a universidade através da INCOOP, do Departamento de Enfermagem e da Pró-Reitoria de Extensão e ainda, com o Centro Público de Economia Solidária do município e com diversos espaços de comercialização, permite a multiplicação dos atores envolvidos

nesse processo livrando os usuários/trabalhadores do circuito psiquiátrico, rompendo com lugares de exclusão.

De fato, é fundamental a “conexão de espaços diferentes, linguagens plurais, de novos interlocutores, que se pode recolocar a questão do sofrimento psíquico, da diversidade, ‘do mundo dos outros’, na complexidade das relações humanas” (NICÁCIO, KINKER, 1996, p. 128), inclusive, para a transformação do imaginário social em relação aos sujeitos em sofrimento psíquico. Também o Relatório Final do GT (BRASIL, 2006) propõe que as iniciativas solidárias de geração de trabalho e renda precisam buscar parcerias de apoio técnico e tecnológico e de participação na vida social e comunitária, operando na lógica da interssetorialidade, articulando-se a outras entidades/instituições.

Para muitos usuários entrevistados, o Recriart representa a possibilidade de retorno ao trabalho e de conquistar mais uma experiência profissional, diferente das oficinas terapêuticas oferecidas no CAPS, o que lhes permite sair da condição do ‘estar parado’ resultante do adoecimento.

Pessoas com transtorno mental grave, após serem enquadradas em uma categoria diagnóstica, enfrentam diversas consequências que acabam por afetar sua vida profissional. Geralmente, afastam-se ou são afastadas do trabalho, perdem o emprego, até mesmo o informal, e alguns chegam a perder o direito de realizar trabalhos domésticos em sua própria casa (ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2005). Tal fato é histórico e decorrente da psiquiatria tradicional, que considera o transtorno mental incapacitante para a vida, para atividades coletivas, e, conseqüentemente, para o trabalho; por isso, julgam necessário o isolamento (ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2005). O resultado desse isolamento acarreta a exclusão, a não-cidadania, o que “implica a ruptura dos vínculos sociais nas dimensões do mundo do trabalho, da sociedade, da família, da política, da cultura, ou seja, rompem-se os vínculos que conferem ao indivíduo sua identidade pessoal” (VIANNA, BARROS, 2002, p.89). Diante dessa realidade, a reabilitação psicossocial incide sobre o mundo do trabalho na tentativa de romper com a exclusão do louco que não produz, não participa, não tem voz e nem direito (VIANNA, BARROS, 2002).

Encontramos nos relatos dos entrevistados afirmativas de que a atividade no Recriart promove sua saúde mental. Os usuários afirmam ter alcançado a superação de problemas de saúde e, esse retorno ao trabalho leva-os a saírem do estado de isolamento, alcançando desenvolvimento humano ao se interessarem por coisas novas, ao se preocuparem com o trabalho, cria-se assim um novo projeto de vida, nova identidade.

Para Zambroni-de-Souza (2005, p.98) o trabalho pode ser lugar de desenvolvimento pessoal para as pessoas com transtornos mentais graves, “à medida que negociam com aquele julgamento social que supõe sua incapacidade e buscam recursos pessoais para dar conta de realizar a atividade, cuidando de se apropriar daquele meio de vida como seu”, passam a desenvolver potencialidades que nem sabiam possuir, libertam-se da identidade historicamente produzida de pessoa incapaz e constroem sua saúde (ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2005).

Também Nicácio & Kinker (1996, p.127) assinalam que a inserção no trabalho deve produzir trabalho e saúde, algo continuamente discutido e considerado um desafio; produzir ambos sem anular um ou outro, pois significa “operar em um equilíbrio instável de forças”. Por isso, os autores inserem o conceito de qualidade para que se tenha qualidade - de relações, de trabalho e da produção de valor social.

Quanto à promoção de saúde, encontramos que, para alguns usuários, a questão da saúde e, mais especificamente, da saúde mental, antecede em relevância à do próprio trabalho com geração de renda satisfatória. Frente a isso, acreditamos que a criação e a construção de um empreendimento solidário é um processo, e através das falas identificamos a transição para um empreendimento solidário de fato, ou seja, que gere renda compatível com as expectativas dos usuários e que continue a significar novas possibilidades.

A possibilidade do retorno financeiro é um importante atrativo para os usuários, muito embora a maioria deles possua alguma renda, seja ela alcançada por meio da aposentadoria, auxílio doença ou BPC. Contudo, dentre os entrevistados, alguns não possuem rendimento, dependem do dinheiro dos pais ou até mesmo da bolsa alimentação dos filhos. Enfim, para todos, conseqüentemente, é considerável a questão do retorno financeiro, o que lhes possibilita alcançar um dos objetivos da reabilitação psicossocial, o de produzir e trocar mercadorias e valores (SARACENO, 2001). Estudo realizado em uma cooperativa de usuários de serviço de saúde mental do Rio de Janeiro ressalta a importância da remuneração e a expectativa de ganhar dinheiro como decisiva na escolha da participação na cooperativa, mesmo considerando baixo o retorno financeiro pelo trabalho (TELLES, 2002).

A respeito do baixo retorno financeiro, também encontramos essa questão no Recriart, daí um usuário considerá-lo mais uma terapia do que um trabalho propriamente dito. Entretanto, compreendemos que o terapêutico aqui encontrado é diferente daquele do tratamento moral, estando mais associado ao conceito de terapêutico, como “algo que faz bem”, por exemplo, quando qualquer trabalhador afirma que trabalhar é importante para sua vida. Sobre a importância do trabalho para o ser humano, vários estudos apontam que ele

constitui-se no verdadeiro sentido da vida do homem e que, além de sua importância social, também é fonte de subjetivação, preenche vidas, torna-se condição necessária para a liberdade (RIBEIRO, LÉDA, 2004; PINHEIRO, MONTEIRO, 2007).

Nossos achados vão ao encontro da pesquisa de Silva (2000, p.122), realizada em uma cooperativa de usuários de saúde mental, na qual alguns entrevistados afirmaram que o trabalho ali, também era um espaço terapêutico, por proporcionar um ambiente democrático, pouco competitivo e ao mesmo tempo “aberto ao cuidado, à atenção do usuário”, havendo também aqueles que compreendem que toda atividade é “terapêutica”, no sentido de que “ocupa”, “distrai”.

Na **segunda categoria temática** encontramos um grande avanço do grupo em relação à apropriação e ao reconhecimento dos princípios solidários na organização e desenvolvimento do trabalho no empreendimento. Há referência clara da não existência do patrão, e sim, de um formato coletivo de gestão e organização de trabalho, em que existe poder de decisão dos usuários, maior liberdade, dinâmica funcional mais flexível e autonomia.

O poder de decidir a que os usuários se referem corresponde a um dos princípios da economia solidária, a autogestão. Seu conceito é considerado por alguns autores (LECHAT, BARCELOS, 2008) como complexo e desafiador, e que nem sempre chegam a sua efetividade. Apontamos, então, o termo de participação democrática (BRASIL, 2006) pelo fato de o trabalho permitir a participação coletiva, democrática, igualitária como guia nas tomadas de decisões, ou seja, novas relações sociais de produção, diferente das assalariadas (GAIGER, 2006). Para Gaiger (2006, p.529) o caráter coletivo da gestão proporciona efeitos positivos, “propiciando que a criatividade dos trabalhadores se manifeste, explore as competências adormecidas e confira ao trabalho um sentido positivo e estimulante”. Assinalamos, ainda, que é um meio favorável aos usuários se tornarem protagonistas da construção do empreendimento, do processo de trabalho, condição possível nessa nova forma de ocupação que abarca a singularidade.

A existência de dinâmica de trabalho mais flexível com liberdade de controle do tempo, das tarefas e do ritmo, maior autonomia e laços de solidariedade propiciam a existência de “intensas relações entre usuários, produto/serviço, cliente e mercado/sociedade”, as quais produzem “valores, poderes e possibilidades imprescindíveis na transformação da realidade dos usuários”, como aponta Ogawa (1997, p.50).

Consideramos importante a existência de tais fatores, no entanto, salientamos que não se deve deixar de lado a necessidade de haver compromisso e responsabilidade dos

cooperados e, além disso, a necessidade de respeitar regras a fim de alcançar a viabilidade econômica do empreendimento, questões essas também apontadas por Telles (2002, p.138).

Os usuários reconhecem que há melhores condições de trabalho no Recriart, quando o comparam com seus trabalhos anteriores, todos operados na lógica capitalista.

As condições anteriores relacionam-se às fortes mudanças nas relações de trabalho pelas quais tem passado a sociedade capitalista nas últimas décadas. Essas transformações “vêm convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo *destrutivo* que tem gerado uma imensa *sociedade dos excluídos e dos precarizados*” (ANTUNES, 2001, p.36 – grifos do autor). Do ser humano tem sido retirado o saber, a razão e a emoção em nome da eficiência, tornando os ambientes de trabalhos mais frios e racionais, ocasionando problemas relativos à qualidade de vida e abalando a saúde do trabalhador (MALASSISE, ALVES, 2005).

Esta realidade nos aponta que a construção do empreendimento na lógica solidária é de extrema pertinência. De acordo com Telles (2002), a possibilidade da autogestão permite que o próprio grupo de trabalho crie e busque intervenções para melhores condições de trabalho e de vida, proporcionando a organização do trabalho a partir de valores e regras que o grupo deseja. A economia solidária, além de uma alternativa ao capitalismo, é uma alternativa que visa proporcionar uma vida melhor que implique nas relações, na liberdade de escolha, no direito à autonomia, na atividade produtiva, na participação democrática, na segurança construída no grupo (SINGER, 2002).

Entretanto, no Recriart, muito embora existam aspectos positivos de um empreendimento que acontece na perspectiva solidária, também há alguns pontos que não são do agrado de todos. É o caso do relato da insatisfação de um usuário referente à carga horária de trabalho diária (2 horas), questão essa que vem sendo ponto de pauta em várias assembleias do empreendimento. Percebe-se, portanto, que há conflitos e que nem sempre se consegue chegar ao consenso.

Na **terceira categoria temática**, os usuários apontam as facilidades e dificuldades vivenciadas no processo de trabalho no grupo. Sobre as facilidades, uma delas está relacionada à produção do papel, pelo fato de a considerarem fácil, simples e de maior domínio, razões que também levam essa atividade a estar entre as preferências dos entrevistados.

A produção do papel compreende uma sequência de etapas, das quais nem todos os usuários participam, entretanto. Nossa vivência junto ao grupo leva-nos a afirmar que cada usuário assume a atividade com que mais se identifica e para a qual tem maior habilidade,

indo ao encontro de Telles (2002, p.25) quando afirma que em um empreendimento “as pessoas não possuem os mesmos conhecimentos, competências e saber-fazer”, o que influencia na maneira como a atividade coletiva acontecerá.

A segunda facilidade reafirma a importância da formação do empreendimento nos princípios da economia solidária, sendo apontados como facilitadores e pontos positivos a não existência do patrão, um trabalho coletivo, com cooperação e bom relacionamento interpessoal. O princípio solidário da cooperação aparece nas falas dos usuários no sentido do proposto pelo SENAES (2006, p.12) “existência de interesses e objetivos comuns, união de esforços e capacidades [...] partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades”. Gaiger (2006) defende a existência de vínculos de cooperação e reciprocidade, os quais determinam comportamentos e diluem as barreiras existentes entre interesse individual e coletivo. Para o mesmo autor (2006, p.519), “o solidarismo e a cooperação no trabalho, uma vez internalizados como prática cotidiana, propiciariam fatores adicionais de eficiência, em prol do empreendimento”.

Para Dejours (1994, p.24), quando um trabalhador chega ao seu local de trabalho traz consigo sua “história pessoal que se concretiza por certa qualidade de suas aspirações, de seus desejos, de suas motivações, de suas necessidades psicológicas, que integram sua história passada”, o que faz com que cada um tenha características únicas, pessoais e diferentes reações às situações. Portanto, assim como as facilidades, as dificuldades também estão presentes. Estas estão relacionadas à fabricação dos produtos, à comercialização, ao relacionamento entre os próprios usuários e às condições físicas do espaço de produção.

Reconhecemos que a fabricação dos produtos é uma atividade que requer mais habilidade e treinamento, razão pela qual é apontada como de menor preferência/que não agrada a alguns usuários. A esse respeito, torna-se importante salientar que até o final do ano de 2007, o grupo confeccionava pouca variedade de produtos; somente no início de ano de 2008 novos e diferentes produtos foram introduzidos, necessitando, portanto, de capacitação e tempo para treinamento. As atividades de capacitação têm sido realizadas tanto pela equipe de incubação quanto pelos usuários do grupo que demonstraram dominar mais rapidamente as novas técnicas, os quais são incentivados a promoverem a “socialização do conhecimento”. Na vivência com o grupo, observamos que, no final de 2008, houve uma grande evolução na qualidade dos produtos, no domínio das técnicas de produção e nas habilidades na fabricação de novos artefatos.

A comercialização vem sendo uma grande dificuldade para o grupo desde o início do processo. Assim como encontrado nas falas e confirmado em nossa vivência, nem todos os

usuários sentem-se aptos, dispostos, ou mesmo têm o desejo de comercializar, sendo essa questão continuamente discutida em assembleia. Diante desse fato, várias estratégias foram adotadas pelo grupo; dentre elas ressaltamos o aumento do valor da hora trabalhada em vendas em relação às horas trabalhadas semanalmente na produção. Essa decisão aconteceu para satisfazer e estimular tanto os usuários que comumente comercializam os produtos como aqueles que raramente o fazem.

Também encontramos nas falas dificuldades no relacionamento entre os próprios usuários, como falta de união, comunicação e abertura para novas amizades, as quais também são apontadas como necessidade de melhora no grupo. Mesmo sendo um grupo construído na prática da economia solidária, as dificuldades nas relações interpessoais podem persistir (NASCIUTTI *et al*, 2003). Destacamos que a solidariedade, a cooperação e outros princípios solidários são horizontes e cabe à equipe de incubação administrar esses conflitos para que os usuários desenvolvam ainda mais o sentimento de pertencer ao grupo, de forma a superá-las. Concordamos com a solução proposta por uma usuária, quando aponta a criação de espaços de interlocução para construção de confiança, como as assembleias mensais, as atividades de capacitação e reuniões. Pois, segundo Dejours (2008), a cooperação exige relações de confiança entre os indivíduos, considerada uma luta que envolve construção de acordos, normas e regras de como executar o trabalho.

Finalmente, a última dificuldade expressa está relacionada aos fatores das condições de trabalho, referidas por Dejours (1987) como ambiente físico, químico, biológico, condições de higiene, segurança e características antropométricas do posto de trabalho. Reconhecemos a importância da melhora do espaço físico para a saúde de todos os envolvidos nesse processo, mesmo porque, em outros momentos, os usuários reivindicaram melhores condições de trabalho. Os problemas relacionados ao espaço físico também preocupam a equipe de incubação, que vem se empenhando para realizar tais melhoras. Importante ressaltar que o prédio passou por uma reforma no mês de setembro de 2008, quando o telhado foi trocado e as goteiras eliminadas; a questão da presença de pombos, entretanto, ainda é algo a ser enfrentado, inclusive, constitui problema em muitos prédios da universidade.

A **quarta categoria temática** apresenta a apreciação dos usuários quanto ao trabalho no grupo. Ao relatarem o gosto de integrarem o grupo, alguns não conseguem identificar aquilo que mais lhes agrada; já outros chegam a identificar preferências, dentre as quais destacamos estar na companhia dos colegas, as atividades de capacitação e, mais uma vez, a

inexistência do padrão. Cabe salientar que nenhum deles faz qualquer referência às atividades das comissões, relativas à parte administrativa, de planejamento do empreendimento.

Constatamos que o estar junto aos colegas de trabalho possibilita amizade, momentos agradáveis e fortifica a ampliação da rede social dos usuários. Para Oliver *et al* (2002, p.88) experiências de geração de trabalho e renda devem ampliar a rede de sociabilidade primária, estender as relações interpessoais e “estabelecer novas formas de posicionamento em seu interior (através da atribuição de valores positivos e da constituição de relações horizontais de reciprocidade)”.

Apontamos, também, que a cooperação, embora tenha sido relacionada como dificuldade para alguns, para outros ela é responsável por tornar os momentos agradáveis, visto que representa a articulação entre o grupo, “a vontade de as pessoas trabalharem juntas e de superarem coletivamente as contradições que surgem da própria natureza ou da essência da organização do trabalho” (DEJOURS, 2008, p.69). Para Gaiger (2006, p.533), nos empreendimentos pequenos existem vínculos familiares e de amizade que “conferem uma marca lúdica ao trabalho, misto de atividade produtiva, convivência familiar e reunião de amigos”, por isso, a vivência se torna gratificante e estimulante.

As atividades de capacitação apresentaram-se como estimuladoras para os usuários. Dentre elas, verificamos que foi muito positiva a visita ao NOT em Campinas e que diversas mudanças e expectativas foram colocadas no empreendimento, principalmente, as relacionadas ao seu crescimento, a mudanças na técnica de produção de papel e à fabricação de novos produtos. Além da capacitação citada pelos usuários, vários outros espaços com esta finalidade vêm sendo criados, contemplando o princípio da economia solidária, que se refere à educação, capacitação e formação, proposto por Rech (2001).

Concordamos com Schneider & Hendges (2006, p.38) que “a tarefa fundamental da educação cooperativa é difundir e colocar em prática os valores e os princípios cooperativos para que homens e mulheres integrados possam adaptar-se aos novos tempos e assumir objetivos futuros”.

Ao identificar o que não gosta no Recriart, um usuário apontou preferir ficar no CAPS e realizar as oficinas lá oferecidas a ir ao Recriart, pois não consegue realizar todas as atividades que o trabalho no empreendimento exige. Esse achado relaciona-se ao exposto por Silva (2000, p.121) quando resgata a diferença desse trabalho para as oficinas terapêuticas, pois nele “o produto final deve seguir um padrão de qualidade para ser comercializado”, além de exigir “rotina de trabalho, conhecimento das tarefas e das suas obrigações”.

A **quinta categoria temática** refere-se às perspectivas, ao futuro do empreendimento. Encontramos aqueles que têm a certeza de continuar no grupo, projetando seu crescimento, e aqueles que apontam incerteza sobre sua permanência. Também são relacionadas necessidades de melhorias para alcançar o crescimento no grupo.

Quanto à decisão de continuar no empreendimento, verificamos que esta se refere a gostar de participar, de sentir-se útil e bem, de realizar uma atividade prazerosa, de estar disposto a aprender cada vez mais. Nesse sentido, há usuários que colocam o trabalho no grupo como prioridade em suas vidas, mesmo com a necessidade de procurar outro trabalho. O desejo do crescimento e existência futura do Recriart aparece como esperança do grupo, principalmente, com a perspectiva da entrada de novos integrantes e do aprimoramento do espaço físico.

Sobre as incertezas, alguns assinalam sua dúvida em continuar no empreendimento, mesmo assim, reconhecem a importância desse trabalho para suas vidas, principalmente o que diz respeito a sua dimensão afetiva, a qual envolve manipulação de afetos, contato e proximidade humana, além de produzir subjetividade, redes sociais e vida (MARINHO, 2009).

Estudos realizados em empreendimentos solidários, não somente de saúde mental, trazem as perspectivas futuras dos usuários, ressaltando que existem trabalhadores que aceitam e desejam se manter na proposta do modelo solidário passando a construir um espaço de aprendizado, trocas sociais, novas relações com o trabalho; porém, também há aqueles que consideram a cooperativa um espaço passageiro, um “trampolim” para outras atividades. (TELLES, 2002; BARFKNECHT, MERLO, NARDI, 2006).

Verificamos ainda, nesta categoria, a necessidade de melhorias em vários aspectos do empreendimento para alcançar crescimento e satisfação das necessidades dos usuários, sendo destacadas: aumento da remuneração, melhora na fabricação do papel, na infraestrutura e acesso ao computador.

Quanto à remuneração, reconhecemos que um dos maiores desafios desse empreendimento para sua efetiva constituição como iniciativa de geração de trabalho e renda diz respeito à possibilidade de ganho real para os trabalhadores, conforme recomendações do GT Interministerial (BRASIL, 2006), muito embora este trabalho traga diversos outros ganhos sociais aos usuários. Compartilhamos das colocações de Kinker (1997, p.43) quando afirma que os projetos de trabalho devem ter intenção de produzir “em quantidade e qualidade para a sobrevivência no mercado, em busca do aumento da remuneração de seus trabalhadores e da ampliação do empreendimento”. No entanto, temos observado que a

sustentabilidade econômica ainda é um grande desafio para os empreendimentos pequenos de economia solidária, constituídos ou não por usuários de saúde mental (SILVA, 2000; TELLES, 2002; OLIVER *et al*, 2002; NASCIUTTI *et al*, 2003; GONÇALVES, 2008;).

Ao apontarem essa questão, os usuários reivindicam por melhoramentos. Para aqueles que não possuem renda, o baixo retorno financeiro torna-se insuficiente para viver, por isso, apontam a necessidade de retornar ao trabalho no modelo tradicional como empregados assalariados pela garantia salarial. Mesmo assim, usuários comprometidos com esse processo solidário apontam possíveis estratégias de reversão da situação, como, por exemplo, explorar a encomenda de produtos. A equipe de incubação também vem, juntamente com os usuários, buscando estratégias para alcançar maior rentabilidade econômica do empreendimento.

Outra questão pontuada a ser aprimorada refere-se ao processo de produção do papel, que envolve conhecimentos sobre técnicas de produção e organização do processo. Verificamos que muitos dos aspectos levantados pelos usuários são resultados da visita técnica realizada, naquele momento, ao NOT em Campinas, o que reforça a importância e necessidade de atividades de capacitação do grupo.

Também é apontada por um usuário a necessidade de maior apoio ao grupo a ser concretizado por profissionais técnicos e órgãos públicos. Em relação ao apoio dos técnicos de incubação, na vivência junto ao grupo nos deparamos com impasses e limites que não permitem à equipe uma melhor organização e condução das atividades. Um deles está ligado ao revezamento semanal da equipe de incubação para participar das atividades do grupo, assunto muito discutido nas reuniões da equipe, e cuja solução aponta para a necessidade de um profissional fixo que acompanhe as atividades diariamente.

Frente a essa realidade, destacamos algumas das várias recomendações do Grupo de Trabalho aos gestores municipais e estaduais, quando apontam que cabe a estes: viabilizar políticas públicas articuladas às iniciativas de saúde mental e economia solidária para permitir a criação de empreendimentos econômicos e solidários, além de fomentar e incentivar iniciativas que visem à inclusão social com geração de trabalho e renda e ativar parcerias para esses empreendimentos garantindo os recursos humanos e financeiros para seu pleno desenvolvimento (BRASIL, 2006, p.14).

Por fim, os usuários trazem a importância da inclusão digital dos integrantes do grupo. A ideia de possibilitar o acesso aos computadores começou como necessidade do próprio trabalho. Foi, então, utilizada a estratégia de envolver os alunos que cursavam a ACIEPE a fim de capacitar os usuários para o uso dessa ferramenta. Como o próprio relato demonstrou, essa experiência tem sido positiva e vem abrindo os horizontes dos usuários que

passaram a almejar o mesmo para o grupo, uma vez que muitos deles nunca haviam tido a oportunidade de utilizar o computador. Ressaltamos que, após essa capacitação, alguns integrantes têm buscado complementar a formação em outros recursos da comunidade.

Na **sexta e última categoria temática** os usuários reconhecem o apoio da equipe de incubação que acompanha o grupo cotidianamente, nos vários momentos desse processo. Como apontado na descrição do contexto deste estudo, a equipe vem assumindo o papel de apoiar e assessorar os participantes para um constante acompanhamento tanto na produção quanto na comercialização e nas diversas atividades do empreendimento, corroborando com as colocações de Nicácio & Kinker (1996, p. 126) sobre o papel da equipe como sendo “de mediação das relações e de, junto com os usuários, construção de condições subjetivas, materiais, sociais e culturais” que possibilitem a inserção do usuário no trabalho.

Frente a esse reconhecimento, não podemos deixar de assinalar, enquanto membro dessa construção, a gratificação de ser reconhecido. Isso também reforça a importância de darmos continuidade à tão complexa tarefa de inserir usuários de saúde mental no “mundo do trabalho”.

CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, a política nacional de saúde mental vem se orientando para o rompimento dos pressupostos da psiquiatria tradicional. Nesse caminhar, propõe diretrizes para a construção de uma rede de atenção à saúde mental extra-hospitalar com ações de reabilitação psicossocial, cujo cuidado possibilite a inclusão social de pessoas em sofrimento psíquico, que trazem consigo a exclusão em diversas dimensões, inclusive a do mundo do trabalho.

Dessas diretrizes nasce uma das estratégias nacionais da política de saúde mental que propõe a inclusão social pelo trabalho, através do encontro entre Saúde Mental e Economia Solidária. Trata-se de uma política que vem resgatar os preceitos de ambos os movimentos, uma vez que possuem pontos comuns em suas trajetórias, pelo simples fato de almejarem mudanças na sociedade no intuito de torná-la mais generosa, inclusiva e solidária.

Diante dessas proposições, criou-se, em meados de 2006, o grupo solidário Recriart, que vem, em seu processo de construção, buscando pautar-se nos princípios da economia solidária para alcançar sua efetividade enquanto empreendimento de geração de trabalho e renda. Por mais que se afirme que a inclusão social pelo trabalho seja um desafio, a vivência de integrar a equipe de incubação na construção cotidiana de um empreendimento solidário tem nos mostrado ser este um processo que, para além de desafiador, é algo complexo, trabalhoso, moroso e, em diversos momentos, carregado de conflitos.

Ao apreendermos a experiência dos usuários integrantes do empreendimento, objeto de estudo desta pesquisa, evidenciamos o quanto esse trabalho possibilita diversas dimensões positivas para suas vidas. Primeiramente, permite o retorno ao trabalho e tudo o que isso significa: aprendizado, crescimento, amadurecimento, promoção da saúde mental, desenvolvimento humano, autonomia e trocas sociais e materiais.

Consideramos que muitas dessas possibilidades são resultantes do modo como esse trabalho vem sendo construído e de sua nova organização na perspectiva da economia solidária. Os princípios solidários vão ao encontro das necessidades dos usuários, permitindo que todos se tornem protagonistas da construção de um trabalho

democrático e participativo, diferenciando da existência da figura de um patrão nos moldes de trabalho assalariado, que muitos vivenciaram em experiências anteriores. No empreendimento estudado, os usuários se reconhecem como trabalhadores de um grupo coletivo onde há liberdade, respeito e valorização das características e diferenças de cada um. Também apontam melhores condições de trabalho.

Embora os entrevistados assinalem facilidades nesse processo, também são encontradas dificuldades que podem ser consideradas inerentes a todo e qualquer processo de trabalho, uma vez que envolvem o domínio do conhecimento do processo produtivo e da comercialização até as dificuldades nos relacionamentos interpessoais do grupo. Todavia, verificamos que o próprio empreendimento tem criado estratégias para superá-las, como constante capacitação, socialização do conhecimento, assembleias, criação de outros espaços para diálogos e também a prática da solidariedade e da coletividade diante de dificuldades ou problemas do grupo.

Dificuldades à parte, o impacto desse trabalho é tão positivo para alguns dos usuários que são colocadas esperanças de crescimento e continuidade no grupo e, como trabalhadores-sócios de um empreendimento, apontam necessidade de melhoras. Dentre elas, ressaltamos: maior retorno financeiro - algo que precisa avançar para que o Recriart alcance a posição de empreendimento gerador de trabalho e renda, e não somente obra de promoção humana - e necessidade de maior apoio tanto de profissionais quanto de órgãos públicos. Em relação a esta última reivindicação, e como apontado na contextualização do grupo, o apoio realizado pela equipe implica em grande demanda, que, além da busca por constante capacitação, articulações e fomento, necessita se organizar para acompanhar todo o processo produtivo e organizativo do grupo até que o mesmo alcance sua autonomia.

Frente a isso, concordamos com os usuários e, também, apontamos a necessidade de maior apoio a ser viabilizado por meio de políticas públicas que fomentem e incentivem esse tipo de iniciativa no campo da saúde mental, tão favorável para a vida dos usuários.

Desta forma, os empreendimentos poderão alcançar seu pleno desenvolvimento, integrar a rede de economia solidária e fortalecer o processo de desinstitucionalização, de construção da cidadania e de um novo estatuto para pessoas em sofrimento psíquico, em especial, com transtorno mental severo.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **O homem e a serpente**: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. 141p.

AMARANTE, P. Loucura e ação cultural: desinstitucionalização e reforma psiquiátrica no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 49, 1997, Belo Horizonte. **Anais...** 1997. p. 289-308

AMARANTE, P. **Saúde Mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 120p.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

ARANHA E SILVA, A. L. **O projeto Copiadora do CAPS**: do trabalho de reproduzir coisas à produção de vida. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997. 161p.

ARRUDA, M. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 232-242

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5ª edição. Lisboa: Edições 70, 2008. 288p.

BARFKNECHT, K.S.; MERLO, A.R.C.; NARDI, H.C. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v.18, n.2, p. 54-61, 2006.

BARROS, D. D. **Jardins de Abel**: Desconstrução do Manicômio de Trieste. São Paulo: Edusp/Lemos Editorial, 1994. 156p.

BASAGLIA, F. **A instituição negada** – relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 326p.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Relatório Final da II Conferencia Nacional de Saúde Mental 1992**. Brasília, coordenação da Saúde Mental/MS, 1994. 119p.

BRASIL. Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da III CNSM. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília, 11 a 15 de dezembro de 2001. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2002. 213p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 86p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005a. 134 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas, OPAS. Brasília, novembro de 2005b. 56p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Coordenação de Saúde Menta. Ministério do Trabalho. Secretária Nacional de Economia Solidária. **Relatório Final do Grupo de Trabalho, Saúde Mental e Economia Solidária**, Instituído pela Portaria Interministerial n° 353, de 7 de março de 2005. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/REL_GT1.pdf>. Acesso em: fev 2009.

CORTEGOSO, A. L. Identificação e Descrição de Relações Comportamentais na Economia Solidária. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n.2, p. 246-265, 2007.

CORTEGOSO *et al.* Comportamentos ao incubar empreendimentos solidários: a descrição do fazer coletivo como referencial para o fazer de cada um. In: CORTEGOSO, A.L.; LUCAS, M. G. **Psicologia e economia solidária** – interfaces e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 117-136

COUTO, R.; ALBERTI, S. Breve história da Reforma Psiquiátrica para uma melhor compreensão da questão atual. **Saúde em Debate**. 2008. v. 32 n.78/79/80. p. 49-59.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Ana Isabel Paraguay (Trad.). Sao Paulo: Obore, 1987. 163p.

DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. 145p.

DEJOURS, C. *Addendum* - Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SNELWAR, L. I. (org). **Christophe Dejours**: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Franck Soudant (Trad.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2008. p.49-106.

DE LEONARDIS, O.; MAURI, D.; ROTELLI, F. **La empresa social**. 1995. [on line]. Disponível em : <<http://www.exclusion.net>>.

DOMITTI, A. C. P.; CARNEVALLI, M. E. C.; BIANCHINI, V. A. S. **Núcleo de Oficina e Trabalho**. [on line] jan 2001. Disponível em: <<http://www.candido.org.br/>>. Acessado em: mar 2009.

FILIZOLA *et al.* A inclusão social pelo trabalho de usuários do CAPS de São Carlos na perspectiva da Economia Solidária - o processo de implantação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO TORDESILHAS DE ENFERMAGEM, 2, 2007, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2007. p. 2-2.

FILIZOLA, C. L. A. **O processo de inclusão social pelo trabalho de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial, na perspectiva da Economia Solidária**. São Carlos: Departamento de Enfermagem, 2006. 27 p. (projeto submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos).

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.135-143.

GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.21, n.2, p.513-545, 2006.

GONÇALVES, A. F. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Rev. Katál. Florianópolis**. Florianópolis/SC, v.11, n.1, p.132-142, 2008.

GULJOR, A.P.; PINHEIRO, R. Demandas por cuidado na desinstitucionalização: concepções e percepções dos trabalhadores sobre a construção de demanda e necessidades em saúde mental. In: PINHEIRO, R.; GULJOR, A.P.; SILVA JUNIOR, A.G.; MATTOS, R.A. **Desinstitucionalização da Saúde Mental**: contribuições para estudos avaliativos. Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/LAPPIS: ABRASCO, 2007. p. 65-90.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes. 1992. 163p.

JESUS, P.; TIRIBA, L. Cooperação. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 49-54

KINKER, F. Trabalho como produção de vida. **Rev.Ter. Ocup. Univ. São Paulo**. São Paulo, v.8, n.1, p. 42-47, jan/abr., 1997.

KINOSHITA, R. B. Contratualidade e Reabilitação Psicossocial. In: PITTA, A. (Org.). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996a. p. 55-59.

KINOSHITA, R. T. Em busca da cidadania. In: CAMPOS, F.C.B.; HENRIQUES, C.M.P. **Contra a maré à Beira-Mar: a experiência do SUS em Santos**. São Paulo: Página Aberta, 1996b. p. 39-49.

LANG, A. B. S. G. Documentos e Depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. In: LANG, A. B. S. G. (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: Humanitas, 1992. p. 17-96

LEÃO, A., BARROS, S. As Representações Sociais dos Profissionais de Saúde Mental acerca do modelo de Atenção e as Possibilidades de Inclusão Social. **Saúde Soc**. São Paulo, v.17, n.1, p.95-106, 2008.

LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. da S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v.11, n.1, p.96-104, jan/jun., 2008.

LEAL, E. M. Trabalho e Reabilitação psiquiátrica fora do contexto hospitalar. In: COSTA, C.M; FIGUEIREDO, A C (Org.). **Oficinas terapêuticas em saúde mental**. Sujeito produção e cidadania. Rio de Janeiro: IPEUB/UFRJ, 2004. p.11-22

LUDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MALASSIE, R. L. S.; ALVES, R. Condições de vida e trabalho na economia solidária e na economia capitalista. In: Encontro de Economia Solidária Desenvolvimento Local, Trabalho e Autonomia, 3º, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. sem pág.

MANCE, E.A. **Economia Solidária: um novo paradigma?** Seminário Catarinense de Economia Solidária. Florianópolis, 2000. Disponível em:<www.milenio.com.br/mance/economia2.htm>. Acesso em: jun. 2008.

MARINHO, D.M. **Acompanhamento terapêutico: caminhos clínicos, políticos e sociais para a consolidação da Reforma Psiquiátrica brasileira.** Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. 140p.

MINAYO. M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2007. 408p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Os empreendimentos econômicos solidários.** 2008a. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp> . Acesso em: jul. 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **As origens recentes da Economia Solidária.** 2008b. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_origem.asp> . Acesso em: jul. 2008.

NASCIMENTO, B. A. do. **Loucura, trabalho e ordem: o uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991. 150p.

NASCIUTTI, J. C. R. *et al.* **Cooperação e autonomia: desafios das cooperativas populares.** **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho.** São Paulo, v.6, p. 91-107, 2003.

NICACIO, F. **O processo de transformação da saúde mental em Santos: desconstrução de saberes, instituições e cultura.** 1994. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

NICÁCIO, F.; KINKER, F.S. **O desafio do viver fora: construindo a Cooperativa Paratodos.** In: CAMPOS, F.C.B.; HENRIQUES, C.M.P. **Contra a maré à Beira-Mar: a experiência do SUS em Santos.** São Paulo: Página Aberta, 1996. p.121-131.

OGAWA, R. **Trabalho: liberdade versus exclusão.** **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo.** São Paulo, v.8, n.1, p. 49-52, jan./abr., 1997.

OLIVER *et al.* **Oficinas de trabalho – sociabilidade ou geração de renda?.** **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo.** São Paulo, v.8, n.4, p.86-94, set./dez., 2002.

PINHEIRO, L. R. S.; MONTEIRO, J. K. R. Refletindo sobre o desemprego e agravos à saúde mental. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, v.10, n.2, p.35-45, 2007.

PITTA, A.M.F. O que é Reabilitação Psicossocial no Brasil, hoje? In: PITTA, A. (Org.). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19-26.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 192p.

RIBEIRO, C. V. dos S.; LÉDA, D. B. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro, v.4, n.2, 2004.

ROTELLI, F.; DE LEONARDIS, O.; MAURI, D. **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001. 112p.

SARACENO, B. Reabilitação Psicossocial: uma estratégia para a passagem de milênio. In: PITTA, A. (Org.). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.13-18.

SARACENO, B. **Libertando Identidades** – Da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Te Corá/ Instituto Franco Basaglia, 2001. 178p.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. Educação e Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação. **Economia Solidária e Ação Cooperativa**. Rio Grande do Sul, v.1, n.1, p. 33-48, 2006.

SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60p.

SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2007** - Versão Web. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/>>. Acesso em: fev 2009.

SILVA, A. C. S. S. **Reformando a vida: o desafio na inserção social e na construção da cidadania de usuários de saúde mental**. 2000. 204 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2000.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: PAUL, S.; SOUZA, A.R. de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p.11-28

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127p.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. 306p. p. 116-125.

TELLES, A. L. 2002. **Trabalhando como loucos**: em busca de novas formas de organização do trabalho a partir de um estudo da cooperativa da praia vermelha. 2002. 138 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: histórias e conceitos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 25-59, 2002.

VIANNA, P. C. M.; BARROS, S. O processo saúde-doença mental: a exclusão social. **Rev. Min. Enf.** Belo Horizonte/MG, v.6, n.1/2, p.86-90, 2002.

WESTPHAL, V. W. Diferentes matizes da idéia de solidariedade. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v.11, n. 1, p. 43-52, jan./jun., 2008.

ZAMBRONI-SE-SOUZA, P. C. Trabalho, organização e pessoas com transtornos mentais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, v.9, n.1, p.91-105, 2005.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa “**Saúde mental e inclusão social pelo trabalho na perspectiva da Economia Solidária - a experiência dos integrantes do RECRIART**”.
2. Você foi escolhido por ser integrante do Grupo RECRIART. Sua participação não é obrigatória.
3. O objetivo geral dessa pesquisa é compreender a experiência dos integrantes do Grupo RECRIART, usuários do Centro de Atenção Psicossocial, no processo de construção desse empreendimento baseado nos princípios da Economia Solidária.
4. Sua participação ajudará na construção do conhecimento do processo da Reforma Psiquiátrica, portanto, de uma nova forma de cuidar em saúde mental, mais especificamente, da inclusão social pelo trabalho na perspectiva da Economia Solidária de usuários de serviços de saúde mental. Não haverá nenhum benefício direto à sua pessoa.
5. Sua participação nesta pesquisa será em responder algumas perguntas durante uma entrevista individual. A entrevista será registrada com uso de gravador.
6. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar sua participação.
7. Se você não quiser participar, isso não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador, com o grupo RECRIART, com o Centro de Atenção Psicossocial, ou até mesmo, com a Universidade Federal de São Carlos.
8. Este estudo não deve oferecer qualquer despesa ou desconforto a você. Caso se perceba qualquer risco ou dano a sua pessoa não previstos neste termo, as atividades desta pesquisa poderão ser imediatamente suspensas. A qualquer momento, estaremos a sua disposição para esclarecimentos com relação à pesquisa.
9. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Asseguramos que seu nome não será divulgado.
10. Os resultados dessa pesquisa serão apresentados em Congressos da área e publicados em revista científica, garantindo-se sempre o sigilo dos participantes.
11. Você receberá uma cópia deste termo na qual consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Débora Brechesi Milioni

Endereço e contato

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador informou-me que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, km. 235 – Caixa Postal 676 – CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

Local e Data: _____

 Sujeito da Pesquisa

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista

1. Como tem sido para você a experiência de participação no RECRIART?
2. Tendo em vista ser um empreendimento solidário, como tem sido participar de todas as atividades envolvidas?
3. Que sentido tem o RECRIART para você?
4. Você gosta de participar?
5. Quais as atividades de que mais gosta? Quais as de que menos gosta?
6. Que diferença tem este trabalho dos outros que teve anteriormente?
7. Quais as facilidades/dificuldades que você encontra no desenvolvimento das atividades no Recriart?

ANEXO A

Aprovação Comitê de Ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
 Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
 Via Washington Luís, km. 235 - Caixa Postal 676
 Fones: (016) 3351.8109 / 3351.8110
 Fax: (016) 3361.3176
 CEP 13560-970 - São Carlos - SP - Brasil
propg@power.ufscar.br - <http://www.propg.ufscar.br/>

CAAE 0903.0.000.135-08

Título do Projeto: Saúde mental e inclusão social no trabalho na perspectiva da Economia Solidária - a experiência dos integrantes do RECRIART

Classificação: Grupo III

Pesquisadores (as): Carmen Lúcia Alves Filizola, Débora Brechesi Milioni (orientada)

Parecer Nº. 243/2008

1. Normas a serem seguidas

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 – Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.e).
- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente em ___/___/___ e ao término do estudo.

2. Avaliação do projeto

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (CEP/UFSCar) analisou o projeto de pesquisa acima identificado e considerando os pareceres do relator e do revisor DELIBEROU:

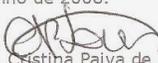
As pendências apontadas no Parecer nº. 199/2008, de 6 de maio, foram satisfatoriamente resolvidas.

O projeto atende as exigências contidas na Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

3. Conclusão:

Projeto aprovado

São Carlos, 6 de junho de 2008.


 Profa. Dra. Cristina Paiva de Sousa
 Coordenadora do CEP/UFSCar